

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 56 - Série VII - N.º 686
19 de Fevereiro de 1987
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Queremos saber:

- quem são os democratas que estavam a ser vigiados e fichados por terroristas de extrema-direita
- que medidas se vão tomar para exigir responsabilidades pelo sucedido e evitar a sua repetição

Informações hoje divulgadas pelo «Expresso» (14 de Fevereiro), segundo as quais teria sido apreendida a um «colaborador do serviço de informações das Forças Armadas», arguido num processo por actividades terroristas, diversa documentação incluindo que o mesmo se dedicava a actividades de vigilância sobre membros do PCP e outros democratas, merecem, de imediato, o seguinte comentário:

1. Os factos referidos na notícia do «Expresso» não podem deixar de suscitar fundadas inquietações e viva indignação por parte de todos os cidadãos que prezam a garantia dos direitos e liberdades democráticas e o respeito pela legalidade constitucional.
2. O envolvimento de «colaboradores» de serviços de informações portugueses em redes terroristas fascistas com articulação internacional e em atentados por estas desencadeados, bem como no desenvolvimento de actividades completamente ilegais de vigilância, espionagem ou provocação sobre a actividade de partidos democráticos e dos seus membros, faz necessariamente regressar a um plano saliente da actualidade política nacional a evidência de que tais serviços de informações, a pretexto do combate ao terrorismo, actuam em estreita ligação com organizações terroristas de extrema-direita para ameaçar cidadãos e organizações políticas democráticas, num procedimento gravemente ofensivo da legalidade democrática e dos princípios fundamentais da Constituição.
3. Informações como as que hoje são divulgadas pelo «Expresso» colocam a opinião pública nacional perante a justiça e o fundamento das advertências e

prevenções oportunamente formuladas pelo PCP aquando do debate sobre a lei dos serviços de informações e do projecto de lei de segurança interna.

4. Cumpre sublinhar que seria absolutamente intolerável que se pretendesse abafar factos e circunstâncias de uma enorme gravidade e impedir uma cabal determinação de responsabilidades sob o artifício de um qualquer pretenso «segredo de Estado». Pelo contrário, é um indistigável imperativo democrático que seja rapidamente obtido um completo esclarecimento deste caso, com um inflexível apuramento de responsabilidades e com a indispensável adopção das correspondentes medidas correctivas. Do mesmo modo, importa sublinhar que, independentemente do decurso de processos judiciais, o Governo deve desde já ao País alguns esclarecimentos particularmente prementes e, em especial, a informação de quais os cidadãos portugueses que estavam sujeitos às acções de vigilância e provocação de membros das organizações terroristas de extrema-direita «colaboradores» dos serviços de informações das Forças Armadas, agora detidos.

5. Pela sua parte, o PCP desde já declara que desencadeará oportunamente as iniciativas que considerar mais adequadas e eficazes com vista a um completo esclarecimento deste assunto, inteiramente confiante de que existem forças bastantes para impedir que a vida democrática do País seja ameaçada e subvertida por acções e procedimentos que, sendo totalmente indignos do Portugal do 25 de Abril, são repugnantemente próximos do passado fascista.
14 de Fevereiro de 1987
A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Primeiro, começa-se por vigiar e fazer fichas. E depois?

«Fichas de militantes do Partido Comunista Português foram apreendidas, no ano passado, a um colaborador do serviço de informações das Forças Armadas (Repartição A ou DINFO) — assim começava uma notícia publicada no «Expresso» de sábado passado, com um título a quatro colunas, na parte superior da primeira página, que rezava: «Militares vigiam partidos políticos?»

A apreensão das fichas — e voltamos a citar o semanário — deu-se quando da detenção do referido colaborador, Mário Corrêa da Cunha, «por suspeita de organização em Portugal o recrutamento de mercenários para a organização clandestina antiterrorista GAL (Grupos Antiterroristas de Libertação)».

Ainda segundo o «Expresso», Mário Corrêa da Cunha, que foi já formalmente acusado pelo Ministério Público, «possuía na altura da sua captura, em meados de 1986, um pacote com diversas fichas de membros do PCP, as quais incluíam registos acerca dos seus contactos, movimentos e reuniões em que participavam».

«considerados como tendo ligações com as estruturas comunistas».

Refere-se mais adiante que, admitindo poderem as estruturas do Departamento de Informações militares ter sido utilizadas no processo de recrutamento de portugueses para os GAL, o juiz de instrução solicitou o depoimento do comandante operacional da DINFO — capitão-tenente Serradas Duarte — e do seu antigo colaborador, tenente-coronel Fernando Ramos.

Aqui recuamos até ao «Expresso» de 10 de Janeiro de 1987. E se o capitão-tenente Serradas Duarte não surge a fazer qualquer declaração, já o mesmo não sucede com o tenente-coronel Fernando Ramos. Confirmando o depoimento judicial afirma que nada ficou «esclarecido».

E voltamos a citar: «Em declarações ao «Expresso», Fernando Ramos disse ser amigo pessoal de Mário Cunha a quem costumava visitar e por quem era visitado. «Estava muito ligado a ele — disse ao Expresso o tenente-coronel — pois conhecia-o há muitos anos desde que estivemos juntos na tropa, em Angola. Ele passava às vezes aqui pelo quartel e é verdade que um dia me disse que ia para Espanha, mas eu não sabia o que ia fazer».

«O militar acrescentou que quando Mário Cunha lhe comunicou que ia para Espanha, lhe desejou «boa viagem». «O Mário parece ter interpretado isso como um aval às tarefas a que andava dedicado» — disse Fernando Ramos.

Entretanto, as fichas apreendidas foram consideradas matéria de tal ordem delicada pelo juiz de instrução e voltamos a citar o «Expresso» — «que ordenou a sua separação dos autos e selagem em cofre confidencial, sob a alegação de que se tratava de «segredo de Estado». A consulta dessa documentação — que não faz parte do processo — esteve até agora fora do alcance dos advogados e do próprio Ministério Público».

Este processo do recrutamento de portugueses para os GAL, a que o «Avante!» fez referência há duas semanas, juntamente com outros escândalos, foi despoletado com a prisão de um cidadão francês e quatro portugueses e tem, à partida, a conivência das polícias francesa e espanhola, até ver, embora a invocação do segredo de Estado possa ter muita força. E é capaz de levantar o manto de actividades que, com os GAL, só têm a afinidade de serem de direita e de índole terrorista.

NOVA DERROTA DE CAVACO PARLAMENTO APROVA LEI DA RÁDIO

Págs. 1 e 2/Semana

PCP

**Novos CTs,
assembleias
reuniões,
reorganizações,
estudo,
recrutamento
— é a realidade!**

Págs. 8, 9 e 10/Semana

Págs. 4, 5, 6 e 7/Em Foco

**RTP-1
Programa
«Primeira Página»**

**3.ª-feira — 24
com
Álvaro
Cunhal**

**COMÍCIO
AMIZADE**



PCP | PCUS

**ÁLVARO
CUNHAL**

**NIKOLAI
SLIUNKOV**

**20-FEV - 21,30 H.
PAV. DOS DESPORTOS**



Gorbachov no Forum de Moscovo

**«Urge adequar
os contactos internacionais
e o comportamento dos Estados
e dos governos às realidades
do século nuclear»**

Pág. 16/Semana

MANIFESTAÇÃO NO PORTO

Sábado, às 15 horas, desfiles do Campo 24 de Agosto, do Largo da Igreja de Cedofeita e da Praceta 25 de Abril para a Praça da Liberdade

Editorial

Avante!

Ano 56 - Série VII
N.º 686
19 de Fevereiro de 1987
1.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente

Mandato a escutar e a cumprir

A situação política nacional atingiu nas últimas semanas e nos últimos dias aspectos críticos que não podem deixar de se impor ao exame, à ponderação atenta e ao empenhamento activo e imediato dos partidos da oposição democrática com representação parlamentar maioritária na Assembleia da República e compreensivelmente com maior razão a todo o movimento operário, popular e democrático português no seu conjunto.

Fenómenos novos, resultantes da acumulação de sucessivas mudanças de dimensão vária e de sinal contrário, despontaram e tomaram corpo nos horizontes políticos do País.

O regime democrático, as conquistas democráticas fundamentais arduamente alcançadas pelo nosso povo no desenvolvimento do processo de Abril, estão no momento actual sob a mais pérfida, perigosa e rude ofensiva contra-revolucionária dos últimos onze anos.

Simultaneamente, de maneira inofismável, no pólo oposto, ganharam vulto e amadureceram na sociedade portuguesa possibilidades e condições excepcionais para conjurar os perigos, inverter a situação e restabelecer em toda a sua plenitude a normalidade democrática.

É uma situação insólita surgida ao longo de um processo de desmantelamento das conquistas fundamentais de Abril e de subversão sistemática das instituições democráticas conduzido no momento actual por forças reacçãoárias detentoras do poder executivo, político e socialmente minoritárias mas muito activas; cuja principal ponta-de-lança é o Governo Cavaco Silva/PSD e cuja principal esperança de sucesso assenta na desinteligência e na falta de iniciativa política de forças democráticas maioritárias.

Este novo estágio da situação política nacional coloca a todos os democratas portugueses o dever patriótico de superar com urgência as divergências secundárias e as ilusões hegemónicas e de prelevar a questão essencial e real da sobrevivência do regime. Põe como tarefas primordiais no imediato a elevação qualitativa de uma convergência democrática que tem possibilitado obter importantes vitórias parciais e o entendimento e a iniciativa para uma alternativa ao Governo minoritário de direita e à sua política.

As desinteligências secundárias no seio da oposição, as hesitações e vacilações entre os dois outros partidos dos quais, com o PCP, depende uma alternativa democrática no quadro actual da Assembleia da República, a prática recusa a uma plataforma comum de acção entre aqueles partidos parlamentarmente maioritários, visando essa alternativa de governo e de política, animam os rasgos subversivos do Governo Cavaco/PSD, os seus atentados à legalidade democrática, a sua acção desestabilizadora das insti-

tuições, a sua arrogância no Poder, as suas manobras orientadas para o domínio absoluto dos órgãos de soberania como condição decisiva para o restabelecimento do poder dos monopólios.

Os que centram as suas esperanças num hipotético «desgaste» político e na degradação da «imagem» pública do Governo Cavaco Silva/PSD, os que alimentam nessa base um egoísmo eleitoralista sem sorte e vistas hegemónicas do Poder, que as lições da experiência têm revelado ilusórias, subestimam gravemente as vantagens que a posse do Executivo, do domínio do aparelho do Estado e dos recursos materiais do Estado põem nas mãos dos inimigos da democracia que governam actualmente o País, minimizam perigosamente as ameaças da contra-revolução e, por outro lado, as excepcionais possibilidades de operar uma necessária viragem política para a qual a correlação de forças sociais e políticas é nitidamente favorável.

É o que determina objectiva e decisivamente o sentido essencial da correlação de forças não é o artificialismo da imagem de «marketing» eleitoralista do Governo fabricada pela sua máquina de propaganda e pela comunicação social manipulada pelos detentores do Executivo mas sim o peso institucional e político maioritário da oposição democrática, o crescente divórcio e contestação do Governo e da sua política pela imensa maioria dos trabalhadores e de outros estratos sociais dos mais representativos da população portuguesa.

São factores poderosos de estímulo, de reflexão, de ponderação e de posições e iniciativa política que não podem ser ignorados sob pena de graves riscos pelos partidos democráticos representados na Assembleia da República.

O divórcio e a contestação do Governo Cavaco/PSD e da sua política não se exprimem no momento actual por generalidades teóricas mas no terreno concreto da luta popular de massas e também no terreno parlamentar onde novas derrotas foram infligidas à clique governamental e às forças da direita que a apoiam.

No sábado os trabalhadores do Porto, no Norte, e os de Faro, no Sul, confirmaram nas ruas o extraordinário êxito de massas da Jornada Nacional de Luta convocada pela CGTP-IN a qual teve a sua expressão territorial mais vasta em 31 de Janeiro.

Tudo aponta para uma nova e importante demonstração de desapego, protesto e luta popular contra o Governo minoritário de Cavaco e do PSD, para uma nova resposta de massas contra uma política governante que não diminui, antes engrossa o desemprego, o escândalo dos salários em atraso, o trabalho precário, selvagem e infantil, os contratos a prazo, as graves carências sociais de toda a ordem que flagelam os trabalhadores.

O panorama de luta é muito vasto.

Um pouco por todo o País multiplicam-se as greves, lutas e acções de massas da classe operária pelas suas reivindicações imediatas em que se distingue com uma carga política significativa a da demissão do Governo Cavaco/PSD e de que neste número do «Avante!» damos notícias.

Amanhã nas ruas de Lisboa os estudantes de Letras em greve há 3 dias, conjuntamente com os da Escola Superior de Belas Artes, também eles depois de uma greve de 3 dias na semana transacta, e certamente com muitos outros estudantes do Ensino Superior vão manifestar-se contra a política do Governo, contra as carências do Ensino, o insucesso escolar, o direito ao trabalho. Só no sector de Letras 7000 licenciados estão no desemprego.

A contestação da política agrícola do Governo assumiu uma expressão significativa com o impressionante encontro de 7000 agricultores em Coimbra no último domingo por iniciativa da Confederação Nacional dos Agricultores (CNA) em que participaram representantes de mais de 600 organizações de agricultores de todo o País.

A tradicional política de esmagamento dos interesses da pequena e média exploração agrícola, sistematicamente posta em prática pelos sucessivos governos de direita, ao bloqueamento dos preços ao produtor e às dificuldades de escoamento dos produtos tradicionais da agricultura e da pecuária nacionais, às faltas de apoio económico e agrológico aos pequenos e médios agricultores veio agora acrescentar-se, como mais grave ameaça de aniquilamento social dos estratos mais carenciados do agro português, a cilindragem das «reestruturações» ditada pela CEE.

Um ano sobre a «integração» na CEE traduziu-se não nas miríficas benesses prometidas pelo Governo e pelos «advogados» da adesão à Comunidade Europeia mas no agravamento excepcional das mazelas tradicionais e no surgimento de novas outras.

Sob o «comando» dos grandes produtores agrícolas e dos potentados industriais e comerciais da CEE os agricultores portugueses são brutalmente impedidos de fazer os seus cultivos, são esbulhados das suas pequenas explorações agrícolas, pecuárias e florestais, são atirados para a ruína e a miséria ao mesmo tempo que vêm invadir o País por produtos «excedentários» dos grandes produtores da Comunidade.

O Encontro de Coimbra é um grande grito colectivo de protesto contra a política de abandono e de retrocesso da agricultura praticada pelo Governo Cavaco/PSD e executada pelo ministro Álvaro Barreto cuja fisionomia política fascizante tem sido revelada nas suas intervenções públicas e no seu desrespeito pela legalidade e as instituições democráticas.

A expressão mais brutal da política agrícola do Governo Cavaco/PSD e do seu ministro da Agricultura é a que se verifica na acelerada ofensiva de destruição da Reforma Agrária e de reconstituição dos latifúndios.

Com o desprezo mais absoluto pelo sentido das leis aprovadas na Assembleia da República e aproveitando numa luta desesperada contra o tempo a demora na elaboração e votação de uma proposta de lei conjunta que recolhe o conteúdo das duas aprovadas há mais de um mês, o ministro Álvaro Barreto intensifica e acelera a entrega de reservas, intenta destruir algumas das mais rentáveis UCPs/Cooperativas — como fez agora contra a UCP «Margem Esquerda» do concelho de Serpa, mostra à sociedade a sua «cara» fascizante.

Mais de uma centena de reservas estão anunciadas numa área superior a 100 000 hectares ao mesmo tempo que nenhuma medida de execução dos mais de 300 despachos do STA já passados em julgamento a favor das UCPs/Cooperativas é tomada pelo Governo.

A marcha dos trabalhadores da Reforma Agrária para Lisboa no dia 10 de Março constituirá sem dúvida uma grande jornada de resistência e luta dos trabalhadores do Alentejo e do Ribatejo e da solidariedade de todos os trabalhadores e democratas pela sua heroica luta.

No sector da Saúde numerosos Directores Clínicos hospitalares decidiram demitir-se das suas funções por nenhuma medida ter sido tomada pela ministra Beleza no sentido que reclamavam. Os problemas da gestão hospitalar criados pelas decisões do Governo encontram a reprovação e o protesto do corpo clínico e do pessoal auxiliar dos Hospitais.

Os professores do Ensino Primário e Secundário decidiram ir para a greve nos dias 26 e 27 de Março contra a não resolução pelo Governo e pelo ministro Deus Pinheiro dos seus prementes problemas.

É difícil não concluir desta vasta e diversificada movimentação de massas que se eleva do mais profundo do povo português o desejo de imediata mudança de governo e de política, o mandato popular de uma alternativa democrática que trave a ofensiva de contra-revolução e rasgue um novo rumo à política nacional.

As lições da experiência aconselham à objectividade, ao realismo, à iniciativa política dos partidos da oposição democrática maioritários na Assembleia da República.

A solução institucional da crise actual é um mandato de massas da imensa maioria do povo português que é imperioso escutar e cumprir.

Resumo

11
Quarta-feira

Na base da Leis verifica-se desde segunda-feira intenso movimento de aviões militares norte-americanos ■ A CGTP-IN informa que vai promover a 14 e 15 de Março um debate sobre «Emprego, modernização, desenvolvimento: que soluções?» com a participação, entre outros, de Álvaro Cunhal, Vítor Constâncio, Ramalho Eanes e José Tengarrinha ■ Dirigentes da Federação dos Ferrovias instalaram-se à porta das instalações da Gerência da CP, exigindo a conclusão do acordo de empresa e o desbloqueamento da regulamentação de carreiras ■ A FEN-PROF anuncia greve nacional dos professores para 26 e 27 de Março ■ Os princípios de Gales iniciam uma visita de quatro dias a Portugal ■ Avões dos EUA violam o espaço aéreo libanês, aparentemente em missão de reconhecimento ■ Elementos da Amal impedem o fornecimento de víveres aos palestinianos cercados há mais de cem dias nos campos de Chatila e Burj Al-Brajneh, nos arredores de Beirute ■ Corazón Aquino promulga a oitava Constituição das Filipinas ■ Reagan é interrogado pela segunda vez pela comissão que investiga o papel do Conselho de Segurança Nacional no irangate ■ Os EUA efectuem o segundo ensaio nuclear deste ano, com o nome de código «Tornero».

12
Quinta-feira

A Assembleia da República volta a aprovar a lei da rádio vetada pelo PR ■ Estruturas da Reforma Agrária anunciam uma «Marcha para Lisboa» no dia 10 de Março ■ Uma reunião geral de alunos da Faculdade de Letras de Lisboa decide rejeitar as eleições para a Direcção da AE devido a irregularidades ■ «E chegada a altura de os partidos da oposição considerarem em termos práticos» a apresentação de uma moção de censura ao Governo — refere Carlos Brito, em entrevista ao «DN» ■ O programa de escoamento de excedentes aprovado anteontem pelos ministros da agricultura da CEE pode fazer de Portugal um contribuinte líquido, pagando o que outros produziram a mais, afirma a «o diário» Joaquim Miranda, deputado do PCP no Parlamento Europeu ■ Um estudo da OCDE revela que Portugal foi em 1986 o país industrializado desta organização onde se registou o nível de vida mais baixo ■ O presidente do CG da Taboqueira, José Nunes Rodrigues, é exonerado do cargo, continua desilido o funcionário Higinio Graça, por envolvimento em contrabando de tabaco ■ Unidades de 82.ª divisão dos EUA, aquartelada nas Honduras e que participou na invasão de Granada, concentram-se junto à fronteira de El Salvador, segundo a rádio «Vencemos» ■ Teerão é bombardeada três vezes em menos de 24 horas ■ Dez mil rebeldes afeição já depuseram as armas e aderiram ao processo de reconciliação, afirma Mohammed Najib ao «Die Zeit» ■ Em entrevista ao «Bld» da RFA, Guenadi Guerassimov afirma que não há condições para nova cimeira Reagan-Gorbachov devido ao «imobilismo» dos EUA em Genebra ■ Uma greve de 24 horas de protesto contra o aumento dos preços e o congelamento dos salários tem a adesão de um milhão de trabalhadores gregos.

15
Domingo

Realiza-se em Coimbra o IV Encontro das Organizações de Lavoura e dos Agricultores de Portugal ■ Há fome nos Açores devido à «máxima exploração dos trabalhadores» — afirma José Deão Mota no encerramento do Encontro Regional do PCP sobre questões laborais, em Angola do Heroísmo ■ A Coordenadora dos estudantes de Letras confirma a convocação de uma manifestação nacional para

13
Sexta-feira

Reúne em Évora o plenário distrital das UCPs/Cooperativas, no quadro do Encontro de Culturas da Primavera, este ano descentralizado ■ Um estudo do Ministério do Trabalho indica a diminuição dos postos de trabalho desde 1983 em 6,6%; além disso, 68,8% dos contratos foram celebrados a prazo ■ Inicia-se em Tróia o VI Congresso da Juventude Socialista ■ Israel bombardeia campos de refugiados palestinianos e outras zonas no sul do Líbano; o Conselho de Segurança da ONU apela ao cessar-fogo imediato na zona dos campos ■ Depois de quinze horas de reunião, é aprovado o projecto de orçamento da CEE a apresentar ao Parlamento Europeu ■ Cem mil estudantes manifestam-se em Madrid por melhores condições de ensino e contra a elitização da Universidade ■ Os estudantes da Universidade do México, em greve há duas semanas, conseguem a suspensão de todas as reformas, ganhando uma batalha «no sentido da democratização» ■ A polícia do Peru detém 793 estudantes e professores na Universidade de São Marcos, em Lima ■ Maria Betânia inicia uma série de concertos em Portugal.

14
Sábado

«o diário» e o «Expresso» revelam pormenores que apontam para o envolvimento de Portugal no processo do GAL, organização terrorista criada para eliminar fisicamente pessoas suspeitas de ligação à ETA ■ O «Diário do Alentejo» revela a descoberta de uma importante jazida de estanho nas minas de Neves-Corvo ■ A comissão nacional de homenagem a Humberto Delgado promove uma romagem ao túmulo do general, assassinado há 22 anos ■ Deputados do PCP visitam o concelho de Loures ■ A AG da Federação Nacional de Cooperativas de Consumo propõe a formação até 15 de Março da Associação Nacional de Consumidores ■ Inicia-se em Moscovo o «Forum Internacional por um mundo sem armas nucleares» ■ O ministro espanhol da Economia pede aos empresários que não aumentem mais de 5% os salários ■ Os partidos socialistas de França e Espanha e o SPD da RFA consideram muito positiva a reunião de uma delegação da Frente Sandinista ■ O Amal permite o fornecimento de farinha e leite aos refugiados do campo de Burj el-Barajneh, advertindo que qualquer ajuda futura dependerá da retirada de palestinianos de posições estratégicas no sul do Líbano ■ Um grupo das «Brigadas Vermelhas» mata duas pessoas e fere uma gravemente, em Roma, roubando o equivalente a 700 mil dólares.

17
Terça-feira

Na AR todos os grupos parlamentares, à excepção do CDS, se mostram preocupados com o que se passa nos serviços de informações ■ Representantes da União dos Cascais da Ilha da Medeira denunciam a violação da lei do colono «pelos próprios que a fizeram» ■ Outras escolas (ISEF, ESBAL, ESBAP, Engenharia do Porto) anunciam o seu apoio à manifestação dos estudantes de Letras de 6.ª-feira ■ Inicia-se em Lisboa o Congresso sobre a Inquisição em Portugal ■ O Conselho de Estado do Vietname decide uma importante remodelação governamental ■ O movimento Amal faz fogo em Beirute contra patriotas libaneses tentando recuperar posições.

sexta-feira em Lisboa ■ O Presidente da República instala-se por doze dias em Bragança ■ O Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes» exige a aplicação da Lei de Bases do Ambiente e anuncia iniciativas ■ O Irangate é uma das facetas da componente secreta do «Projecto Democracia» de Reagan, revela o «New York Times» ■ O regime de Pinochet está a despedir milhares de professores por motivos políticos e imposição do FMI.

16
Segunda-feira

Em Portugal é permitido o funcionamento dos estabelecimentos comerciais 13 horas diárias, enquanto a média na CEE é de 10 horas, revela a FEPCES ■ Luís Catarino anuncia que se demitiu da direcção do MDP/CDE devido à «inflexão» da orientação política do partido ■ O Conselho de Concertação Social fixa em 7 e 6 por cento a taxa de inflação esperada para o 3.º e 4.º trimestres de 1987 ■ 233 páginas e 30,3 milhões de contos é o saldo governamental da adesão à CEE, considerada por Pires de Miranda (MNE) «claramente positiva para o País» ■ Inicia-se a última fase das demolições no Porto no da Arrábida ■ Dois milhões de trabalhadores gregos fazem greve em todo o



país contra o programa de «austeridade» imposto pelo governo ■ Depois de Hiroxima «a guerra», e sobretudo a guerra nuclear, deixou de ser a continuação da política — afirma Gorbachov no encerramento do Forum pela Paz ■ Inicia-se em Jerusalém o julgamento de John Demjanjuk, um dos carrascos do campo de concentração nazi de Treblinka, onde foram mortas 900 mil pessoas durante a II Guerra Mundial ■ Dois ex-ministros e um ex-administrador da «Flick» são condenados em Bona por fraudes fiscais, mas o tribunal absolve-os da acusação de corrupção.

17
Terça-feira

Na AR todos os grupos parlamentares, à excepção do CDS, se mostram preocupados com o que se passa nos serviços de informações ■ Representantes da União dos Cascais da Ilha da Medeira denunciam a violação da lei do colono «pelos próprios que a fizeram» ■ Outras escolas (ISEF, ESBAL, ESBAP, Engenharia do Porto) anunciam o seu apoio à manifestação dos estudantes de Letras de 6.ª-feira ■ Inicia-se em Lisboa o Congresso sobre a Inquisição em Portugal ■ O Conselho de Estado do Vietname decide uma importante remodelação governamental ■ O movimento Amal faz fogo em Beirute contra patriotas libaneses tentando recuperar posições.

Avante!

Profissionais de Lisboa de 201988 UNI-VOS

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes - 1599 - Lisboa CODEX, Tel. 76 83 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1599 Lisboa CODEX Tel. 76 97 92 76 97 92

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º - 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: COL, Central Distribuidora Livraria, SAREL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa Tel. 77 92 28 77 92 28 77 92 31

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Seixal, 93 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alarcovas de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26351

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.ª de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 69 39 08 69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Tenente da Erya, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq. - 1000 Lisboa, Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora, Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa, Tel. 77 69 36 77 67 50

Composto e Imprensa na Hésica Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Janeiro: 30 100

Semana

Avante!

Ano 56 — Série VII
N.º 686

19 de Fevereiro de 1987

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Vencendo pressões e calúnias Parlamento confirma Lei da Rádio

Depois de um período de reflexão destinado à reapreciação do diploma na decorrência do veto presidencial, a Assembleia da República confirmou, faz hoje oito dias, com uma maioria absoluta de 131 votos (PS, PRD, MDP e «Os Verdes») contra 104 (PSD, CDS e deputados Oliveira e Costa e Ribeiro Teles) a Lei de Licenciamento de Estações de Rádio.

Cumpridos os prazos constitucionais, ouvidas várias entidades, vencidas manobras dilatatórias dos partidos de direita, ultrapassada uma fase caracterizada por pressões e chantagens e marcada pela intolerância e pela falta de senso de algumas forças e entidades responsáveis, os grupos parlamentares puderam, em serenidade e consciência, manifestar de novo a sua inequívoca vontade.

E fizeram-no, reafirmando uma lei que no fundo todos anteriormente reconheciam como indispensável e urgente por forma a pôr cobro à falta de regras na utilização das ondas de rádio.

Pendor totalitário

Derrotados, foram o Governo e os partidos de direita, os quais à falta de razão e de sólidos argumentos (como veremos adiante) resolveram entrar, como recurso final, pelo caminho da infâmia, pela instrumentalização de sentimentos religiosos, pela deformação de realidade tentando, numa lamentável atitude, virar tudo e todos contra a Assembleia da República.

Vencedoras, saíram a legalidade e a justiça, saiu a Assembleia da República que não cedendo a pressões aprovou uma «lei justa, democrática e pluralista» — assim a definiu o líder parlamentar comunista Carlos

Brito — que, suprimindo o arbítrio na atribuição de frequências, estabeleceu as regras do jogo em termos de igualdade de oportunidades e acesso, impedindo a constituição de um oligopólio radiofónico.

Pelo caminho, importa repetir, ficou todo um processo no decorrer do qual a direita deu uma vez mais mostras da sua concepção de democracia e do seu pendur totalitário, não se coibindo de criar um clima de apelo à rebelião e de envolver instituições e personalidades numa verdadeira cruzada de calúnias contra a Assembleia da República e o regime democrático.

De pouco lhe serviu. De uma maneira ou de outra todos os partidos democráticos desmontaram inapelavelmente as razões aduzidas pela direita. Em foco, no debate, estiveram particularmente duas disposições da lei: a criação de um Conselho de Rádio e a reversão para o domínio público das frequências cedidas

a título precário nos dois últimos anos.

Problema de cifrões

Para o MDP, pela voz do seu deputado Corregedor da Fonseca, a lei agora aprovada é «democrática» na medida em que possibilita o acesso ao espaço radioeléctrico, em igualdade de circunstâncias, a todos os interessados. Considerando falso que se pretenda calar a Rádio Renascença, aquele deputado sublinhou que importa não esquecer que esta «é uma empresa comercial» e uma das «mais poderosas da Europa», começando toda esta questão a circunscrever-se, em sua opinião, «a um problema de cifrões».

O PRD, por seu turno, considerava a lei «justa e os seus objectivos sérios», entendendo que ela reforça também «as condições de liberdade de informação e de justiça na igualdade de atribuições».

Repudiando as tentativas feitas de «instrumentalizar o debate» Magalhães Mota recordou — «a memória em política é um valor», disse — uma proposta de lei do Governo do «bloco central» sobre o licenciamento de estações de rádio subscrita pelos dois partidos governamentais que o compunham, citando a propósito o seu preâmbulo no âmbito do qual se defendia que as estações de rádio só podiam funcionar de acordo com a lei e se apontava a necessidade de abrir o espaço radioeléctrico a novos interessados.

Ora foi exactamente o contrário que viria a suceder poucos meses depois com o despacho do secretário de Estado Anselmo Rodrigues que atribuía duas redes nacionais de FM à Rádio Renascença e à RDP.

Ferido de ilegalidade

Definindo a posição do PS sobre esta questão, Jorge Lacão situou o despacho no quadro jurídico-constitucional de então — a Assembleia da República estava dissolvida e o governo demitido — razão pela qual, a seu ver, «está afectado por vício de incompetência» e «ferido de ilegalidade».

Na opinião dos socialistas, o despacho «não possui qualquer virtualidade constitutiva de direitos», entendendo ainda que o seu carácter foi precário e condicional e que a Assembleia teve competência para produzir a Lei nos termos em que o fez sem que isso tenha significado a invasão da esfera de competências do Governo.

Ocupando uma boa parte da sua intervenção, também o camarada Carlos Brito se deteve a dissecar pormenorizadamente os vários aspectos que rodearam este despacho «imoral e indigno», considerando-o acima de tudo como o resultado do «tráfico de influências» e da «utilização de bens públicos para a obtenção de proventos eleitorais para quem governa no momento».

Lembrou ainda o deputado co-

munista que o actual Governo, ele próprio, pôs em causa o despacho — porventura pensando que reverteria para si o poder de distribuir as frequências — através do secretário de Estado Marques Mendes que em 30 de Agosto de 1986 declarava que tal decisão criará «uma situação passível de desvirtuar a liberdade de acesso ao espaço radiofónico», opinião que um parecer da Auditoria Jurídica da Presidência do Conselho de Ministros completava com a afirmação de que se tratava de uma «mera autorização precária de utilização de certa rede nacional de FM».

Transparência de processos

A instituição do Conselho de Rádio foi também objecto de análise por parte do deputado comunista que refutou a acusação do Governo de que este órgão atentaria as suas prerrogativas constitucionais, acusação lançada a partir do momento em

que o Executivo se apercebeu que a lei consagra critérios legais e estabelece mecanismos que garantem a legalidade e «transparência de processos».

«O Governo e o PSD demonstraram mais uma vez que não querem menos que todo o poder — diria a propósito Carlos Brito — e vêem em qualquer forma de controlo ou fiscalização um terrível atentado ao princípio da separação de poderes».

Depois de convidar todas as pessoas responsáveis a contribuírem para dissipar o clima de rebeldia que o Governo procura manter, o dirigente comunista deixou expressa a sua convicção de que a Lei agora confirmada não fere de «maneira nenhuma os direitos da Igreja Católica e a sua incontestável liberdade de realização do seu múnus espiritual», classificando-a por último como uma lei «justa e pluralista» que vem responder à explosão das rádios locais, sinal de «vitalidade» e de inquestionável «importância na vida cultural do País».

Freitas do Amaral contradiz Freitas do Amaral

Que o despacho do ex-secretário de Estado Anselmo Rodrigues se tratou de um condenável acto eleitoralista, ninguém recusa reconhecer; agora que haja quem pretenda transformá-lo num acto acima de qualquer suspeita de ilegalidades é que já não se entende, chegando mesmo a chocar, sobretudo se tal exercício de convencimento provém de certos juristas da nossa praça.

O Governo estava demitido e confinado, nos termos constitucionais, à «prática dos actos estritamente necessários para assegurar a gestão dos negócios públicos».

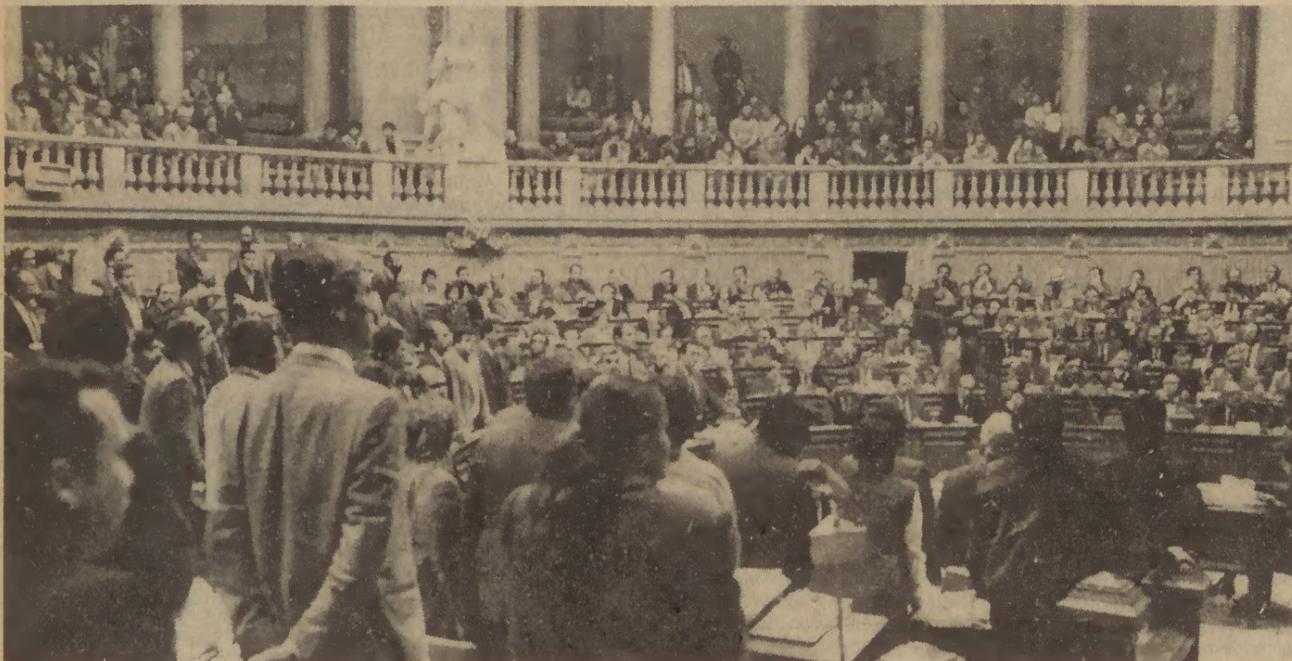
Jorge Lacão, da bancada socialista, foi peremptório: o despacho «está afectado por vício de incompetência» e «ferido de ilegalidade».

Na sua ânsia de defender o indefensável — aliás, a pobreza de razões e argumentos foi notória nos partidos de direita em todo este processo — houve, porém, quem inadvertidamente viesse à liça jogando a própria reputação.

Foi o caso do professor Freitas do Amaral, autor dos pareceres da Rádio Renascença.

Acontece, todavia, que os pareceres do professor Freitas do Amaral à Rádio Renascença violam implacavelmente a opinião do professor Freitas do Amaral, autor da dissertação sobre Governos de gestão, com que se candidatou ao título de professor agregado da Faculdade de Direito, na qual afirma nomeadamente que os governos de gestão estão impedidos de praticar «actos de alta administração ou administração extraordinária», que «só serão legítimos em caso de urgência».

Ora, como recordou Carlos Brito, é «difícil que alguém admita, de razão fria, que o despacho eleitoralista de 3 de Outubro de 1985 pudesse obedecer a quaisquer razões de urgência que não a mais ilegítima urgência eleitoral...»



O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO
DO PARTIDO
COMUNISTA PORTUGUÊS



Queremos saber

Quando, em 20 de Outubro de 1974, os delegados ao 7.º Congresso Extraordinário do PCP elegeram o Comité Central que iria dirigir o Partido até ao 8.º Congresso, foram informados numa intervenção de Octávio Pato que, dos 36 membros efectivos e suplentes então eleitos, apenas quatro não tinham passado pelas prisões fascistas.

Mais foi dito na tribuna que, no seu conjunto, os membros eleitos do Comité Central somavam mais de 300 anos passados nas cadeias do salazarismo, mais exactamente 308 anos. Uma elemental conta de dividir indica ser apenas quanto àqueles dirigentes do PCP, praticamente dez anos a média do tempo que cada um passara encarcerado pela polícia política.

Aos frios números de quantos anos a mais ou a menos tinham sido privados da liberdade aqueles comunistas haveria, naturalmente, a acrescentar não ter sido só isso que a repressão fascista lhes impusera. Verificar-se-ia, por exemplo, computando os números e dados biográficos que nessa altura foram divulgados sobre os mesmos 36 comunistas, que até àquela data eles somavam 740 anos de vida clandestina: tinham destes setecentos e tantos anos passado aqueles trezentos nas prisões — os restantes lutando na clandestinidade, sofrendo as decorrentes e evidentes provações, iludindo a repressão e a perseguição policial, afastados das suas famílias, percorrendo o País em função das necessidades e das exigências da luta pela liberdade e pela paz.

Uma mesma elemental conta de dividir indicaria que, em média, cada um daqueles homens e mulheres haviam, nas prisões ou na clandestinidade, dado mais de vinte anos da sua vida ao combate pela democracia.

Aos frios números de quantos anos a mais ou a menos tinham vivido na clandestinidade aqueles comunistas haveria, naturalmente, a acrescentar não ter sido só isso que a repressão fascista lhes impusera. Ao percorrer a lista dos seus nomes verificar-se-á que, ao longo de décadas, os encontramos nos documentos que denunciavam as torturas na António Maria Cardoso, no Tarrafal, em Peniche, executadas pelas polícias e torcionários da PIDE. Espancamentos, tortura do sono, estátuas, isolamentos, chantagens de toda a ordem — tudo isso haveria a acrescentar.

Mas, ainda além de tudo isso, há que não esquecer que aqueles 36 homens e mulheres acerca de quem tudo isto e muito mais era necessário e possível dizer estavam ali, prontos a continuar a luta como o fizeram, devido também a um facto simples e elemental: estavam vivos.

É que, para além deles, números idênticos, em anos de prisão, em anos de clandestinidade, em resistência à tortura, à violência e ao ódio poderiam ser alinhados acerca de outros comunistas portugueses: a diferença residia no facto de que esses haviam sucumbido na luta, haviam morrido, haviam sido assassinados pelo fascismo.

Haveria que falar de Bento Gonçalves, Manuel Tomé, Alfredo Caldeira, Ferreira Soares, Germano Vidigal, Soeiro Pereira Gomes, José Moreira, Alfredo Lima, José Adelino dos Santos, Cândido Capilé, António Adângio, Estevão Giro, Militão Bessa Ribeiro, José Gregório, Manuel Rodrigues da Silva, Alfredo Diniz, Catarina Eufémia, José Dias Coelho. Destes e de muitos mais que polícias e bufos prenderam, torturaram, espancaram, abateram a tiro, arrasaram a saúde — assassinaram.

Sabemos, portanto, nós, comunistas, do que estamos a falar.

Sabemos da luta pela liberdade, da luta clandestina, da tortura, da prisão, da repressão — do assassino fascista que mata.

Por isso queremos saber.

Queremos saber o que anda um mercenário, um assassino a soldo, um bufo e um espião a fazer com fichas sobre militantes do PCP neste 13.º ano depois de Abril.

Queremos saber como obteve ele esses dados, quem nos andou a perseguir, a vigiar, a espiar — e para quê. Queremos saber quem são os responsáveis. Queremos saber em nome de que é que se invoca segredos de Estado para esconder espionagens, perseguições, fichas e moradas nas mãos de bufos e mercenários que invocam serem empregados de instituições oficiais e contratam assassinos. Que já mataram.

Queremos saber, temos o dever de saber, temos o direito de saber.

E, como se sabe, os deveres — respeitamo-los e cumprimo-los; os direitos — conquistamo-los e defendemo-los.

■ RC

Assembleia da República

«Uma lei justa, pluralista e democrática»

— disse-nos Jorge Lemos

Uma lei que constitui um «**mau serviço à democracia**» e um «**atropelo à Constituição**» e que ao mesmo tempo «**maltrata a dignidade do Estado e colide com a liberdade**», chegando ao ponto de invadir as «**esferas de competência do Governo**», tudo com o objectivo final de «**atingir a Igreja Católica**» e «**calar a Rádio Renascença**». Ligando as peças, eis, em breve síntese, algumas das afirmações mais caras ao discurso dos partidos de direita no decorrer do processo que antecedeu a confirmação da lei de Licenciamento de Estações de Rádio. Por detrás do ridículo e da insensatez das palavras, estão porém claros propósitos e intuítos de natureza política. Uma vez mais a direita mostrou até onde é capaz de ir na sua intolerância: o recurso à infâmia, a manipulação de sentimentos e crenças, a apologia de um clima de rebeldia contra o regime democrático, são armas que não hesita em recorrer sempre que as suas posições estão em jogo.

Pese embora o primarismo de algumas afirmações, importa desmontá-las e esclarecer a verdade. Conosco, **Jorge Lemos**, deputado comunista, desde a primeira hora ligado à elaboração da presente lei.

Av. — Será verdade que a Lei agora aprovada colide com a liberdade, maltrata a dignidade do Estado e constitui um atropelo à Constituição? Poder falar-se num mau serviço prestado à democracia como os partidos de direita querem fazer crer?

JL — A direita e o Governo lançaram com efeito, entre outras, falsas razões como as que acabaste de referir. Sem ser exaustivo, analisemos ainda que brevemente cada uma delas. Começemos pelo atropelo à liberdade. É espantoso ver o despudor com que tais senhores falam sobre este problema. Como se poderá, com um mínimo de honestidade, considerar, como um ataque à liberdade, uma lei que visa precisamente garantir mais liberdade e que parte do pressuposto de que deve haver oportunidades iguais sem privilégios à partida? Como é possível falar de atropelo à liberdade quando esta lei vem dar corpo às mais profundas reclamações das rádios locais, garantindo-lhes um funcionamento democrático, pluralista, sem subordinação ao poder político e económico?

Oligopólio radiofónico

Av. — Está-se, pois, em presença de uma monumental hipocrisia.

JL — Claro. E cabe devolver-lhes a acusação. Eles, sim, estão contra a liberdade, pretendem manter um «status quo» de oligopólio radiofónico em que não haja liberdade de acesso por novas entidades ao exercício da radiodifusão.

Av. — O PSD e o CDS, no entanto, não desarmaram.

JL — Certo, mas apresentam péssimas razões e péssimos argumentos, como seja a defesa do indefensável despacho do ex-secretário de Estado Anselmo Rodrigues que, a dois dias de eleições, entregou por debaixo da mesa duas redes de frequência à Rádio Renascença e à RDP.

Será que o Governo e a direita entendem que é este procedimento que defende a liberdade? Será que é esta a postura que o PSD assume perante a administração pública? É hipócrita que tais senhores falem em limitações à liberdade!

Av. — E quanto a eventuais atropelos à Constituição?

JL — Do que se trata é que pretendem passar de réus a acusadores. Quem atropelou a Constituição foi o ex-secretário de Estado quando ultrapassando todas as competências de um governo de gestão — como o próprio Freitas do Amaral reconhece — se arrogou o direito, contra a Constituição e a lei, de atribuir as duas referidas frequências, ultrapassando pedidos anteriores.

Despacho eleitoralista

Av. — Anselmo Rodrigues, aliás, disse uma coisa e fez outra.

JL — Sim, a verdade é que afirmava anteriormente na Assembleia da República a decisão de o seu governo não atribuir quaisquer novas frequências uma vez que a revisão constitucional de 1982 fazia depender de aprovação pela Assembleia da República a legislação específica sobre os licenciamentos.

A lei não mudou, o secretário de Estado é que mudou de opinião. As razões são evidentes mas a ilegalidade é também patente. Mas ainda que assim não fosse que outra urgência senão a do eleitoralismo poderia justificar a emissão de um despacho a 48 horas de eleições para atribuir redes de frequência que só poderiam ser utilizadas em Julho de 1987 como expressamente decorria dos acordos internacionais subscreitos pelo Estado português?

Av. — Parece não haver dúvidas portanto que quem atropelou a Constituição foi o ex-secretário de Estado.

JL — Com efeito foi o autor do despacho que desrespeitou a Constituição e por isso mesmo a Assembleia da República procedeu e bem à anulação de tal acto imoral e indigno.

Av. — Mas tinha legitimidade para o fazer?

JL — Fê-lo no pleno uso dos seus direitos e prerrogativas constitucionais e legais. Nem poderia deixar de ser assim. Imaginemos que um qualquer secretário de Estado de um governo demitido entendia praticar actos claramente ilegais? Poderia isso justificar que os órgãos de soberania não tivessem competência para repor a legalidade? Seria um absurdo como aliás demonstrámos

na intervenção durante o debate.

Uma coisa é certa: o Estado democrático não está nem pode estar desarmado perante tais atitudes e é inteiramente legítimo que a Assembleia da República eleita pelo sufrágio do povo português reponha a legalidade, aí, onde ela foi violada.

Absurdos de má administração

Av. — E quanto ao facto de a dignidade do Estado ter sido afectada com a aprovação da lei?

JL — Com que legitimidade se pode arguir nesse sentido no quadro da situação que acaba de ser descrita? Ou será que para a direita portuguesa, dignidade do Estado é igual a negociocismo, clientelismo, eleitoralismo e outros absurdos de má administração?

Av. — Uma das linhas de força da argumentação dos partidos de direita é a de que o Conselho da Rádio, no âmbito das suas competências, viola o artigo 202 da Constituição. É verdade?

JL — Não. E convém referir que o Governo só se lembrou dos eventuais direitos da RR e da RDP quando percebeu que não estaria sozinho na distribuição de frequências. Enquanto pensou que seria ele o único rei e senhor dessa distribuição por várias vezes se manifestou favorável.

Av. — O próprio Marques Mendes produziu afirmações nesse sentido.

JL — Exacto. Lembremo-nos das suas declarações e do seu célebre despacho em que considerava precárias a atribuição de tais frequências e a sua possibilidade de a todo o momento revertem para o domínio público.

De repente, ao ver a sua margem de manobra limitada com a criação de um Conselho plural e independente que se pronunciará sobre a atribuição de frequências, aqui d'el rei, estão a ser violados importantes direitos adquiridos.

A dor do Governo

Av. — Momento a partir do qual passaram a afirmar que a AR

estava a invadir a esfera de competências do Governo.

JL — Sim. Aliás o Governo PSD habituou-se mal à sua condição de minoritário e quer actuar como se se tratasse de um governo absoluto, vindo em cada acto da oposição uma inaceitável intromissão nas suas próprias competências.

É ridículo. O Governo deveria saber que na generalidade dos países funcionam órgãos com características e atribuições semelhantes à do agora criado Conselho de Rádio e que nunca os governos desses países entraram em histeria por tal facto.

É normal em democracia que órgãos independentes intervenham em processos como o da atribuição de frequências precisamente para garantir que haja independência, não discriminação, equidade, pluralismo nessa mesma distribuição. O que dói ao Governo é que não possa ser ele sozinho a dar as frequências aos amigos que muito bem entende, mas isso é uma dor do Governo, não é uma intromissão ou uma invasão da esfera das suas competências.

Av. — A reversão para o domínio público das frequências cedidas a título precário nos dois últimos anos, tal como estabelece o decreto, pode ser encarada de algum modo como pretendendo atingir a Rádio Renascença?

JL — Em nosso entender a Rádio Renascença não tem razão de queixa. É neste momento e continuará a ser, mesmo sem a nova rede de frequência, um dos mais fortes potentados radiofónicos em Portugal. É hipócrita afirmar que se quer calar a RR quando ela própria, antes de lhe ter sido atribuída a nova rede, já se intitulava da mais poderosa emissora nacional.

O que está em causa, isso sim, é a manutenção de um privilégio para uma empresa com características comerciais, negando a todos os outros possibilidades de ter acesso ao espectro radioelétrico em termos nacionais ou re-

Deputados visitam Loures

Prosseguindo a sua prática habitual de visitas e contactos directos com os cidadãos e com os problemas dos círculos eleitorais por onde foram eleitos, um grupo de deputados comunistas deslocou-se no último fim-de-semana ao concelho de Loures.

Constituída pelos deputados Jerónimo de Sousa, Jorge Lemos, Anselmo Aníbal e por João Labisca, chefe de gabinete do Grupo Parlamentar, a delegação teve ensejo de conhecer de perto quatro problemas centrais na vida do concelho.

Sempre acompanhados por um numeroso grupo de autarcas, entre os quais se encontrava o presidente do Município, camarada Severiano Falcão, os deputados inteiraram-se das condições deficientes em que funcionam as chamadas «valas sanitárias» de Beirrolas e do seu impacto negativo



Rio Trancão: um esgosto a céu aberto

Assembleia da República

Ainda a questão da Defesa

Interesses nacionais são inseparáveis de uma política independente e multilateral

Jorge Lemos

gionais. É isso que se pretende evitar.

Av. — Não têm então nenhum fundamento e constituem mesmo uma grave calúnia as afirmações de que se pretende atingir a Igreja Católica?

JL — Sim e sobretudo não se diga, porque isso é grave, que se pretende calar a voz da Igreja Católica. O PCP sempre demonstrou que é favorável às mais amplas condições para que a Igreja Católica possa exercer o seu múnus espiritual e ter condições para o fazer. O que é inaceitável é que em nome da Igreja Católica se pretenda manter privilégios que pouco ou nada têm a ver com a sua missão. E são pura e simplesmente enormes interesses económicos.

Av. — A Renascença fala, entretanto, em vultuosos prejuízos...

JL — É algo que deverá ser apurado na sede própria, que não é logicamente a Assembleia da República, e é também lógico que o direito administrativo português contém em si os mecanismos que podem responder a eventuais situações desse cariz.

Av. — Legítimo é, pois, afirmar que estamos em presença de uma lei boa?

JL — Sem dúvida. Ela é boa, democrática e pluralista. Vem dar consagração legal a esse pujante fenómeno do aparecimento de rádios locais que tão fortemente têm mobilizado a juventude.

É muito importante que se diga ainda que as rádios locais estão a favor da lei porque sabem que ela corresponde aos seus interesses e aspirações. Mas também aqueles que pretendem avançar com projectos de âmbito regional ou nacional o poderão agora fazer, garantindo o necessário leque diversificado de opiniões a que a sociedade portuguesa tem direito.

Aprovada a lei e confirmada, há agora que proceder à sua regulamentação e todos teremos que estar vigilantes face a eventuais tentativas do Governo de, por manobras dilatórias, tentar atrasá-la ou mesmo desrespeitá-la. É uma tarefa que cabe a todos nós.

Com o previsto início para hoje, quinta-feira, do debate da proposta de lei sobre programação militar (programa das Forças Armadas para aquisição de equipamento), debate coincidente com o momento em que se aguarda a publicação e posterior agendamento do pedido de inquérito parlamentar requerido pelo PCP à actuação das entidades portuguesas no escândalo «Irangate», continuam na ordem do dia as questões relativas à Defesa Nacional, problemática que ainda há pouco mais de uma semana animou os trabalhos parlamentares por ocasião de uma interpelação ao Governo da iniciativa do PRD.

Na altura, recorde-se, em resultado de um prolongado e concorrido debate que registou múltiplas contribuições, tornou-se evidente a distância que separa — designadamente quanto às opiniões sobre a situação militar do País e quanto às concepções sobre a política de Defesa Nacional — o actual Executivo do PSD dos partidos da oposição democrática com assento parlamentar.

Um dos aspectos mais relevantes e conclusivos do debate então produzido sobre esta matéria — tema normalmente arredado do domínio público — foi o de que o Governo não tem um sentido nacional da política de Defesa, sentido esse que de resto está também ausente do seu comportamento noutras áreas da nossa vida colectiva.

Compromissos externos

Mais grave do que a inexistência de uma política de Defesa ou mesmo de um Ministério da Defesa, como chegou a ser dito, é, com efeito, como na oportunidade salientou o deputado comunista João Amaral, o facto de o Governo de Cavaco Silva não ter um sentido nacional da política de Defesa.

Vários factos e exemplos concorrem para demonstrar de forma inequívoca esta constatação, um dos quais é sem dúvida o alcance dos compromissos, designadamente externos, que o Governo de Cavaco Silva vem assumindo.

Vale a pena lembrar, a este propósito, algumas das perguntas formuladas pelo PCP ao Governo no quadro da interpelação sobre política de Defesa, questões que

considerou básicas com vista a um cabal esclarecimento da política governamental nesta área.

Questionou, por exemplo, como pode o Governo continuar a rodear de um cerrado silêncio a natureza dos contactos realizados pelo Primeiro-Ministro no decorrer da sua visita aos Estados Unidos em Setembro de 1986, nomeadamente quanto às pretensões norte-americanas, conteúdo, implicações e resultados das conversações?

Os interesses da NATO

E em matéria de opções em termos de equipamento e defesa, como se explica que o Governo se decida pela aptidão de uma bateria de mísseis «HAWK» (investimento de 190 milhões de dólares) para a defesa aérea da Base das Lajes (onde os EUA gozam de amplas facilidades), isto quando são conhecidas as perigosas debilidades existentes quanto à capacidade de «detecção, controlo e intercepção de ameaças» envolvendo o espaço aéreo do continente, ao mesmo tempo que são aprovados investimentos para aquisição de equipamento militar (fragatas, aviões e um sistema de defesa anti-aérea) que «visam

todos finalidades de interesse NATO?».

«Como é que se pode admitir, numa óptica nacional — interroga ainda o PCP —, que a parte mais vultuosa do investimento em equipamento das Forças Armadas seja afectada e decidida em função do interesse NATO/EUA ou que a realização das «chamadas infra-estruturas comuns NATO (em Porto Santo, Ovar, Montijo, Vila Real, etc.) seja decidida a partir do exterior, à revelia do quadro constitucional português, designadamente no tocante à intervenção da Assembleia da República?».

Ignorar opiniões

Por outro lado, não pode deixar de constituir motivo de sérias preocupações, que o Governo, ignorando opiniões de altos responsáveis (designadamente militares) que apontam para a inconveniência da entrada em Portugal de tropas estrangeiras, ainda que de países aliados e amigos, prossiga uma política que contraria estes objectivos e filosofia.

A este respeito, cabe perguntar, como o fez o grupo parlamentar comunista, se o Governo confirma ou não a existência de planos NATO em que a defesa ter-

restre do nosso país cabe a forças estrangeiras ou se reconhece ou não que «o maior esforço da organização e equipamento a nível do Exército foi feito numa brigada (a 1.ª BMI) afectada a missões externas?».

«Neste quadro — interpellam os deputados comunistas — como se compreende que estejam a ser concentrados esforços na componente aeronaval, ela própria afectada a missões de interesse directo NATO? E como se pode aceitar a persistência de tão chocantes debilidades na capacidade de defesa como as notórias carências em matéria de munições, fardamentos, reservas estratégicas, etc.?».

A maior das vulnerabilidades

Ora são exactamente questões pertinentes como as que acabamos de referir — a que se poderão juntar muitas outras como sejam o aparecimento de um conceito de «inimigo interno» (claramente desconforme com a Constituição e a lei) introduzido nas operações do recente «Exercício Orion 86» — que permitem concluir com toda a legitimidade que a acção governativa está a conduzir ao seu progressivo afastamento dos reais interesses do País e dos portugueses, situação que na opinião dos deputados comunistas poderá conduzir à maior das vulnerabilidades: a não identificação do povo com a política de Defesa facto que, por si só, compromete a própria capacidade de defesa.

Na interpelação, esse aspecto foi aliás evidenciado quando se tratou de saber que explicação a dar aos jovens, «ávidos de entender o mundo que os rodeia», para o facto de os oficiais que ajudaram a construir o Portugal em que vivem, o Portugal de Abril, serem preteridos nas promoções ou colocados na prateleira.

«Que sentido de orgulho nacional se pretende dar a esses jovens — perguntou João Amaral — quando se verifica que para o acesso a cargos determinantes nas Forças Armadas o que pesa não é ser português e estar empenhado em defender a Pátria mas sim a opinião da NATO, a credenciação NATO?».

A ausência de uma política independente e multilateral como define a Constituição e o crescente enfeudamento aos interesses estratégicos dos EUA, a par da partidização pelo PSD das FA's e da sua colonização ideológica por forças de direita e extrema-direita, surgem assim como os grandes responsáveis pelo fosso entre os portugueses e a Defesa nacional.

É essa desconformidade que é preciso corrigir, adequando no quadro constitucionalmente estabelecido as opções no domínio da defesa com os interesses do País que somos, orientação que pressupõe privilegiar sempre, em todo e qualquer momento, os interesses nacionais.

Acções ilegais de vigilância confirmam apreensões e advertências

O envolvimento de um colaborador dos serviços de informação das Forças Armadas em actividades ilícitas de vigilância e fichagem de membros de partidos políticos — questão a que vários

órgãos de informação têm vindo a dar relevo — foi levado ao plenário da Assembleia da República, na passada terça-feira, pelo deputado comunista José Manuel Mendes.

De acordo com uma notícia divulgada pelo «Expresso», o referido indivíduo foi detido o ano passado por suspeita de «organizar em Portugal o recrutamento de mercenários para a organização clandestina antibasca GAL», tendo sido encontradas na altura em seu poder fichas de militantes do PCP.

A gravidade de tais factos, na opinião da bancada comunista, colocam na ordem do dia «advertências e prevenções» anteriores e exige que o Governo preste as necessárias explicações, «sob pena de se legitimarem conclusões segundo as quais se está a implantar o condicionamento policial da livre capacidade de intervenção das forças políticas democráticas».

Com efeito, o episódio agora conhecido indicando o envolvimento de colaboradores dos serviços de informações portugueses em redes terroristas «com articulação internacional», bem como o desenvolvimento de acções «ilegais, de vigilância,

espionagem ou provocação sobre a actuação de partidos democráticos», constitui um facto da maior gravidade que «fere a consciência democrática», pelo que urge, como salientou José Manuel Mendes, o «inteiro apuramento da verdade e das responsabilidades».

Acções terroristas

Por iniciativa do PCP foi apresentado na Assembleia um voto de protesto pelas recentes agressões de que foram vítimas cidadãos portugueses por parte da Renamo na República Popular de Moçambique. Para além de manifestar o seu repúdio por tais actos, o voto expressa o desejo de que o Governo adopte urgentemente as necessárias medidas que permitam a «protecção de cidadãos e dos interesses dos portugueses, ameaçados pelas acções terroristas».

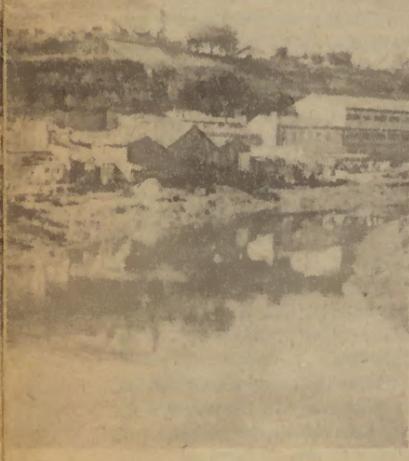
O Grupo Parlamentar comunista deu entretanto a conhecer a sua decisão de levar à Assembleia da República, para apreciação, o novo código de processo penal, com vista à sua alteração.

em termos ambientais bem como do altíssimo grau de poluição que atingiu o rio Trancão.

Os problemas decorrentes do nó rodoviário de Odivelas a par das condições infra-humanas em que vivem largas dezenas de famílias nos bairros de Assembleia Distrital, na Pontinha, foram também dados a conhecer aos deputados comunistas.

Em todos os locais visitados, e na oportunidade para estabelecer diálogos vivos com as populações, ficou patente a responsabilidade de outras entidades e designadamente do Poder Central na resolução dos gravíssimos problemas existentes.

Aos visitantes foi ainda dado observar as enormes potencialidades do concelho e o extraordinário trabalho já desenvolvido por uma gestão democrática empenhada na resolução dos seus problemas.



Trabalhadores

Sábado

Convergem para o centro do Porto três grandes manifestações

- Integrada na jornada nacional da CGTP, está também anunciada uma manifestação em Faro

No próximo sábado saem à rua no Porto três desfiles, que se concentram na Praça da Liberdade. As manifestações partem do Campo 24 de Agosto, Igreja da Cedofeita e Praceta 25 de Abril; esta última em Vila Nova de Gaia. A União dos Sindicatos do Porto, ao integrar esta acção na jornada nacional de luta, que se efectuou em 31 de Janeiro por iniciativa da CGTP-IN, mobilizou o movimento sindical do distrito e as organizações representativas dos trabalhadores em sectores e empresas que, designadamente através da Coordenadora das CT's do Porto, apoiam a manifestação do próximo sábado na capital do Norte.

Em plenário distrital, as comissões de trabalhadores aderiram à jornada de luta do dia 21, «pelo emprego, pelo salário, por uma nova política e um novo governo».

No plenário as CT's decidiram:

- Intensificar a luta por melhores salários.

- Desenvolver esforços pela redução do horário de trabalho para um máximo de quarenta horas semanais.

- Lutar contra o desemprego, pela criação de postos de trabalho e subsídio de desemprego para todos os desempregados.

- Lutar contra a prática dos salários em atraso, exigindo a aplicação da Lei 17/86, pela irradiação do trabalho infantil, à peça, ao metro, etc.

- Repudiar o novo pacote laboral que o Governo quer impor.

- Acabar com a repressão sindical, exigindo a punição do patronato responsável.

- Apelar às forças democráticas na Assembleia da República, para que encontrem rapidamente uma alternativa a este Governo.

As CT's, no plenário da sua Coordenadora, efectuado na passada sexta-feira, decidiram participar nos desfiles e na concentração do Porto, manifestando-se com os restantes trabalhadores e trabalhadoras mobilizados pelo movimento sindical daquele distrito.

Desfile em Matosinhos

Mais de 300 trabalhadores desfilaram pelo centro de Matosinhos, protestando contra a situação criada na **Sitenor**, empresa ligada à **Quimigal**.

A manifestação, que se dirigiu à delegação do Ministério do Trabalho, era formada na sua quase totalidade por trabalhadores da **Sitenor**, ameaçada com 170 despedimentos e com a venda de uma parte da fábrica.

Segundo os manifestantes e os seus eleitos sindicais, a proposta de despedimentos e venda de instalações da **Sitenor** foi proposta pela própria administração desta empresa, inserindo-se na política de ataque ao sector público (empresarial do Estado) desenvolvida pelo Governo Cavaco Silva.

A venda de parte da **Sitenor** seria destinada a pagar as indemnizações pelos 170 despedimentos.

Os trabalhadores, que desfilaram pelo centro de Matosinhos, distribuíram um comunicado à população e conseguiram marcar uma audiência no Ministério do Trabalho.

Os trabalhadores da **Sitenor** marcaram para hoje, 19, novo plenário, na sequência de dois anteriores, nos quais foi aprovada a manifestação pelo pagamento



Com início às 15 horas do próximo sábado, os três desfiles, que convergem para a Praça da Liberdade no centro do Porto, tiveram a adesão (até anteontem) de 52 sindicatos e 71 estruturas sindicais, assembleias de delegados, comissões sindicais e plenários de trabalhadores. A mobilização prossegue.

Os números falam por si, dizem os organizadores das manifestações; e no Porto falam assim: 100 mil desempregados, 120 mil contratados a prazo, 20 mil com salários em atraso, milhares e milhares com trabalho clandestino.

Em apenas trinta e duas empresas têxteis, do vestuário e calçado trabalham, por **salários inferiores a seis contos mensais**, mais de 250 crianças, com menos de 14 anos de idade.

É indispensável mobilizar, participar, agir.

Também no próximo sábado prossegue, com uma manifestação em Faro, a jornada nacional da CGTP-IN.

de salários e pela salvaguarda dos postos de trabalho.

400 trabalhadores em plenário na Facar

Na **Facar**, cujas instalações ficam também no concelho de Matosinhos, reuniram-se em plenário mais de 400 trabalhadores para reivindicarem o pagamento da metade em falta nos salários de Janeiro.

O plenário fez-se dentro da empresa, apesar de a administração tudo ter feito para o evitar.

Recorde-se que esta empresa, desintervencionada em 1976 e onde se desenvolveu na altura um processo de luta longo e participado, é administrada pelos Carvalhos: uma gestão que os trabalhadores consideram «ruinosa».

Exige-se o funcionamento regular da empresa, o respeito pelas leis e pelos direitos dos trabalhadores.

Dia 24

Mulheres do Porto no Parlamento

● Outras lutas

Uma grande delegação de mulheres do Porto exigirá, dia 24, na Assembleia da República, a imediata descida dos preços de alguns produtos essenciais.

Na próxima terça-feira, a comissão unitária de mulheres, que recolheu recentemente cinco mil assinaturas pela baixa de preços do pão e do leite, avança com mais esta acção de luta em unidade.

A organização unitária, que se integra na manifestação do dia 21 no Porto, já entregou no Governo Civil o abaixo-assinado pela descida do pão e do leite. Vai agora expor aos grupos parlamentares as mesmas preocupações, que se relacionam com o Orçamento do Estado.

Este instrumento institucional, aprovado na Assembleia da República, contém verbas consignadas à redução dos preços daqueles géneros de primeira necessidade.

A comissão unitária do Porto considera um escândalo o facto de, ao contrário do que foi aprovado na AR, os preços do pão e

do leite gordo, exactamente aquele que é mais consumido pelas crianças, terem aumentado mais de vinte por cento.

As mulheres do Porto, através da sua organização unitária, que efectuou recentemente uma reunião alargada, mostram ainda a sua preocupação pela vida cada vez mais difícil das famílias mais carenciadas, pela falta de emprego para os jovens, o aumento das rendas e dos preços em geral.

Gráficos em greve nos Açores

Os trabalhadores gráficos da Imprensa da Região Autónoma dos Açores, em greve no passado dia 13, conseguiram uma adesão de 100 por cento no «Diário dos Açores», «O Telégrafo», «A União» e «Correio da Horta», jornais que não se publicaram no último sábado.

O dia de greve foi a forma de luta sindical aprovada para fazer aplicar a actualização do contrato (CCTV) naquela Região Autónoma.

Devido à greve e ao seu nível de adesão (mais de 90 por cento no total) só saíram no sábado os jornais «Diário Insular», «Açoriano Oriental» e «Correio dos Açores». O segundo destes periódicos recorreu ao serviço de estranhos ao sector em greve; no primeiro, a adesão foi de 90 e no «Correio» não houve greve, porque os salários já foram actualizados.

O Encontro Regional do PCP sobre **Questões Laborais**, em Angra do Heroísmo, nos dias 14 e 15 do corrente, considerou a greve dos gráficos «uma luta exemplar e extremamente importante para o desenvolvimento da luta dos trabalhadores na Região Autónoma».

No próprio dia da greve, sexta-

-feira passada, o secretário regional do Trabalho propôs uma reunião na próxima terça-feira, 24, entre representantes do Sindicato dos Gráficos, do Governo Regional e do patronato.

O Sindicato programava, entretanto, a realização de plenários com os trabalhadores em todas as empresas. Novas formas de luta (mais duras) poderão ser aprovadas, caso não seja concretizada a actualização do contrato dos trabalhadores gráficos da Região Autónoma dos Açores.

A direcção regional do nosso Partido (DORAA), que, através do deputado regional do PCP e de outras declarações, tem apoiado as reivindicações e a luta dos gráficos, exigiu que o Governo Regional publique de imediato a portaria de extensão do contrato (CCTV), considerando mesmo ilegal a atitude do Governo.

Registavam-se entretanto outras acções, na Região Autónoma dos Açores, promovidas pelo Sindicato dos Professores.



15 de Março 1987 • COIMBRA
Faculdade de Economia
Av. Dias da Silva, 165
Horário das 10h às 17,30h

CONVITE
Entrada livre e debate aberto
a todos os participantes

Temas em debate:

- A situação actual ao nível de cada substância mineral ● A prospeção mineira ● Higiene e segurança no trabalho nas minas ● Ligação da Universidade à Indústria ● Sector Empresarial do Estado no sector mineiro ● As consequências da adesão de Portugal à CEE para o sector ● Os grandes projectos mineiro-metalúrgicos ● A situação das empresas do sector

Trabalhadores

Governo e gestores agravam o conflito na CP

● Reunião nacional da FSTFP avança hipótese de greve

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses (FSTFP/CGTP-IN) foi mandatada pelo Plenário Nacional de activistas e dirigentes sindicais da CP, que reuniu na segunda-feira, em Lisboa, «para perspectivar um plano de luta imediata, que possa vir a contemplar todas as acções, inclusive a greve».

A luta na CP, que o «Avante!» tem noticiado, está relacionada com as negociações do regulamento de carreiras e do acordo de empresa. A firmeza dos ferroviários e a sua combatividade, bem expressas, por exemplo, na grande concentração realizada no Terreiro do Paço dia 4 de Fevereiro, obrigaram o CG a aceitar uma reunião com a FSTFP na passada sexta-feira.

O Governo e os homens que colocou na CP tentam ainda — denunciava a propósito a Federação em nota à imprensa —, «através de manobras obscuras» e «em conluio» com os sindicatos paralelos da UGT impor um tecto salarial de 11,8% na empresa.

As propostas que o CG apresentou, já na madrugada de sábado, foram consideradas pelo Conselho Nacional da FSTFP «uma provocação, na medida em que representam um claro recuo relativamente às posições acordadas no protocolo» de 25 de Abril de 1986.

Plenário Nacional admite recurso à greve

Na segunda-feira realizou-se na Casa do Aentejo um Plenário Nacional de dirigentes e activistas sindicais da CP, que discutiu a situação laboral na empresa. No final da reunião, os sindicalistas foram levar o seu protesto às instalações do CG, onde se mantém permanentemente um piquete de trabalhadores desde o dia 11.

Numa resolução aprovada no Plenário os representantes dos ferroviários repudiam «globalmente a estratégia seguida pelo CG na condução das negociações do RC e do AE, pois é tecnicamente incorrecto e socialmente injusto que se faça recair sobre os ombros dos trabalhadores as consequências da gestão desastrosa que deliberadamente tem sido imposta à CP».

Afirmando que «os valores da tabela salarial e de outras cláusulas com expressão pecuniária» são «insuficientes, porque não repõem minimamente o poder de compra perdido nos últimos anos pelos ferroviários» e estão «distantes» dos aumentos conseguidos nos transportes (cerca de 14%), a resolução exige que o Conselho de Gerência apresente novos valores para negociação.

Os participantes no Plenário repudiam os «planos de ataque aos interesses vitais da empresa, designadamente no que se refere à entrega da renovação da via ao sector privado, à tentativa de encerramento de 800 quilómetros e 200 estações» e à ameaça de retirar os barcos que ligam o Terreiro do Paço ao Barreiro.

A resolução manifesta mais uma vez «a firme oposição dos ferroviários ao pacote anti-laboral que o Governo pretende aprovar para atender as suas clientelas da CIP, CAP e CCP».

O prosseguimento da continuação dos piquetes na sede do Conselho de Gerência da empresa e a «perspectivação do seu alargamento a outros locais» são considerados oportunos no âmbito do prosseguimento da luta.

Dividir, dividir... e quanto mais, melhor!

«SNFTR», «Sinfese», «Sinfeder», «Sitemaq», «SMAQ», «Sinafe» e «STTF» — sete nomes para o divisionismo que tentam semear entre os trabalhadores da CP. Para quê?

Por exemplo, para que o Conselho de Gerência mandado pelo Governo Cavaco/PSD possa assinar com estes sindicatos afectos ou filiados na mais que amarela UGT um acordo de empresa que define aumentos de 11,8 por cento, quando a média de aumentos no sector é de cerca de 14%. O facto de o presidente do STTF (transportes fluviais) vir depois dar o dito por não dito não tira nenhuma razão à tão velha quanto certa verdade: quem divide quer reinar.

O divisionismo não é novidade e os trabalhadores ferroviários sabem como lidar com ele. Por isso prosseguem a luta e reforçam a unidade.

E quem quiser que leve a sério a «batalha sem tréguas» que Torres Couto ameaça vezes sem conta declarar aos seus amigos do Governo.

Exoneração repudiada no ensino em Setúbal

O presidente da comissão instaladora da Escola Superior de Educação de Setúbal foi recentemente exonerado pelo secretário de Estado do Ensino Superior.

Através da respectiva organização, os professores comunistas do distrito de Setúbal manifestam a sua disponibilidade para encararem, com todos os colegas, as formas de acção adequadas à luta contra a ofensiva geral que o Governo leva a cabo no sector da educação.

A comissão coordenadora distrital do Ensino da ORS do PCP, que repudia a exoneração ordenada pelo secretário de Estado, faz um apelo à acção de todos os docentes por objectivos comuns, em especial o estatuto de carreira.

A coordenadora de Setúbal apela à participação de todos os professores nas formas de luta já anunciadas pelas suas organizações representativas.



Reformas por invalidez em risco de paralisar

A Direcção do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, numa posição pública de apoio aos clínicos gerais «por melhores e mais dignas condições de trabalho», refere as «novas e inadmissíveis exigências por parte da Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários e das ARS, que ameaçam paralisar os processos de reforma por invalidez, nos centros de saúde». Os médicos de clínica geral «não aceitam — sublinhava o Sindicato na passada quinta-feira — a actual contrapartida remuneratória que lhes está a ser imposta», pelo que «em vários centros de saúde os processos de reforma estão a acumular-se, com evidentes prejuízos para os respectivos utentes», neste caso todos os que requerem reforma por invalidez.

Os médicos de clínica geral fizeram propostas para alterar a situação. A falta de resposta obrigou o Sindicato a trazer a público o assunto, responsabilizando pelo sucedido os «organismos da Segurança Social, através das ARS» (departamentos regionais).

Trabalhadores-estudantes em semana de protesto

Depois de fazerem um levantamento das principais «carências vividas no ensino nocturno», organizações representativas dos TEs (trabalhadores-estudantes) anunciaram uma série de iniciativas escola-a-escola e de âmbito distrital.

Na acção destinada a apoiar medidas indispensáveis da parte de entidades oficiais, destaca-se, segundo a Federação Nacional das Associações de Trabalhadores-Estudantes, «a promoção da semana de protesto dos TEs», marcada para os dias 23 a 27 do corrente.

Os TEs pretendem ver apreciadas e discutidas as suas propostas, que entendem indispensáveis para a resolução dos seus problemas agravados ultimamente.

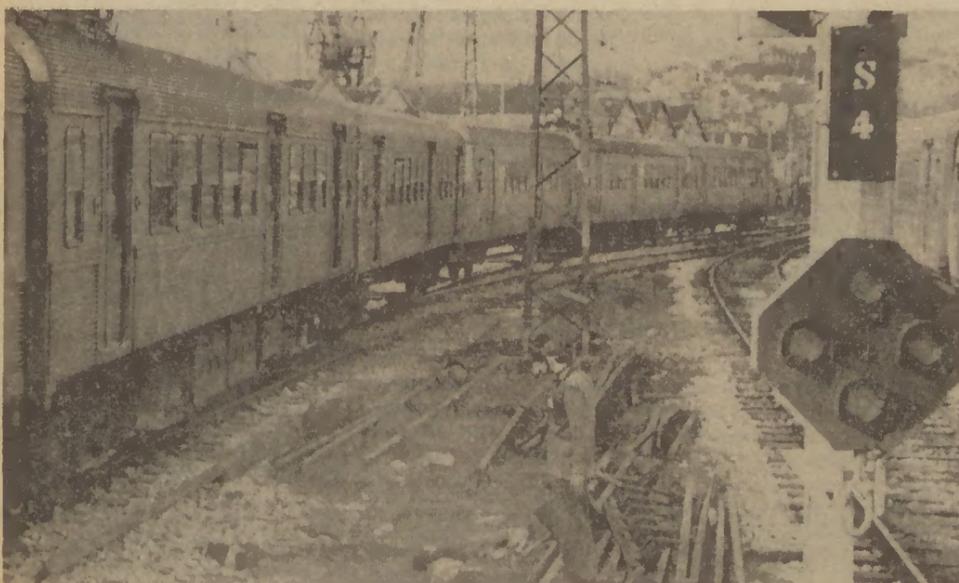
Leis laborais e arbítrio patronal

Na sua primeira reunião depois da jornada de 31 de Janeiro, o Conselho Distrital da União dos Sindicatos de Aveiro analisou, entre outros assuntos, os «projectos governamentais de revisão das leis laborais, apresentadas ao Conselho de Concertação Social» (CPCS), de que faz parte, como se sabe, a UGT.

Acerca desses projectos do Governo, patronato e divisionistas, os dirigentes da USA/CGTP-IN concluíram que, se os mesmos «vierem a ser lei», aumentarão os horários de trabalho, liquidarão na prática a contratação colectiva, criarão condições para despedimentos em massa, legalizarão o tráfico de trabalhadores e abrirão «campo ao arbítrio total do patronato».

Para 22 de Março, no âmbito da actividade sindical no distrito de Aveiro, aquela União deu o seu aval à realização de um Encontro Distrital de Mulheres, no qual participa também o MDM-Movimento Democrático do sector.

Para 11 de Abril próximo, ficou marcada a conferência distrital sobre o emprego, que decorrerá sob o lema «Emprego e Desenvolvimento: Que Perspectivas?» — informa ainda a direcção distrital da União dos Sindicatos de Aveiro, que concluiu ser necessário efectuar urgentemente um plenário distrital de sindicatos.



Governo não quer ouvir justas exigências dos trabalhadores da CP

Bragança Sessões sindicais

Integradas nas iniciativas nacionais da CGTP-IN, decorrem amanhã e depois, em Bragança e Mirandela, duas sessões sindicais com a presença de Armando Teixeira da Silva, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN. No dia 23, segunda-feira, a União dos Sindicatos de Bragança será recebida pelo Presidente da República.

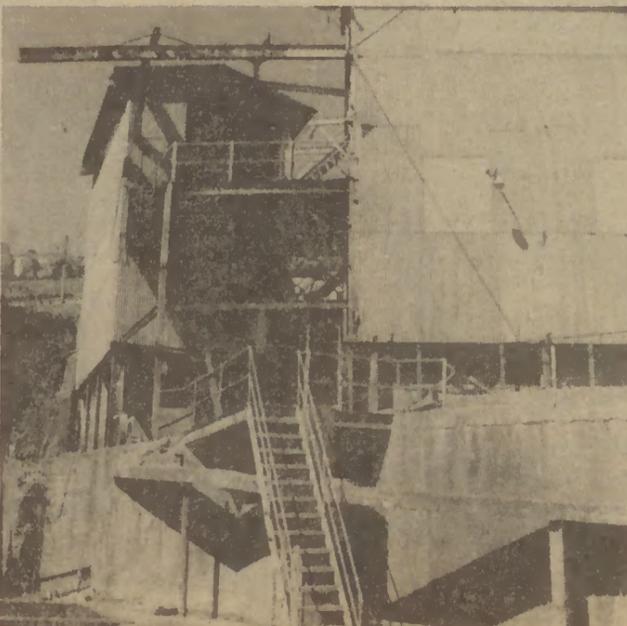
Segundo informação de quinta-feira passada, a USB, cujo secretariado tinha reunido no dia anterior, reafirma a «necessidade de aumentar o esclarecimento directo junto da população».

A união sindical do distrito de Bragança sublinha que «se mantém e acentua a situação difícil

dos trabalhadores»; que cresce o desemprego e aumenta o trabalho precário; que «continuam encerradas as Minas de Portelo, Ribeira, Argoselo»; que são despedidos trabalhadores na ex-Ferrominas.

Conforme a reportagem do «Avante!» verificou ainda na semana passada, e a USB confirma, são encerrados matadouros, a CAICA e destruída como empresa única e são transferidos trabalhadores.

A União dos Sindicatos de Bragança responsabiliza, pela «situação difícil dos trabalhadores do distrito», o «Governo PSD/Cavaco Silva e o patronato».



Minas. Um sector arruinado pelos interesses do capital

Trabalhadores

Uma evidência esquecida?**O desemprego é uma questão política****A CGTP promove debate com líderes políticos e representantes da Igreja**

Na sua primeira reunião depois das manifestações nacionais de 31 de Janeiro, o Conselho Nacional, órgão dirigente da CGTP-IN, aprovou um conjunto de acções a desenvolver em breve, entre as quais se destaca a questão do desemprego. De carácter concreto, como sublinha o CN, essas iniciativas vão ser levadas à prática por toda a estrutura (organização) da Central unitária, «desde as empresas aos sectores e regiões». A direcção de *Inter*, ao mesmo tempo que salienta o significado da resposta dos trabalhadores, no passado dia 31, «à política de degradação social do Governo Cavaco Silva», sublinha a necessidade de essa resposta vir a ter também o seu significado prático a nível das organizações políticas, para evitar que este Governo prossiga com a sua política antinacional.

Neste sentido, a CGTP-IN, de acordo com uma nota distribuída pelo seu departamento de informação, anunciou que realizará em 14 e 15 de Março próximo, «um debate sobre Emprego-Modernização-Desenvolvimento-Que soluções?», com a participação já confirmada, entre outros, dos líderes dos partidos da oposição democrática e de representantes da hierarquia da Igreja, bem como de personalidades de reconhecido mérito técnico e científico». Ainda segundo os serviços de

informação da Central, esta última iniciativa «tem (como já teve, aliás, na generalidade da comunicação social) um indiscutível impacto».

RTP insiste na discriminação

A RTP, no entanto, dois dias depois da reunião do Conselho Nacional da CGTP-IN, que entretanto dera uma conferência de

imprensa onde foram anunciadas aquela e outras iniciativas, continuava a ignorar as principais actividades da CGTP e do movimento sindical unitário em geral.

Várias vezes denunciada e condenada pelo Conselho de Comunicação Social, a atitude da Televisão obrigou, desta vez, mais de duzentos activistas sindicais a deslocarem-se à sede daquela estação em Lisboa (Avenida 5 de Outubro), onde foi recusada audiência imediata a uma delegação, embora representantes da RTP se tenham comprometido a receber a CGTP-IN na passada sexta-feira.

Recorde-se, entretanto, que a manifestação contra o silêncio televisivo teve, entre os duzentos participantes, dirigentes nacionais da *Inter*, como Manuel Lopes e António Quintas, membros da Comissão Executiva e do Conselho Nacional, respectivamente.

A CGTP apresentou queixa contra o procedimento da TV, no Conselho de Comunicação Social.

Prioridade à luta pelo emprego

O Conselho Nacional da *Inter* reafirmou a prioridade da luta contra o desemprego, que continua a ser considerado «o problema social mais grave».

O desemprego, assim como o trabalho precário nas variadas formas em que se manifesta, «para além de ser o problema social mais grave», acrescenta o Conselho da CGTP, «constitui prova da incapacidade de, com a actual política de direita, se solucionar a crise económica do País».

O Conselho Nacional atribui especial significado ao crescimento do trabalho infantil e acusa o Governo de, através da Inspeção-Geral do Trabalho, deixar alastrar essa e outras chagas sociais.

O Governo sabe, naturalmente, o que se passa.

O Conselho Nacional denuncia, com todo o vigor e baseado num profundo conhecimen-

Entre as iniciativas anunciadas pelo Conselho Nacional da CGTP-IN destacam-se «três grandes conferências regionais sobre o emprego e o desemprego». Uma delas abrange o distrito de Lisboa e efectua-se em 28 de Março. As outras duas estão marcadas para 11 de Abril e cobrem os distritos de Setúbal e de Aveiro. Sobre estes problemas do emprego/desemprego, decisivos na sociedade portuguesa, a *Inter*, através do seu Conselho Nacional, destaca que «a CGTP-IN, no quadro das orientações aprovadas em Congresso, tem desenvolvido todos os esforços na luta contra os despedimentos, o que permitiu aos trabalhadores evitar uma deterioração ainda maior nas suas condições de vida. Porém, a evolução recente, verificada em alguns sectores e grandes empresas, demonstra que, actualmente, aquela orientação não é suficiente. É um ponto de partida para reforçar a capacidade de intervenção do movimento sindical, com vista a consolidar os postos de trabalho existentes e criar novos empregos». Mas «só uma política económica virada para o pleno emprego, com a efectiva participação das organizações sindicais, pode dar satisfação aos imensos problemas que atormentam os portugueses».

A CGTP reafirma que o desemprego «constitui a mais grave questão que se põe aos trabalhadores» e acentua que «a política de recessão económica» não levou à «reestruturação nem à modernização do aparelho produtivo».

to da realidade, a proliferação em todo o País da exploração de crianças com menos de 14 anos, à margem da lei e da Constituição. Este fenómeno assume proporções alarmantes, com particular incidência nos distritos do Porto, Braga, Avelro, Viseu, Leiria, Viana do Castelo e Coimbra. Só no distrito de Braga, foi entregue à Inspeção do Trabalho a identificação de cerca de 200 empresas, legais e clandestinas, utilizadoras desta escandalosa e desumana exploração.

«Até ao momento, refere a CGTP, não é conhecida nenhuma acção significativa da IGT (Inspeção-Geral do Trabalho), que tenha feito regressar esta chocante realidade».

Agir contra trabalho infantil e salários em atraso

O Conselho Nacional da CGTP-IN decidiu incrementar a luta pelo pagamento dos salários em atraso e, quanto ao trabalho infantil, será desenvolvida uma vasta campanha junto da opinião pública nacional e estrangeira.

No caso das remunerações atrasadas, a direcção da *Inter* concluiu que continuam a existir dívidas patronais da ordem dos «largos milhões de contos». São «dezenas de milhar» os trabalhadores com salários em atraso.

Os dirigentes da Central unitária chamam a atenção para a atitude do Governo no caso das dívidas patronais, pois em vez de fazer aplicar a lei entretanto aprovada na Assembleia da República sobre os salários em atraso, «provoca a manutenção desta grave e violenta injustiça».

Quanto à contratação colectiva, a luta dos trabalhadores conseguiu, já este ano, aumentos médios nas tabelas salariais superiores a 14 por cento.

Num balanço que fez sobre o assunto, o Conselho Nacional da CGTP verificou que essa percentagem tem sido obtida «apesar dos esforços do patronato e do Governo no sentido de limitar as actualizações salariais ao tecto de 8 e 9 por cento», conforme o acordo feito no Conselho Permanente de Concertação Social, com a assessoria da UGT.

Todas as iniciativas da CGTP-Intersindical Nacional, designadamente no campo do emprego/desemprego, da contratação colectiva e dos salários em atraso, resultam de decisões aprovadas no seu quinto Congresso, em Maio do ano passado.

Forte mobilização na UTIC

Depois da manifestação em frente ao IPE (Investimentos e Participações do Estado) em Lisboa, que reuniu mais de 500 trabalhadores da UTIC, as ORTs desta empresa do sector empresarial do Estado deram ao IPE um prazo até dia 20, amanhã, para apresentar respostas concretas às reivindicações dos trabalhadores, que dizem respeito à viabilização da empresa, manutenção dos postos de trabalho, pagamento dos salários em atraso e negociação da nova tabela salarial.

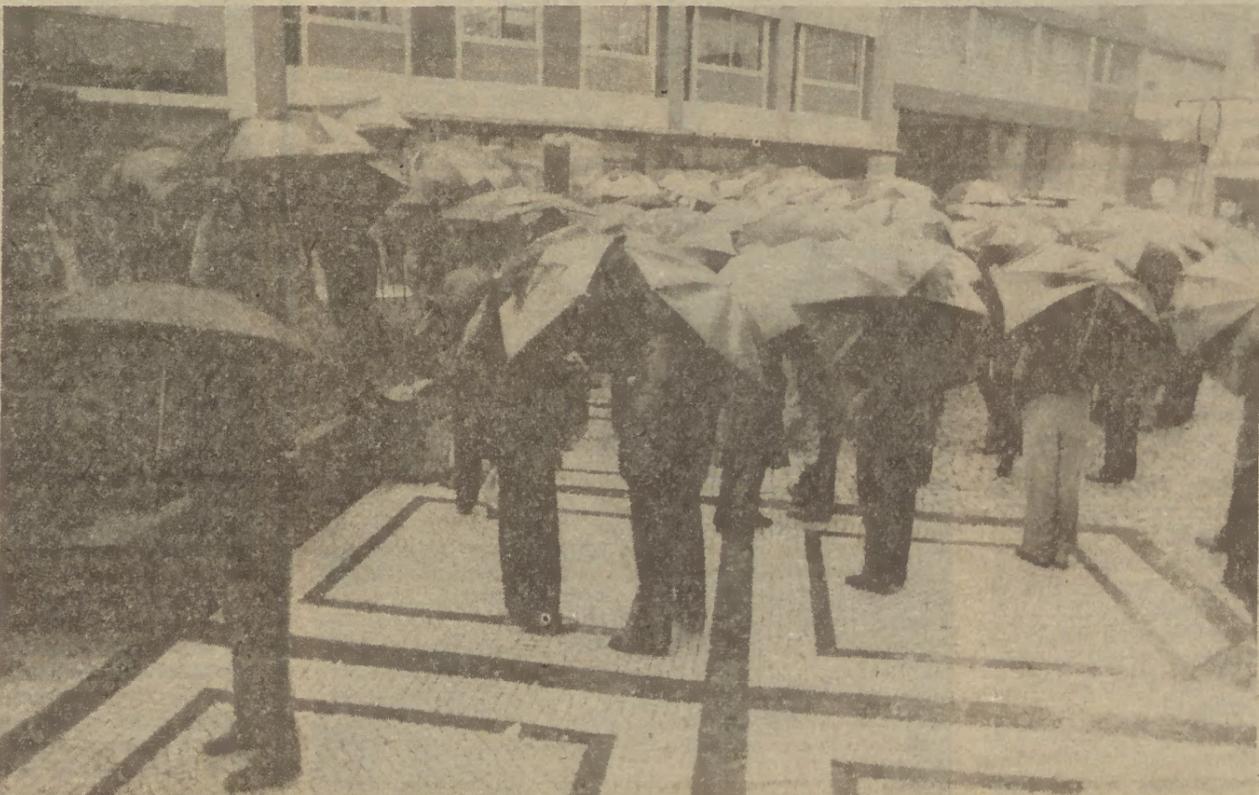
As ORTs da UTIC, designadamente a CT e a comissão intersindical (CI), marcaram novo plenário para o próximo dia 24 (terça-feira), durante o qual poderão ser aprovadas formas de luta mais radicais do que as até agora em prática, entre as quais sobressai a concentração do passado dia 10 (foto), sob forte aguaceiro, bem como os plenários muito participados e as intervenções das ORTs na Assembleia da República, em especial junto das Comissões de Trabalho e de Economia e Finanças.

O grupo UTIC tem 19 empresas, empregando no total cerca de 1600 trabalhadores no ramo automó-

vel, principalmente em Lisboa (Olivais) e Vila Nova de Gaia, onde os trabalhadores têm desenvolvido tam-

bém as suas formas de luta pelo pagamento dos salários em atraso e, na generalidade, pelas suas reivin-

dicações, que continuam a mobilizar os seus companheiros de trabalho em Lisboa.



A UTIC é viável, reafirmam os trabalhadores

Trabalhadores

Escritórios

Um sector de ponta em Encontro Nacional

• Sábado, em 4 cidades do país

Com quatro sessões diferentes, decorre depois de amanhã, sábado, em Lisboa, Setúbal, Porto e Coimbra, o Encontro Nacional dos Trabalhadores de Escritório. Organizado pela Federação Portuguesa dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços, o Encontro, com início às 10 horas, é «aberto, segundo a FEPCES, a todos os trabalhadores de escritório de empresas comerciais, industriais e de serviços, independentemente de estarem sindicalizados ou não, e qualquer que seja o sindicato em que estejam filiados». As quatro sessões diferentes estão marcadas para as instalações da FIL (Lisboa), Sociedade Capricho Setubalense (Setúbal), auditório da Faculdade de Engenharia (Porto) e salão do conselho de arbitragem da Associação de Futebol de Coimbra.

O Encontro descentralizado, à semelhança do que a FEPCES levou a cabo recentemente com trabalhadores dos supermercados, integra-se no plano de actividades da Federação para este ano, e mais exactamente na preparação do seu terceiro Congresso, anunciado para os dias 4 e 5 de Abril, no Porto.

De todos para todos

Os organizadores do Encontro dos Escritórios sublinham que a

iniciativa, apoiada por dezenas de trabalhadores, de dirigentes, delegados e activistas sindicais, incluindo (ver caixa) ex-dirigentes e activistas do Sindicato dos Escritórios de Lisboa, é um Encontro de todos e para todos: «São os problemas socioprofissionais dos trabalhadores de escritório que estão em debate pela primeira vez a nível nacional, numa iniciativa específica, promovida para o efeito» — assinala a FEPCES.

Além dos problemas e dificuldades gerais, os trabalhadores de escritório têm questões muito próprias a debater. A FEPCES refere as seguintes:

- A informatização quase sempre selvagem do escritório, com consequências na estabilidade de emprego, nas funções e categorias, nas carreiras, nos salários, na saúde, etc.
- As novas funções profissionais, que surgem devido à introdução de novos equipamentos e de novas técnicas, métodos e processos de trabalho, sem que haja formação adequada, efectuada a reciclagem, o aperfeiçoamento e a reclassificação profissional.
- As funções; as categorias e

Apoio

Segundo a Federação (FEPCES), «no trabalho de dinamização do Encontro, foram já contactados milhares de trabalhadores e realizadas dezenas de reuniões em empresas». Um documento de apoio foi subscrito, acrescenta a FEPCES, por «dezenas de trabalhadores de escritório, ex-dirigentes e activistas do Sindicato dos Escritórios de Lisboa, dos quais se destacam entre outros», segundo o departamento de informação da FEPCES, os seguintes:

José Luís Judas e Emídio Martins (membros da Comissão Executiva da CGTP-IN), Caetano Pereira (ex-dirigente do Sindicato dos Escritórios, Quimigal), Ilídio Magalhães Ferreira (Petrogal), Rosa Xisto (Profabril), Nita Ferronha (Consulmar), Pedro Paulo (Guerin), Carlos Prata (Sorel), Rosa Redondo (IBM), Luís Alves (Metropolitano), Manuel da Silveira (EPAL), Carlos Duarte (Siderurgia Nacional), José Bateixo (Sorefamé), Jaime Pereira (Cimpor), António A. Batista (Nacional, Comp. Ind. Transp. Cereais), Luís Santos (Cel-Cat), M. Graça Osório (Nestlé), Isabel Vieira (Ass. Ind. Portuguesa), António Rosa (Unisys), M. Lurdes Osório (EPAC), José Manuel Taveira (Metropolitano), M. Elisa Rebelo (Knorr), Lourenço Bernardino (C. Santos), Ana Venâncio (Coba), Raúl Mendes (SPA-Soc. Port. Autores), Higinio Santos (R. Bosch), Sérgio Soares (Sismet), Miquelina Almeida (Comp. Hanseática), J. Leal Freitas (Impri-marte), Joaquim Oliveira (EDC-Emp. Divulgadora Cultural), Vítor Muralha (Pap. Fernandes), José Joaquim Rondanito (EPAL), Lucília Castro (Profabril), José Nazário (Sind. Tec. Desenho), M. Gabriela Gomes (UNISOL), Rosa Almeida (Ass. Inquilinos Lisbonenses), João Costa (Soc. Com. Braz e Braz), Sócrates Silva (Arm. Grandella), José A. Sequeira (Arm. Chiado), Albano Casanova (Editorial Verbo), M. Cândida Milharada (Sind. Maq. Mar. Mercante), Anabela Caetano (Ass. Inquilinos Lisbonenses), M. Elisabete Rosa (John W. Nolte), M. Celestina Castro (A Colmeia do Minho), João A. Boaventura (Ant. Moreira Rato e Filho, Lda), Manuel G. Guedelha (CDL, Central Dist. Livreira), Domingos Moura (Conde Barão, Ind. Com.), Júlio Sarroeiro (Utilmóvel), Carlos Fernandes (H. Vaultier) e Raúl Figueiredo (Sindicato Construção Madeiras e Mármore).

carreiras profissionais que, em muitos casos, não estão convenientemente definidas e qualificadas.

• A remuneração (salários, subsídios, prémios, etc.), que, em termos reais, desceram nos últimos anos, porque não acompanharam o ritmo da inflação, e, ainda, porque a valorização de subsídios e prémios não univer-

sais, à custa do salário-base, é, em muitas circunstâncias, desfavorável ao trabalho de escritório.

Os documentos para o Encontro do próximo sábado, em Lisboa, Setúbal, Porto e Coimbra, estão a ser distribuídos e mantêm-se à disposição de todos, desde a primeira semana de Fevereiro.

Não é ser razoável, para não dizer que é pura e simplesmente incorrecto, atribuir a uma tecnologia, neste caso a informática, a responsabilidade por uma situação de desemprego que alestra também para os sectores de serviços, sectores esses em que há «muitos escritórios». Os quais, como vamos sabendo, estão a mudar e a precisar cada vez menos gente, para fazer as mesmíssimas coisas que anteriormente faziam.



N. 16 FEVEREIRO 87

O escritório do futuro

A imprensa sindical do comércio, escritórios e serviços dá revelado aos novos equipamentos, ao desemprego e às reivindicações dos trabalhadores que especificamente dizem respeito ao sector de serviços e também às de ordem geral

LUTAS E TAREFAS

Competências

A revista «Escola e Informação», propriedade do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, divulga, sob o título «Coincidências Curiosas», o seguinte texto: «É evidente a preocupação do Ministério da Educação em nomear, para postos-chave da sua organização descentralizada, pessoas, apenas, por critérios de competência... Repare: A nova Directora Regional do Norte é a esposa do Director Regional dos Hospitais; a Directora Regional do Centro é a esposa do ex-1.º Ministro Mota Pinto; a Directora Regional do Sul é a esposa do Governador Civil. Você também é esposa? Pelo menos, é meio caminho andado», conclui a revista sindical dos professores, datada de Janeiro/Fevereiro deste ano.

(Mantiveram-se os sublinhados e as maiúsculas do original.)

Congresso em Santarém

Foi eleita em Santarém a comissão organizadora do primeiro Congresso da União dos Sindicatos locais. O executivo da COC informava, entretanto, que o Congresso se efectua nos dias 27 e 28 de Março próximo, no Entroncamento. Tendo a COC reunido para preparar a primeira fase dos trabalhos, o seu executivo assinala que dele próprio fazem parte, além de sindicatos filiados, o STAL (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local), que é uma das mais importantes organizações sindicais do distrito de Santarém. O STAL não está filiado na CGTP.

Congresso em Viana

Anunciado para ontem às 21 e 30, um plenário de sindicatos e delegações sindicais do distrito vianense destina-se a preparar o primeiro Congresso da União dos Sindicatos de Viana do Castelo, marcado para o próximo mês de Abril (11) no Teatro Sá de Miranda daquela cidade.

Viseu: Situação dramática na CPFE

A Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos, de Canas de Senhorim, em Viseu, continua com a energia cortada pela EDP desde 5 de Novembro do ano passado. A comissão distrital de Viseu do PCP, depois de referir que a inactividade da empresa se tem mantido desde então, recorda que foram afectados por aquela medida «centenas de trabalhadores e a própria economia nacional», pois a CPFE pertence ao «maior grupo privado» da metalurgia em Portugal. «O carácter ruinoso da administração» da empresa de Canas de Senhorim, destaca a organização do PCP, contou com «a passividade cúmplice de sucessivos governos». Os factos mais recentes sobre a situação da CPFE reforçam as preocupações entretanto manifestadas. Tanto quanto se sabe, «o fornecimento de energia eléctrica à empresa só será restabelecido após 19 de Março próximo», o total de trabalhadores será reduzido e



Na Central, uma das empresas mais ameaçadas pelos despedimentos, os trabalhadores continuam a recusar o desemprego como «solução» para os problemas do capitalismo (Foto: Plenário de trabalhadores da Central)

mantida «a insegurança existente quanto ao pagamento dos salários». A comissão distrital do PCP saúda os trabalhadores da CPFE pela luta desenvolvida e apela à sua continuação.

Centrel: Corte de trânsito em Lisboa

Depois de um plenário na empresa, cerca de mil trabalhadores da Centrel, ameaçados

de despedimento colectivo, cortaram o trânsito na Avenida Infante D. Henrique, em Lisboa. Durante cerca de 20 minutos, aquela forma de luta, no passado dia 10, contou com a solidariedade manifesta de delegações sindicais e de cinquenta empresas do distrito de Lisboa. Os trabalhadores e trabalhadoras da Centrel reafirmam que a empresa é viável sem despedimentos, desde que haja vontade política para defender o interesse nacional.

PCP

56.º aniversário do «Avante!» comemorado em todo o País

Promovidas por organizações do Partido, numerosas iniciativas têm assinalado um pouco por todo o País os 56 anos do «Avante!».

Herdeiro de um passado histórico glorioso, o órgão central do PCP é um jornal de intervenção no presente e de activa participação na construção do futuro. Daí que, na passagem de mais um aniversário, se tenham levantado — indo ao encontro da campanha organizativa em curso — as questões da difusão, da leitura, da utilização e da expansão da imprensa do Partido, bases fundamentais do trabalho de informação que rompa as manobras de intoxicação da opinião pública, erguidas sistematicamente pelos grandes meios de informação controlados pelo Governo e pelos grupos económicos e políticos do grande capital.

E tem sido com essa consciência que iniciativas bem diversificadas — a targeta, o cartaz, a sessão, a festa, o convívio, o debate ou o colóquio sobre a Comunicação Social, etc. — têm comemorado o 56.º aniversário do nosso jornal. Iniciativas que, entretanto, vão continuar.

Nos últimos dias e particularmente no último fim-de-semana, dirigentes nacionais e locais do PCP, o director e elementos da Redacção do «Avante!» estiveram presentes em várias realizações.

Dias Lourenço, membro da Comissão Política do PCP, esteve em Tomar, Alparça (reunião distrital de difusores do «Avante!»), Benavente e Pinhal Novo.

Ruben de Carvalho, chefe de Redacção, membro suplente do CC, esteve no Centro de Trabalho da Ajuda, em Lisboa, onde decorreu um animado almoço-convívio.

Leandro Martins, subchefe de Redacção, deslocou-se ao Montijo onde interveio sobre os problemas da Comunicação Social num debate promovido pela Comissão Concelhia do PCP.

«O Partido com paredes de vidro» editado na União Soviética

«O Partido com Paredes de Vidro», do camarada Álvaro Cunhal, foi editado em Moscovo, no ano findo, pela Politizdat.

Salientando a importância desta publicação, a revista teórica soviética «Kommunist», insere nas suas páginas do primeiro número deste ano um artigo intitulado «Como vivem e lutam os comunistas portugueses».

Após um esboço, em linhas gerais, do conteúdo de «O Partido com Paredes de Vidro», o artigo do «Kommunist», assinado por B. Koval, doutorado em História, conclui — «O livro sobre o Partido Comunista Português — um partido do tipo leninista, sobre como ele vive e luta — é um golpe forte no anticomunismo e nos velhos estereótipos da propaganda burguesa acerca dos comunistas, da sua actividade, do seu modo de vida e do seu pensamento».

E sublinha: «E não fará mal a alguns dos nossos especialistas e publicistas aprender a escrever de forma tão apaixonada e profunda sobre o caminho heróico e os feitos gloriosos do primeiro partido de comunistas, o de Lenine. É que ainda muitas das nossas publicações sobre temas do Partido sofrem de falta de vitalidade, de um estilo formal, de esquematismo».

realizado no Círculo Histórico-Cultural.

José Paulo Oliveira subiu até Viana do Castelo onde reuniu com os camaradas da organização local e com responsáveis da campanha em curso no distrito para o novo Centro de Trabalho, a inaugurar em Março.

Carlos Almeida esteve em duas sessões-debate: em Aveiro e em S. João da Madeira.

No concelho de Ovar foi bem diferente a comemoração do aniversário do «Avante!». Sendo a distribuição semanal de cerca de 115 exemplares, os camaradas fizeram uma encomenda suplementar de mais 60 e organizaram uma venda especial com vários «porta-a-porta» e em empresas. Os resultados foram muito positivos já que toda a remessa esgotou e várias das pessoas contactadas ficaram, a partir de agora, a receber o «Avante!» semanalmente.

Saudações também vieram para o jornal e o colectivo que aqui trabalha.

Uma, por exemplo, veio da Direcção Regional do Porto (DORP) do PCP:

«Na passagem de mais um aniversário do «Avante!», a Direcção da Organização Regional do Porto do PCP vem manifestar-vos as mais fraternais saudações e o seu apreço pelo trabalho que semanalmente torna possível dar vida ao órgão central do nosso Partido, voz insubmissível e indomável da luta pela liberdade, pela continuação do Portugal de Abril e pelo socialismo, e, ontem como hoje, importante organizador e companheiro de lutas e tarefas.

«Quando temos pela frente também a tarefa de derrubar a barreira do silêncio, deturpação e mentira erguida pela Comunicação Social controlada pelo Go-



56º Aniversário do «Avante!» 15 de Fevereiro de 1987

verno reaccionário de Cavaco Silva, estamos certos que, no trabalho colectivo do nosso Partido, encontraremos maneira de, com espírito de iniciativa, criatividade e militância, fazer chegar o «Avante!», e com ele a voz do nosso Partido, cada vez melhor e sempre mais longe.»

Outra ainda veio de um organismo da cidade de Lisboa:

«Os militantes comunistas do Sector Sul dos Olivais, em reunião realizada neste Centro de Trabalho, na passagem do 56.º aniversário do nosso jornal, enviavam os mais calorosos para-

béns e expressam a sua actual e solidária solidariedade para bem do nosso glorioso Partido e do nosso Povo.»

Do Atlântico, da Região Autónoma dos Açores chegou um telex informando que no decorrer do Encontro realizado em Angra do Heroísmo (Terceira) sobre questões laborais, foi aprovada por aclamação uma saudação pela passagem do 56.º aniversário do «Avante!». Num ambiente de grande unidade, o camarada Manuel Martins, do executivo da DORAA, lembrou o papel do «Avante!», como organizador, orientador e companheiro insubstituível na luta do nosso Partido, de todos os trabalhadores e do povo do nosso país e apelou a que, também nos Açores, se intensifiquem os esforços para uma mais ampla divulgação do «Avante!».

De destacar, em Lisboa, a edição de cartazes e a promoção de um diaporama numa iniciativa a realizar no próximo dia 26 no Vitória com a participação dos camaradas da Comissão Política Octávio Pato, membro do Secretariado, e Dias Lourenço.

DORS reuniu com Concelhias

«Porque a luta continua sem desfalecimento, porque a confiança e a determinação se reforçam, o caminho é irreversível e permitirá vencer a crise actual e consolidar o regime heróicamente conquistado com a Revolução de Abril». Com esta nota de confiança termina a resolução aprovada em reunião da DORS com quadros de todas as comissões concelhias e de outros organismos de âmbito distrital, no passado sábado.

Ao Centro da CF de Pinhal Novo coube o papel de hóspede desta importante reunião, convocada «a fim de definir os objectivos e as formas» de levar à prática na ORS a campanha organizativa para fortalecer o Partido decidida pelo CC em 16 de Janeiro.

O projecto de resolução submetido a apreciação e que viria a ser aprovado por unanimidade e aclamação, depois de no decorrer dos trabalhos ter sido melhorado por propostas de alguns dos 205 quadros presentes, fazia do ponto da situação da organização do distrito, traçava os objectivos regionais da campanha organizativa, apontava para a preparação da 2.ª Assembleia da ORS e para a necessidade de reforçar a convergência democrática para consolidar o Portugal de Abril.

Na intervenção inicial, Carlos Ramilhes, suplente da CP do CC e membro da DORS, abordou passar de revista dos problemas das 13 organizações concelhias do distrito e de algumas células, sectores e frentes de trabalho: Químico, movimento sindical, trabalho camponês, reforma agrária, lutas operárias, ensino, juventude, mulheres, suntuariedades, comunicação social, etc.

Vida interna

Com uma activa intervenção na luta política de todos os dias, nem por isso, durante 1986, a ORS deixou de avançar na dinamização da sua vida interna. «Melhorámos o enquadramento orgânico dos militantes, tendo diminuído o número de desligados; combatemos o envelhecimento da organização (40% dos recrutados o ano passado têm menos de 30 anos); realizámos mais assembleias das diversas organizações do que em qualquer ou-

tro ano e, de modo geral, o conhecimento dos quadros e dos problemas da organização mereceram maior atenção e tomada de medidas».

Ao longo das quase seis horas que durou a reunião constatou-se que, apesar destes avanços, sérios problemas se colocam a uma organização e a uma região que contra si têm tido uma campanha organizada de intoxicação da opinião pública e concluiu-se que, apesar da ORS ser já uma poderosa e sólida organização partidária, se justifica «plenamente a realização na ORS de uma campanha organizativa com os objectivos definidos pelo Comité Central, a par de objectivos específicos regionais».

As três dezenas de intervenções efectuadas (e mais algumas ficaram por fazer por falta de tempo) constituíram um verdadeiro passar de revista dos problemas das 13 organizações concelhias do distrito e de algumas células, sectores e frentes de trabalho: Químico, movimento sindical, trabalho camponês, reforma agrária, lutas operárias, ensino, juventude, mulheres, suntuariedades, comunicação social, etc.

Chegado o momento da votação do projecto de resolução, na sequência das intervenções e da discussão e de acordo com a própria resolução do CC, puderam ser aprovadas as medidas propostas, que abarcam diversificados aspectos da vida orgânica do Partido, desde a maior atenção a prestar a todas as questões relacionadas com quadros, até ao melhoramento das recolhas de fundos (em particular para o novo CT da DORS).

Muitas destas medidas não se ficaram pelo enumerar de princi-



Seixal

Comunistas da Siderurgia em Assembleia de célula

«Reforçar a célula, unir os trabalhadores, defender a Siderurgia» — este o lema que presidiria aos trabalhos da 4.ª Assembleia da célula do PCP na aquela empresa pública, a realizar no próximo sábado, dia 21, na Sociedade Musical 5 de Outubro, em Paio Pires, concelho do Seixal.

Como refere a nota introdutória do documento-base elabora-

do pelo actual secretariado da célula, a Assembleia reunirá delegados de todos os núcleos da organização, na base de 1 por cada 8 militantes. «Todos os restantes camaradas deverão participar como convidados e inclusivamente, se assim o entenderem, intervir no discurso dos trabalhos», lê-se na introdução.

Siderurgia — um sector básico e estratégico; defender a Siderurgia e os direitos dos trabalhadores; unir e organizar; e reforçar a célula, são os temas abordados ao longo do documento.

A Assembleia decorrerá entre as 14.30 e as 19 horas, contando com a participação do camarada Blanqui Telxela, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

Vitória da unidade na CT

Noves mandatos e 2664 votos são o balanço vitorioso da lista de unidade, que venceu há dias as eleições para a Comissão de Trabalhadores (COTRA) da Siderurgia Nacional.

Para as subcomissões (Seixal, Maia e sede) a lista unitária garantiu a sua posição de grande prestígio e apoio por parte dos trabalhadores. Enquanto no Sel-

2.ª Assembleia da ORS em Novembro

Parante a necessidade de tomar medidas para que as células de empresa sejam melhor acompanhadas e ajudadas, de aprofundar a ligação de diversas organizações às massas, de encontrar novas formas de dinamizar o trabalho com a juventude e de melhorar as respostas a dar aos seus anseios e problemas, foi decidido convocar a 2.ª Assembleia da Organização Regional de Setúbal para o dia 21 de Novembro, como «corolário de todo o trabalho partidário agora decidido» e «ponto de partida para uma fase ainda mais elevada e dinâmica da actividade da ORS».

No final da reunião, em que muitas intervenções deram conta da crescente mobilização existente entre o povo do distrito para a luta contra o Governo minoritário PSD/Cavaco Silva, recentemente comprovada pela participação na manifestação do dia 31 de Janeiro, Blanqui Telxela, da Comissão Política e do Secretariado do CC, convidado a participar no encontro, abordou em pormenor muitas das questões levantadas, nomeadamente relacionadas com quadros, juventude, difusão da imprensa do Partido, aspectos de direcção e unidade. Aflorou ainda a situação política nacional e internacional.

xal e na Maia (Porto) a lista A registou 4 mandatos em cada subcomissão, na sede alcançou a totalidade de 5 mandatos.

Plenário concelho no Seixal

Com a participação de cerca de 150 camaradas das organizações de freguesia, locais, células de empresa e outros organismos, decorreu recentemente um plenário concelho de militantes comunistas do Seixal, enquadrado na campanha organizativa em curso.

A realização da iniciativa coube à Comissão Concelhia do Partido. Os camaradas reunidos na sede do Independente Futebol Clube Torrense aprovaram um documento de conclusões, onde se sublinha a atenção especial que deve ser dada ao funcionamento regular dos organismos e ao contacto com todos os membros do Partido, ganhando-os para uma maior participação nas actividades e nas iniciativas. O recrutamento organizado com metas estabelecidas, destacando as prioridades a dar aos jovens e às mulheres, é também preocupação abordada no documento, que revela algumas das principais acções a promover neste 1.º semestre de 1987, no Seixal.

Hospital da Guarda ameaçado

— alerta o PCP

O Governo pretende baixar de escalão o Hospital Distrital da Guarda, com o consequente encerramento de alguns serviços e especialidades e graves prejuízos para a população e os trabalhadores hospitalares — denuncia a Comissão Distrital da Guarda do PCP no comunicado em que divulga os resultados da sua reunião plenária de dia 7 de Fevereiro. Situação idêntica era também denunciada pela Comissão Concelhia de Torres Novas, do PCP, quanto ao Hospital Distrital ali em funcionamento.

O plenário da Comissão Distrital da Guarda do PCP analisou a situação política e social e traçou as linhas de orientação com vista ao cumprimento da Campanha Organizativa lançada pelo Partido.

A CD afirma que «também no distrito da Guarda se agravam os problemas dos trabalhadores, dos agricultores, das mulheres e dos jovens» e traça depois um quadro de várias áreas em que isso se manifesta.

«Continuam por resolver e agravam-se os problemas dos agricultores» — e a Comissão Distrital do PCP salienta o facto de os produtos serem vendidos a preços não compensatórios. Depois de chamar a atenção para os planos do Governo relativos ao Hospital Distrital, o documento divulgado pela CD da Guarda denuncia o facto de «os

Informação e propaganda

Plenário regional no Vitória

Reforçar o trabalho de informação e propaganda e responder mais prontamente às questões relacionadas com a divulgação das acções do Partido na Imprensa e na Comunicação Social são direcções definidas, no âmbito das suas conclusões, pelo plenário de quadros realizado no último sábado, no Vitória, com a participação de 70 camaradas de várias organizações do distrito de Lisboa (ORL).

No decorrer dos trabalhos foi abordada a necessidade de melhorar a actividade no campo da propaganda, da informação e das relações com a Comunicação Social, especialmente a imprensa regional e rádios locais.

O plenário encerrou com uma intervenção do camarada José Casanova, membro da Comissão Política do Partido. O dirigente comunista caracterizou a intensidade da campanha anticomunista no presente e a importância fundamental do trabalho de propaganda e informação no seu combate e desmascaramento.



A necessidade de ler e divulgar o «Avante!» foi sublinhada no debate

Tendo como objectivo analisar os resultados do reforço de medidas na frente de informação e propaganda foi proposta a realização de um novo plenário até ao fim do ano.

«Fazer, cada vez mais, de cada problema social, dos problemas de cada empresa, de cada bairro, uma preocupação das organizações do Partido, fazer da solução dos problemas da cidade, da luta pela defesa dos interesses das populações por uma vida melhor, o objectivo da actividade militante, transformadora, revolucionária do PCP, é pois o sentido que damos ao reforço do Partido na discussão a fazer no Encontro de Quadros da Organização Local de Lisboa do PCP.»

Região Autónoma dos Açores

Encontro regional sobre questões laborais

Realizou-se no passado fim-de-semana, nas instalações da escola secundária de Angra do Heroísmo, um encontro regional do Partido sobre questões laborais. Contando com a participação de 35 quadros provenientes das organizações das diversas ilhas da região, o encontro desenvolveu-se em 4 sessões re-

servadas aos participantes e uma sessão de encerramento aberta a convidados e órgãos de Comunicação Social.

Durante os trabalhos foi analisada a situação laboral na Região Autónoma dos Açores e foram caracterizadas situações como o desemprego, a precariedade das relações de trabalho, a repressão laboral, o papel do Governo Regional nas questões de trabalho, o problema do primeiro emprego, a discriminação da mulher trabalhadora e outras.

O encontro aprovou um documento de conclusões no qual, para além da caracterização da situação, se procede ao levantamento de uma série de problemas concretos neste âmbito.

Justificando a realização desta iniciativa, o camarada José Decq Mota, responsável da DORAA, membro do CC, disse na sessão de encerramento, que o encontro «corresponde no fundamental à necessidade sentida de sistematizar, com maior rigor, a situação existente nesta Região Autónoma no que toca a questões essenciais para os trabalhadores», acrescentando que «os trabalhadores, ao lutarem pelos seus interesses e pelos seus direitos, constituem a principal e insubstituível força social motivadora de alterações futuras na correlação das forças em presença nesta região».

«Os debates, muito ricos e participados, demonstraram que também nos Açores as organizações e os quadros do Partido mantêm uma profunda ligação com os problemas dos trabalhadores e do povo.»

No âmbito das actividades da Campanha a CD decidiu convocar um Plenário Distrital de Quadros para dia 21 de Março, às 15 horas, na cidade da Guarda.

Comissão da Ilha do Faial

A Comissão da Ilha do Faial

Sábado em Alcântara Encontro de quadros da organização local de Lisboa

● Intervenção de Octávio Pato

Preparado em mais de 120 reuniões de organizações do Partido na cidade, 75 das quais promovidas por células de empresa vai realizar-se no próximo sábado, nas instalações da Junta de Freguesia de Alcântara, um encontro de quadros da Organização Local de Lisboa para debate dos aspectos do trabalho considerados prioritários em 1987: reforço interno do Partido, acção na frente juvenil, trabalho de massas nos bairros e freguesias, os comunistas nas ORT's e sua ligação aos trabalhadores.

Nas reuniões preparatórias efectuadas foram eleitos os 400 delegados ao encontro, que se iniciará às 10 horas, prolongando-se até cerca das 19.

O encontro funcionará em plenário (abertura, e depois, às 17.30 h, já em sessão pública, para apreciação das conclusões e intervenção do camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC) e em secções no período da manhã e da tarde.

No decurso da sua actividade preparatória o encontro dinamizará a elaboração de planos de trabalho para este ano e a defini-

ção de medidas imediatas, em cada organização, na base dos objectivos definidos e do documento-base, que salienta na sua nota introdutória: «O Encontro de Quadros da Organização Local de Lisboa constitui uma oportunidade para reflectir sobre o nosso trabalho, a situação presente, trocar experiências e apontar caminhos criando uma nova dinâmica colectiva de reforço interno do Partido e de viragem para um trabalho de massas mais profundo nas empresas e bairros, particularmente junto da Juventude.»

«Fazer, cada vez mais, de cada problema social, dos problemas de cada empresa, de cada bairro, uma preocupação das organizações do Partido, fazer da solução dos problemas da cidade, da luta pela defesa dos interesses das populações por uma vida melhor, o objectivo da actividade militante, transformadora, revolucionária do PCP, é pois o sentido que damos ao reforço do Partido na discussão a fazer no Encontro de Quadros da Organização Local de Lisboa do PCP.»

Uma visita diferente a Alcobaca

Por iniciativa da Comissão de Dinamização Cultural da SIP da DORL e da Célula do Património do sector de Artes e Letras da DORL, realizou-se no passado dia 8 uma visita a Alcobaca. Percorrida atentamente a importante Abadia de Alcobaca, os participantes nesta excursão almoçaram nas instalações do Centro Cénico de Cela que visitaram em seguida, não sem que, em pequena intervenção, o presidente da direcção do Centro realça-se a intensa actividade da colectividade. Depois de uma passagem pelo monumento a Humberto Delgado, seguiu-se a visita ao Museu do Vinho, guiada pelo seu director. Para o êxito desta interessante iniciativa, na sequência de outras que os camaradas da SIP da DORL vêm realizando, contribuíram fortemente os camaradas da organização do PCP de Alcobaca.



Um dos momentos da visita a Alcobaca

Novo CT em Amarante

Uma sessão de esclarecimento sobre a actual situação política assinalou no último domingo a jornada de inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP em Amarante, no distrito do Porto.

Na sessão participou o camarada Emídio Ribeiro, suplente do

Comité Central e membro do Executivo da Direcção Regional do Porto (DORP) do PCP.

Novas condições de trabalho e de intervenção na luta política estão agora abertas aos comunistas do concelho de Amarante.

Obras do Vitória

513 915 550 é a verba já obtida (17 de Fevereiro) pela campanha lançada pela DORL para responder aos encargos financeiros com as obras no interior do conhecido Centro de Trabalho do Partido, em recuperação. Re-

corde-se que a presente campanha tem como objectivo a recolha de 30 mil contos, distribuídos pelas diferentes metas das organizações e sectores da ORL do PCP.

PCP

Bragança e Vila Real

Reuniões distritais de mulheres do Partido

Discutir as conclusões da Conferência promovida pelo Partido sobre a emancipação da Mulher no Portugal de Abril e as medidas a tomar para a «reestruturação orgânica desta frente de trabalho no nosso distrito» é o objectivo essencial da reunião de mulheres comunistas que decorrerá no próximo sábado, dia 21, em Bragança, no Centro de Trabalho do PCP.

Esta iniciativa de âmbito distrital contará com a participação das camaradas **Conceição Moraes**, do Comité Central, e **Teresa Rito**, da Direcção Regional de Trás-os-Montes (DORT) do PCP.

Na convocatória que dirigiu às militantes comunistas de Bragança, a Comissão de Mulheres junto da DORT do Partido sublinha a dado passo:

«Como sabes realizou-se no dia 15 de Novembro em Lisboa, a Conferência do Partido sobre a Emancipação da Mulher no Portugal de Abril. Apesar dos avanços que se deram após o 25 de Abril, muito há ainda a fazer;



Bragança: mais uma iniciativa de vulto, na continuidade e desenvolvimento do trabalho conseguido com a Conferência Nacional sobre a Emancipação da Mulher no Portugal de Abril

para que a emancipação da Mulher no Portugal de Abril seja uma realidade. Na conferência foram também apontadas algumas medidas para o reforço da organização do Partido nesta frente. Para ultrapassar a situação, terá de haver uma luta con-

junta de homens e mulheres. Mas por outro lado, temos de ser nós as mulheres, as primeiras interessadas na resolução dos nossos problemas.» Com os mesmos objectivos, e, marcada para a mesma hora (15 h) e também com a participa-

ção da camarada **Conceição Moraes** decorrerá no próximo domingo uma reunião distrital de mulheres no Centro de Trabalho de Vila Real, na região transmontana. Nesta iniciativa estará presente o camarada **Agostinho Lopes**, do CC

*Campanha de Recrutamento
Mais 300 novos membros para o Partido no distrito de Coimbra*



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



A Comissão Distrital de **Coimbra** do PCP já definiu e aprovou os seus objectivos para a campanha organizativa decidida pelo Comité Central do Partido. Entre esses objectivos, destaca-se o recrutamento de mais 300 novos militantes até Junho próximo. O cartaz que aqui reproduzimos destina-se a todos os Centros de Trabalho do Partido neste distrito.

Distrito de Leiria

Plenário da DORLEI

• *Marinha Grande estuda plano de acção*

A situação social no plano nacional e regional, a campanha organizativa em curso e as tarefas apontadas ao reforço do Partido e ao melhoramento da sua acção constituem os pontos em agenda para o próximo plenário da Direcção Regional de Leiria (DORLEI) do PCP, marcado para o próximo sábado, dia 21, no Centro de Trabalho da Marinha Grande, a partir das 10 horas.

Entretanto, amanhã, no mesmo CT, decorrerá um plenário concelhio de quadros da **Marinha Grande** para análise da situação política e do plano de acção integrado na campanha organizativa. O camarada **António Orcinha**, membro suplente da Comissão Política do PCP, será um dos participantes nessa iniciativa.

Ainda do distrito de Leiria vem



A campanha organizativa estará amanhã à noite (sexta-feira) no centro do debate a realizar no plenário concelhio dos militantes da **Marinha Grande**

a notícia de que estão a ser cuidadosamente preparadas as jornadas comemorativas do aniversário do Partido, em Março, confirmando-se já a realização de

iniciativas de confraternização (jantar-convívio) nos concelhos da **Marinha Grande, Bombarral, Nazaré, Porto de Mós, Leiria e Pombal.**

Trabalho de autarquias

Iniciativa em Évora

Melhorar o nosso trabalho e reforçar o Poder Local democrático, pelo progresso do concelho de Évora, e pelo bem-estar das populações é objectivo em que se empenham todos os comunistas — salienta a Comissão Concelhia de Évora do PCP ao anunciar a realização, já no próximo sábado, do plenário de eleitos e outros quadros comunistas sobre o trabalho de autarquias naquele concelho alentejano.

A iniciativa decorrerá no salão nobre do Teatro Garcia de Rezende, em Évora, a partir das 10 horas. Em debate estarão as seguintes questões: **organização partidária dos eleitos e dos trabalhadores comunistas na administração local; li-**

gação dos eleitos e dos órgãos à população e relacionamento com os trabalhadores do Município e das freguesias; funcionamento dos órgãos autárquicos.

Vão participar neste plenário membros da Comissão Concelhia, da Comissão de Freguesia da Sé, dos organismos das freguesias rurais e dos técnicos da Câmara, do secretariado da célula da Administração Local, dos organismos concelhio sindical e dos eleitos nas freguesias urbanas, além dos eleitos do Partido nas Assembleias de Freguesia, Juntas, Câmara e Assembleia Municipal. Também estarão presentes camaradas do Comité Central.



Preparar com vivacidade o plenário do próximo sábado, sobre o trabalho de autarquias no concelho de Évora, é tarefa em curso na organização do Partido

Festa de Carnaval na «Voz do Operário»

A 1.ª Zona da Organização Local de Lisboa (OLL) vai realizar na «Voz do Operário» uma Festa de Carnaval com duas edições: uma já no próximo dia 28 de Fevereiro e a outra logo no dia 2 de Março.

Dois recintos de animação (uma discoteca e uma área de variedades), concursos e algumas surpresas vão animar a iniciativa que nos é revelada pelo organismo de direcção da 1.ª Zona.

Para marcação de mesas e aquisição de bilhetes os interessados devem contactar os Centros de Trabalho da Graça, Santos e Vitória, em Lisboa.

Terra

IV Encontro da Lavoura em Coimbra

Queremos trabalhar nas nossas terras pelo progresso de Portugal

• Condenada capitulação às imposições da CEE

Realizou-se no passado domingo em Coimbra, no pavilhão dos Olivais, o IV Encontro das Organizações da Lavoura que constitui, ao mesmo tempo, a Assembleia Geral da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Tratou-se de um verdadeiro Congresso Nacional da Agricultura, tal o número de associações representadas (mais de 600), abrangendo todas as regiões do País e sectores da actividade agrícola, assim como pela diversidade dos problemas abordados. A nova direcção eleita, constituída por 55 membros dos 18 distritos do continente, Açores e Madeira, confirmam o carácter nacional do Encontro. Assim, os cerca de sete mil agricultores presentes em Coimbra no domingo, expressaram a sua determinação em contribuir para o progresso nacional e o desenvolvimento da agricultura, desde que para isso lhes sejam garantidas as necessárias condições de estabilidade e apoio à produção. Considerada, entretanto, como contrária aos interesses de Portugal e dos agricultores, a adesão à CEE foi o grande tema em debate. Em moção aprovada sobre a matéria, e depois de referir que se verificou da parte dos responsáveis governamentais «uma total capitulação às imposições da CEE», o IV Encontro da Lavoura reclama «a defesa intransigente dos interesses dos agricultores portugueses e da independência alimentar do País face aos interesses comerciais da CEE».

Tão grave é a situação que os agricultores afirmam: «fomos duas vezes a Lisboa. Com muito sacrifício, mas fomos. Foi muito importante, não chegou para desentopir os ouvidos de quem tem obrigação de nos ouvir. Pois bem, se for necessário este ano mesmo voltaremos às ruas da capital a fazer ouvir a nossa voz e o nosso protesto».

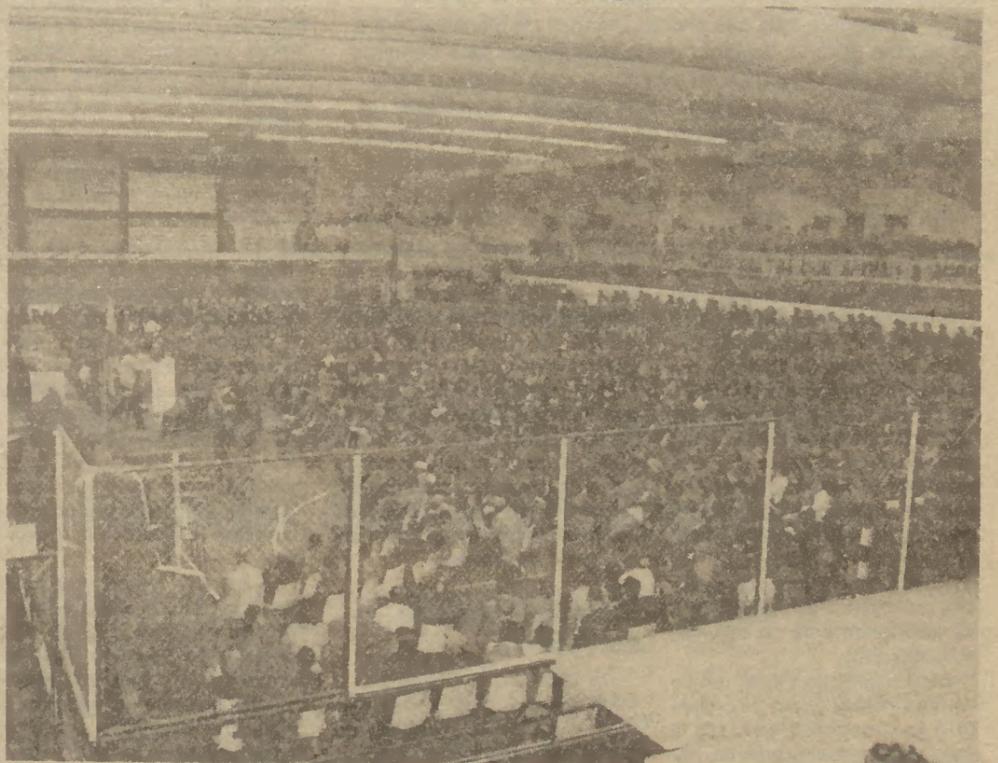
zada a consciência da ameaça que constitui de facto a integração na CEE. Ameaça para a agricultura e ameaça, também, para os agricultores. Referindo-se aos tão falados «fundos comunitários», o documento discutido pelas associações proclamava que «os investimentos da CEE não estão a chegar aos agricultores. Estão a ser desviados da agricultura». De facto, os 355 projectos em apreciação na CEE e aprovados pelas entidades oficiais portuguesas são, na sua maior parte, de empresas exteriores à agricultura.

Pelas razões aduzidas, quer nos documentos quer na própria discussão no encontro, os representantes da agricultura portuguesa reclamam a «revisão dos acordos de adesão à CEE nos seus aspectos gravosos dos interesses nacionais». Porque, como dizia Diamantino Matos, «Portugal não poderá viver na CEE sem viver com a sua própria agricultura e sem a preparar e a apoiar».

Criticada a política agrícola do Governo

Quer na maior parte das intervenções feitas no Encontro, quer na análise que o documento de conclusões faz da situação actual da agricultura portuguesa, a política agrícola do Governo, ou por outras palavras, «a ausência de uma política nacional virada para o apoio à agricultura» foi bastante criticada.

Na intervenção que proferiu na abertura dos trabalhos, Araújo



Em Coimbra, um verdadeiro Congresso Nacional da Agricultura portuguesa

Vieira, dirigente da CNA, afirmaria que a agricultura «não tem sido respeitada e tratada como actividade de produtores da Nação». Reafirmando o «direito sagrado e inalienável» à posse das suas terras, «as terras que nós e os nossos antepassados trabalhamos com tanto esforço e suor», os cerca de sete mil agricultores presentes no IV Encontro da Lavoura, exigiram a adopção de uma política que promova uma «modernização autêntica ouvindo, apoiando e protegendo os agricultores portugueses». A

este propósito, a CNA critica duramente o Governo pelo «escândalo de todos os lugares que cabem às associações de agricultores na CEE estarem preenchidos pela CAP».

Considerando que «nos últimos anos, a CAP só tem verdadeiramente defendido os interesses dos grandes comerciantes e dos grandes industriais, para além de estar ao serviço fiel do partido actualmente no Governo», a CNA afirmou a sua disposição de «actuar junto das organizações amigas de agricultores da Comunidade Económica Europeia no sentido de encarmos iniciativas comuns de estudo e de acção para defender os interesses da lavoura e para denunciarmos a situação discriminatória a que a CNA tem estado sujeita».

A agricultura portuguesa em debate

Matadouros, feiras, guias de gado, as últimas alterações introduzidas pelo Governo na comercialização do leite, a eucaliptização crescente do território nacional, a problemática da vinha, a produção da banana na Madeira, os graves problemas dos produtores de tomate, o aumento geral dos factores de produção e as condições de crédito actualmente existentes, enfim, pode dizer-se que nenhum problema dos muitos com que se debatem os agricultores portugueses passou, neste Encontro, sem referência. De tal forma que Diamantino Matos, dirigente da CNA na inter-

venção de encerramento dos trabalhos afirmou que o encontro «foi verdadeiramente representativo da agricultura, nenhuma outra organização do País é capaz de representar os agricultores».

Assim, o IV Encontro das Organizações da Lavoura e dos Agricultores de Portugal concluiu pela necessidade de dar «estabilidade e apoio a quem produz». Para a CNA, «a estabilidade profissional da população agrícola é uma condição essencial para o desenvolvimento da agricultura». Diz o documento de conclusões que «se é verdade que nas explorações com menos de 20 hectares, se produz 63 por cento do Produto Agrícola Bruto, tem que ser aí que se tem de dar o maior apoio».

Por outro lado, é necessário, na opinião dos agricultores portugueses, modernizar as explorações agrícolas, considerando para tal que «o apoio técnico à agricultura e o seu progresso tecnológico são instrumentos decisivos para o desenvolvimento do sector». O IV Encontro da Lavoura colocou como questão central no desenvolvimento da agricultura «a defesa do mercado interno e dos produtos de origem nacional face à concorrência estrangeira».

Finalmente, os cerca de sete mil agricultores presentes em Coimbra, em representação da lavoura nacional, consideram que «para a definição de uma política agrícola virada para o desenvolvimento da agricultura portuguesa é necessário o diálogo e a participação das genuínas organizações da Lavoura na discussão dos problemas».



Os agricultores advertem que, se necessário, voltarão a Lisboa para fazer ouvir a sua voz

«Temos que continuar a ser portugueses e não nos podemos entregar aos países estrangeiros. Um país tem que ser rico em agricultura.» Estas palavras, ditas da tribuna do Encontro por um agricultor do Norte, ilustram bem o estado de espírito geral que se vivia no pavilhão dos Olivais.

Um ano passado sobre a data da adesão de Portugal à CEE, à expectativa face às eventuais consequências de tal facto, sobreveio a frustração e mesmo a indignação. Tal como afirmava Joaquim Casimiro, dirigente da CNA, «reduzir a área produtiva, reduzir o volume da produção, reduzir o número de agricultores — eis ao que se reduz a CEE, ao mesmo tempo que o País inteiro vai sendo invadido pelos produtos espanhóis ou franceses ou dinamarqueses».

Como consta da moção aprovada, «o País está a ser invadido pelas produções agrícolas comunitárias, ao mesmo tempo que todos os mecanismos de apoio e protecção da Agricultura Portuguesa estão a ser desmantelados». «É objectivo da CEE, a liquidação das explorações de menores dimensões, o que para Portugal significaria um brutal aumento do desemprego agrícola», refere, por outro lado, a moção aprovada.

Produtores de tomate, de leite, carne, cereais, batata, hortofrutícolas, de todo o lado vieram queixas, interrogações, apreensões, protestos. Afirmava o documento em discussão nas associações de agricultores e a discussão no encontro confir-

mou-o, que «não é a política agrícola da CEE que resolve os problemas dos agricultores portugueses, que promove o desenvolvimento da nossa agricultura». Com sentido do interesse nacional, os agricultores reunidos em Coimbra deixaram claro que «tudo aquilo que se possa produzir cá e em vez disso se vá comprar ao estrangeiro — é um desperdício».

A um ano de permanência na CEE é cada vez mais generali-

Terra

Não toquem mais na Reforma Agrária

● Marcha para Lisboa no dia 10 de Março

Perante a gravidade da situação, as organizações da Reforma Agrária, decidiram em reunião realizada a 6 de Fevereiro, em Évora, marcar para o próximo dia 10 de Março uma «Marcha para Lisboa, em direcção à Assembleia da República, dos trabalhadores da Reforma Agrária, envolvendo tractores, camionetas e outros meios de transporte». Os trabalhadores da Reforma Agrária vêm a Lisboa para exigir a paragem total das diversas formas de ofensiva contra a Reforma Agrária, reclamar paz e estabilidade para trabalhar e produzir em segurança «o pão que o País precisa e para protestar contra o atraso em que se encontra a discussão na especialidade dos projectos de lei sobre a Reforma Agrária já aprovados na generalidade.

Em conferência de imprensa realizada no passado dia 12, na Casa do Alentejo, em que estiveram presentes Álvaro Rana em representação da CGTP-IN, e António Teles, presidente da Câmara Municipal de Coruche em nome das autarquias da ZIRA, os Secretariados e Uniões das UCP's/Cooperativas deram conta do evoluir da situação nos últimos meses, especialmente depois da aprovação na generalidade pela Assembleia da República de dois projectos, do PS e do PRD, que retiram competências ao ministro da Agricultura e as transferem para os tribunais administrativos.

Essa importante vitória, reflexo de uma intensa acção de protesto e esclarecimento levado a cabo pelos trabalhadores da Reforma Agrária e suas organizações, é considerada «uma vitória limitada». Ao contrário de um projecto de lei apresentado pelo PCP, aqueles projectos não garantem a paragem da ofensiva contra a Reforma Agrária nos seus diversos aspectos, facto que foi aproveitado pelo Governo e o MAP para «intensificar a abertura de novos processos e a retirada de novas áreas às UCP's/Cooperativas».

Ainda que «uma vitória limitada», a aprovação na generalidade daqueles projectos de lei, bem como a apresentação ao plenário pela Comissão Parlamentar de Inquérito de duas queixas-crime contra o ministro Álvaro Barreto veio, na opinião dos Secretariados das UCP's/Cooperativas, «dar-nos plena razão e comprovar a verdade plena das nossas acusações da existência de graves situações de ilegalidades na actuação do ministro e do Governo».

Ofensiva criminosa do Governo

De imediato o Governo e o MAP reagiram a esta séria derrota «desafiando a decisão do parlamento anunciando publicamente que iriam intensificar as acções de destruição da Reforma Agrária e, por outro lado, iniciaram um conjunto de manobras de aproximação a alguns partidos, procurando fazer retardar a aprovação do texto final».

Assim, depois de 6 de Janeiro, dia da aprovação na generalidade dos dois projectos na AR, o MAP já procedeu à entrega de 10 «reservas» nos distritos de Beja, Évora e Portalegre

num total de 2614 hectares, atingindo nove UCP's e destruindo completamente duas, a «29 de Outubro», em Vendas Novas e a «Custou Mas Sempre Foi», de Odemira.

Para além destas e igualmente desde o dia 6 de Janeiro, 15 UCP's/Cooperativas foram notificadas da abertura de oito novos processos de «reservas» e três despachos finais do ministro, num total de 4112 hectares.

Entretanto, como aliás o próprio Álvaro Barreto acabaria por reconhecer numa conferência de imprensa realizada no próprio dia 12, os Serviços e as Direcções Regionais de Agricultura receberam instruções do Ministério para acelerar a organização de dezenas de processos ditos de reservas, isto ao mesmo tempo que «prosegue a prática ininterrupta de ilegalidades e actos de corrupção» (ver caixa), facto que está a gerar um «crescente clima de cada vez maior mal estar no interior das próprias Direcções Regionais de Agricultura».

Ao mesmo tempo que toda esta gigantesca ofensiva é intensificada, a totalidade dos 383 acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo a favor dos trabalhadores continua por executar e o Governo continua a apertar o cerco financeiro às UCP's/Cooperativas, como recentemente o anúncio de que não lhes seria concedido o subsídio destinado às explorações de olival e aos produtores de gado.

Desta forma e ao contrário de uma informação veiculada pelo MAP, não são 20 as reservas que o MAP pretende entregar, mas antes 212 processos que totalizam 66 mil hectares, número que pode entretanto aumentar.

O ministro despacha requerimentos em casa?

Esta conferência de imprensa dos Secretariados das UCP's/Cooperativas da Zona de Intervenção da Reforma Agrária serviu ainda para a denúncia de mais algumas ilegalidades das muitas cometidas em toda esta ofensiva contra a Reforma Agrária.

Desta forma se deu conhecimento, com as respectivas comprovações documentais, que Álvaro Barreto quer entregar a um agrário da zona de Coruche e Lavre, de seu nome António José Veiga Teixeira, 40 hectares da herdade de Pedrogão da UCP «Boa Esperança do Lavre». O problema é que o dito Veiga Teixeira possui já mais de dois mil hectares de terra, parte da qual conseguida por via dos filhos à custa da expulsão de três pequenos agricultores que tinham recebido a terra depois de retirada à UCP «A Vitória é Certa» de Coruche. E isto sem qualquer justificação legal ou sequer notificação à referida Cooperativa.

Resta acrescentar em relação a este escândalo, que o advogado do agrário foi, só, um antigo técnico agrícola do MAP e nessa qualidade instruiu os processos de reserva do seu agora cliente.

O outro processo denunciado na conferência de imprensa da passada quinta-feira é sim-

ples. Os agrários Reis Malta que receberam em 7/3/80 2 reservas de 70 mil pontos cada fizeram um requerimento para pedir a concessão de majorações. Acontece que este requerimento deu entrada no Ministério, conforme o demonstram os carimbos, a 10/12/84, mas por mais estranho que pareça, foi despachado por Álvaro Barreto a 6/12/84. Perguntam as organizações dos trabalhadores da Reforma Agrária: «Tê-lo-à despachado em casa? Ou o Ministro anda desnortado com o calendário e até nisto faz força para que o tempo volte para trás?»

Entretanto, já no decorrer da conferência de imprensa, soube-se que a UCP «Margem Esquerda» de Serpa havia sido notificada para entregar várias herdades que somam 1303 hectares, a «jovens agricultores». Lembremos que esta UCP já foi espoliada pelo Ministério da Agricultura em 20 reservas e que apesar disso «ainda mantemos de pé a UCP».

«Então o ministro da Agricultura não tem vergonha de cometer tão grave injustiça e ilegalidade, tirando o pão a dezenas de famílias, para a entregar a pessoas que nunca tiveram nada a ver com a Agricultura?», perguntam os trabalhadores da UCP «Margem Esquerda».



Enquanto defrontam a ofensiva do governo com vista à destruição da Reforma Agrária, os trabalhadores preparam a produção de culturas de Primavera

Para as organizações da Reforma Agrária assiste-se, hoje, à «tentativa pelo Governo de total destruição da Reforma Agrária e de reconstituição dos antigos latifúndios».

Tal facto reforça ainda mais a urgência e a importância das formas de luta agora decididas pelos trabalhadores, em particular a Marcha para Lisboa, «uma importante forma superior de luta» que, como afirmou Lino de Carvalho, «foi decidida em última instância dada a gravidade da situação».

A responsabilidade dos partidos democráticos

Por outro lado, os Secretariados das UCP's/Cooperativas da Zona de Intervenção da Reforma Agrária entendem dever «chamar firmemente a atenção da Assembleia da República e dos partidos democráticos da oposição e protestar energicamente contra o atraso em que se encontra a votação na especialidade e a aprovação do texto final da lei que retira competências ao ministro da Agricultura».

«Se se vier a verificar que se perde uma oportunidade importante de se chegar a um consenso entre as forças democráticas da oposição que contribua para pôr termo às arbitrariedades, às ilegalidades, à destruição da Reforma Agrária, os trabalhadores e o País tirarão as suas conclusões e responsabilizarão e penalizarão certamente os partidos responsáveis por tal situação», afirmou Lino de Carvalho.

Os Secretariados e Uniões das UCP's/Cooperativas da ZIRA deliberaram ainda prosseguir os contactos e reuniões com os órgãos de soberania, partidos, forças sociais, grupos parlamentares e personalidades democráticas e intensificar as acções de resistência no local de entrega de reservas e de denúncia das ilegalidades.

As organizações dos trabalhadores da Reforma Agrária apelaram, finalmente, à participação nos Plenários distritais das UCP's/Cooperativas no âmbito do Encontro de Culturas de Primavera/87 que este ano será descentralizado. Discutir as orientações da Reforma Agrária para que se consiga realizar uma boa produção de culturas

de Primavera/87 e a preparação da Marcha de 10 de Março são os grandes objectivos deste Encontro descentralizado.

Para Álvaro Rana, presente na conferência de imprensa em nome da CGTP-IN, «defender a Reforma Agrária é indispensável para resolver os problemas do desemprego e do desenvolvimento em Portugal». Daí o empenhamento e a solidariedade da central sindical dos trabalhadores portugueses com a Reforma Agrária. Álvaro Rana deu no-

tícia, a propósito, de uma reunião de sindicalistas de Lisboa realizada recentemente para discussão das formas de apoio à Marcha para Lisboa da Reforma Agrária.

Por seu lado, António Teles, da Câmara Municipal de Coruche, informou das diligências ultimamente efectuadas sem «grandes resultados concretos» por uma delegação das autarquias da ZIRA junto dos órgãos de soberania alertando para a grave situação que ali se vive.

Juventude

Manifestação de Letras

Os estudantes das três Faculdades de Letras do País vão concentrar-se amanhã frente ao Ministério da Educação e Cultura a partir das 15 horas. A decisão de convocar esta manifestação nacional tomada pela Comissão Nacional Coordenadora dos Estudantes de Letras (CNCEL), foi reiterada este fim-de-semana em reunião daquela Comissão realizada em Coimbra, perante o mutismo do ministro ao pedido de audiência dos estudantes.

De facto, João de Deus Pinheiro não se dignou responder directamente aos estudantes acerca de um pedido de audiência para discutir aspectos do Caderno Reivindicativo que a CNCEL considera dependerem em última instância da posição do ministro. O que se sabe de concreto é que Deus Pinheiro enviou às reitorias um despacho onde afirma que «as universidades (...) vêm encontrando pistas de entendimento» que a seu tempo se concretizarão em propostas. Quando elas estiverem concluídas o ministro promete dar-lhes «o devido encaminhamento».

Na sua reunião do fim-de-semana a CNCEL entende ser «inadmissível a ausência de resposta oficial do ministro João de Deus Pinheiro». Consideram os estudantes que desta forma, «o Ministério alheia-se deliberadamente da subscrição dos princípios gerais do acordo assinado a 7 e 8 deste mês, base sem a qual se revela impossível qualquer hipótese de negociação».

Entretanto, já em protesto contra esta intolerável atitude do ministro, os estudantes de Letras de Lisboa realizaram na passada segunda e terça-feira uma greve às aulas. A CNCEL tinha aliás manifestado apoio e solidariedade a todas as formas de luta desencadeadas pelas respectivas escolas.

Por outro lado, na passada terça-feira, num encontro em Lisboa, a CNCEL com representantes dos estudantes da Universidade de Aveiro e Trás-os-Montes e o Secretariado Nacional da FENPROF, trocaram opiniões e pontos de vista e discutiram eventuais acções conjuntas em relação à situação das Faculdades de Letras.

Poder Local

PCP na AR dos Açores

Quatro perguntas por Arrifes

Problemas na ilha de S. Miguel, na Região Autónoma dos Açores, e em particular na Freguesia de Arrifes, no concelho de Ponta Delgada, foram matéria para um requerimento do representante do PCP na Assembleia Regional, **Decq Mota**, ao Governo Regional, que passamos a transcrever.

«Vêm estas considerações a propósito da situação de profunda degradação a que chegou a Freguesia dos Arrifes, no concelho de Ponta Delgada. Já no ano de 1985, em consequência de uma visita que então realizei

àquela Freguesia, trouxe ao Plenário da Assembleia Regional um circunstanciado relato das suas profundas, graves e inaceitáveis carências. Na sequência dessa intervenção sucederam-se as afirmações governamentais e

municipais de que as questões levantadas seriam resolvidas.

«Muito mais recentemente, a 10/5/86, a Assembleia da Freguesia de Arrifes manifestou, junto das entidades oficiais, a sua profunda desaprovação pelo profundo estado de degradação a que a freguesia chegou. Após isso, um grupo de cidadãos promoveu um importante abaixo assinado que recolheu 2087 assinaturas de cidadãos daquela Freguesia, e no qual se enunciam com clareza e rigor os principais problemas, a morosidade com que alguns vêm sendo tratados e a completa falta de perspectiva de resolução de outros.

«Note-se que este número de cidadãos que subscreveu o abaixo-assinado (2087) que vimos citando é muito superior aos 1098 cidadãos que elegeram em 1985 a actual Assembleia de Freguesia, o que mostra o interesse legítimo da população em contribuir para a resolução da situação.

«A comissão promotora daquele abaixo-assinado pediu em Outubro passado uma audiência ao sr. presidente do Governo Regional, para, de viva voz, colocar os importantes problemas que suscitam maior apoio popular que as eleições autárquicas. Até à presente data tal audiência não foi concedida.

«Em recente notícia de órgão de comunicação social é dito que o presidente da Câmara de Ponta Delgada vai reunir com o presidente do Governo Regional, tendo em vista o aumento de verbas para os Arrifes.

«Tendo em conta tudo quanto foi exposto, requero ao Governo Regional, nos termos estatutários e regimentais, resposta urgente para as seguintes questões:

1.º - Qual a razão ou razões porque não foi concedida até à presente data, pelo sr. presidente do Governo Regional a audiência solicitada pela Comissão Promotora do Abaixo-Assinado com 2087 assinaturas de cidadãos de Arrifes, que lhe foi presente?

2.º - Qual a razão porque ainda não foram considerados como importantíssimos problemas a encarar e resolver com urgência, questões como a drenagem das águas pluviais, como o arranjo de vários quilómetros de caminhos, travessas e becos, etc.?

3.º - Qual a razão ou razões que levam a que ainda não se considere os Arrifes, em vésperas da construção do novo Hospital, da conclusão do alargamento do aeroporto, da construção de novos aquartelamentos militares, como uma necessária, natural e indispensável zona de expansão de Ponta Delgada, com todas as obras de acessos que tal implica?

4.º - Que medidas prevê o Governo Regional para fazer face a esta situação?»

PCP vai perguntar, em debate:

Que é isso da «marina de S. Paio?»

A publicidade em volta dos projectos que estão a ser realizados com vista à construção de uma marina na bacia de S. Paio, empreendimento que abrangeria parte das freguesias da Afurada e Canidelo, em Vila Nova de Gaia, tem colocado muitas interrogações nos mais diversos sectores.

A pouca clareza com que surge o projecto dum empresa que ninguém conhece, as alterações que implicaria no meio ambiente, em que condições seria garantido o equilíbrio ecológico e protegida a paisagem, o futuro que esperaria a zona piscatória da Afurada e toda a área populacional envolvente, são algumas das questões mais duvidosas e que levaram já os vereadores da

Aliança Povo Unido, alertados pela possibilidade de não estarem salvaguardados os interesses das populações atingidas, a requererem que o caso da marina de S. Paio «seja urgentemente agendado para apreciação pela Câmara Municipal de Gaia».

A Comissão Concelhia de Vila Nova de Gaia do Partido Comunista Português, dada a diversi-

dade de opiniões relativamente a tal projecto, decidiu realizar um debate sob o tema «Marina de S. Paio, que consequências?», que terá lugar no próximo dia 28 de Fevereiro, pelas 15 horas, no edifício da Junta de Freguesia da Afurada.

O debate, para o qual estão a ser convidados diversos especialistas, órgãos de informação, eleitos na Câmara e Assembleia Municipal e eleitos das Juntas e Assembleias das Freguesias vizinhas, é aberto a toda a população e irá certamente permitir um melhor esclarecimento e aprofundamento do que está em causa com tal empreendimento.

Nacional



Praça da Liberdade

Inquérito ou interrogatório policial?

Há coisas que acontecem na nossa cidade que por muito avisado que se ande mesmo assim espantam. Espantam e indignam. Não era a denúncia pronta dos vereadores comunistas, a consciência clara dos trabalhadores e a sua disposição de luta, a acção das suas organizações, e o vereador socialista do pelouro da habitação da Câmara Municipal do Porto, Justino Santos, teria conseguido, à surreal, levar a cabo uma vasta e profunda ofensiva contra os 70 000 moradores dos bairros camarários da cidade. Sem nada dizer a ninguém (parece que nem mesmo ao presidente que é o responsável da Polícia Municipal) o vereador Justino encarrega agentes da polícia (para intimidar, é claro) de percorrerem as casas dos bairros a preencherem um famigerado inquérito laboriosamente elaborado sob as suas ordens (e como convém para inquéritos ilegais e inconstitucionais, em papel branco, não timbrado nem assinado) — Quanto paga de impostos? De quanto dinheiro dispõe? Tem carro? Qual o antigo patrão? etc., etc. (E, atenção, se não responder bem, será despejado, diz em caixa bem visível) O inquérito de que estamos a falar é mesmo de agora, de 1987, 13 anos depois de Abril (não, não é de 1957), e o seu autor é mesmo um vereador socialista... (O mesmo que agora apresentou uma nova proposta à Câmara para ressuscitar os fiscais... Tal e qual).

Os moradores dos bairros camarários vivem nos bairros de pleno direito. O facto dos bairros serem habitação social não retira nenhum direito a quem neles habita nem altera o carácter de senhorio da Câmara. Não, senhor vereador, os moradores dos bairros, também eles enfrentando graves problemas de sobrecaptação e de degradação das casas, não são escravos do pelouro da habitação para que este possa pôr e dispor das suas casas e das suas vidas. E se o senhor vereador está tão preocupado com a justiça, porque não começa com os seus inquéritos nas zonas residenciais da grande burguesia da cidade?

Mas o inquérito tem também outro objectivo bem claro e altamente condenável — servir de base para uma campanha de mistificação cujo objectivo seria atirar os moradores das ilhas, das «barracas» e das zonas degradadas contra os moradores dos bairros, procurar responsabilizar estes pelo facto de não haver mais habitação social, ao mesmo tempo que se procura fazer crer que os bairros só dão prejuízo à Câmara quando, só em 1986, deram de lucro cerca de 150 mil contos. E os verdadeiros responsáveis pelos gravíssimos problemas de habitação no Porto, são os sucessivos governos do PS e do PSD e o governo Cavaco, os grandes exploradores do nosso povo esfregando entretanto as mãos de contentes.

Na Câmara entrou uma proposta para a destruição imediata dos inquéritos recolhidos, e a luta vai continuar.

■ M.

Eleições em S. João do Campo, Coimbra

O trabalho fundamental é depois dos escrutínios!

A Aliança Povo Unido fez, recentemente, a entrega no Tribunal de Coimbra da lista de candidatos à eleição intercalar para a Assembleia de Freguesia de S. João do Campo. Recordamos que os 1559 eleitores desta freguesia vão ser chamados no próximo dia 12 de Abril a ir às urnas escolher novos responsáveis para a sua Autarquia, em virtude de a Junta de Freguesia eleita em Dezembro de 1985 se ter demitido, provocando a perda de mandato e a demissão da maioria dos membros da Assembleia de Freguesia.

João Alberto Bizarro, agricultor, de 26 anos, José Protásio Tejo, aposentado da PSP, de 50 anos, e António Serém Rolo Doce, jardineiro, de 33 anos, são os 3 primeiros candidatos da lista da APU e estiveram presentes na

Conferência de Imprensa que se seguiu à entrega da lista.

Considera a lista da APU que 1986 «foi um ano perdido para a freguesia, dado que não foi resolvido nenhum dos problemas da população», e que «é necessária uma equipa forte e dinâmica para até 1989 recuperar o tempo perdido e atacar de frente o muito trabalho que há para fazer: arranjo e pavimentação das ruas, alargamento da rede de saneamento e abastecimento de água, resolução do problema dos transportes colectivos para a Margem Direita do Mondego, entrada em funcionamento da nova sala do Jardim de Infância».

Os candidatos da APU frisaram ainda que têm uma proposta de trabalho em novos moldes para a Autarquia de S. João do Campo,

que abrange a criação de serviços de apoio aos agricultores e o aproveitamento de uma antiga casa de família de Jaime Cortesão para Centro Social e Casa da Cultura e Desporto.

Salientaram que a confiança que têm de ganhar as próximas eleições não lhes fez perder de vista os erros da experiência de 1986: a Junta de Freguesia anterior esgotou-se no acto eleitoral e desmoronou-se num ano. Era constituída por três elementos do PS.

Para os candidatos da APU «o trabalho fundamental é aquele que começa no dia em que foram eleitos e é um trabalho de equipa a realizar com todos os que quiserem o progresso da freguesia de S. João do Campo».

Évora

O escândalo da Malagueira

O Salão Nobre do Teatro Garcia de Resende, esteve cheio, no debate promovido pela Comissão Concelhia de Évora, do Partido Comunista Português, para análise da questão da 418 habitações abandonadas na MALAQUEIRA.

Foi constatado que existindo 1319 famílias à espera de conseguirem uma habitação social na cidade de Évora, não se pode compreender nem aceitar a atitude do Governo PSD, entidade responsável pela degradação e abandono em que se encontram as 418 casas.

O Plenário concluiu: a responsabilidade das casas abandonadas cabe inteiramente ao Governo PSD e aos anteriores governos.

Os presentes do debate pro-

puseram, e foi aprovado, que seja posto a circular um abaixo-assinado onde se denuncie esta situação e que esse abaixo-assinado seja entregue ao Governo (responsável pela situação) à Assembleia da República, Presidente da República e outras entidades. Decidiram ainda solicitar aos eleitos comunistas na Assembleia da República, na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal de Évora que levantessem a questão das casas abandonadas da Malagueira e

que enviem esforços para que as forças democráticas conjuguem acções que conduzam à resolução deste problema.

O Plenário concluiu também que «se é verdade que a principal responsabilidade pelas dificuldades crescentes na habitação, saúde, ensino, emprego, etc., cabe ao partido do Governo, o PSD, também o PS e o PRD têm que ser responsabilizados, na medida em que ao fugirem ao entendimento com as outras forças democráticas para a constituição de um governo democrático, permitem a continuação de um Governo, cuja política permite escândalos como os da Malagueira.»

Internacional

Grécia, greve geral

«Com esta política não podemos viver»

Mais de 2 milhões de trabalhadores participaram numa greve geral, abarcando toda a Grécia, de protesto contra as desastrosas consequências da política de «austeridade» que tem vindo a ser seguida pelo governo socialista de Papandreu.

A greve, em que é palavra de ordem central o fim do congelamento salarial, em vigor há já 16 meses, teve a mais ampla participação de diferentes sectores de trabalho — funcionários, professores, pequenos comerciantes, enfermeiras e operariado —, e foi acompanhada da realização de manifestações nas principais cidades gregas. Para o centro de Atenas estavam marcados três comícios.

A greve geral agora realizada insere-se num processo de luta que já vem de trás. No passado

dia 12 mais de um milhão de trabalhadores gregos haviam aderido a uma greve de 24 horas. A

greve de dia 12, anunciada como a primeira de uma série de movimentos grevistas, foi convocada pela Confederação Geral dos Trabalhadores Gregos e pelas União de Sindicatos de Atenas, Pireu e Salónica. Registou uma elevada adesão, nomeadamente nos transportes públicos, nos hospitais, na banca. Foi acompanhada também de manifestações, com destaque para Atenas, onde milhares de trabalhadores se dirigiram ao Parlamento empunhando cartazes com a palavra de ordem: «Com esta política não podemos viver».

Este amplo movimento de luta está ligado à sensível degradação das condições de vida dos trabalhadores gregos. Prevê-se que o nível de vida no país venha a sofrer este ano uma desvalorização da ordem dos 6 por cento, quando já em 1986 se havia registado uma quebra de 7 por cento. Esta uma componente da degradação das condições de vida e que vem de par com uma outra não menos grave: o desemprego. Por isso os trabalhadores gregos exigem, simultaneamente, o fim do congelamen-

to dos salários e medidas contra o desemprego e pela viabilização de empresas com dificuldades financeiras.

Importa relembrar aqui que nas eleições autárquicas realizadas em Outubro de 1986, o partido de Papandreu sofreu uma acentuada quebra de votação (de 45,8 por cento dos votos em 1985 para 30 por cento). Quebra ligada à política antipopular que tem vindo a ser seguida. Do programa do PASOK constam medidas como a liberalização dos despedimentos em massa, a legalização do trabalho a tempo parcial, a supressão da indexação automática dos salários e dos contratos colectivos de trabalho, a ligação entre os salários e a produtividade (que em condições de capitalismo apenas favorece o capital, estimulando os lucros a troco de umas migalhas para os trabalhadores).

Não menos significativo é o facto de nas mesmas eleições, em Outubro, os comunistas gregos terem registado um salto dos 10 para os 18 por cento dos votos. Um reflexo importante, nas urnas, do apoio dos trabalhadores a quem defende os seus interesses.



Grandes lutas populares contra a política de Papandreu.

Chile

Milhares de despedimentos agravam situação social

A ditadura fascista do general Pinochet despediu cerca de oito mil professores do ensino secundário e universitário, no âmbito de um vasto programa destinado a reduzir o défice fiscal do Chile que satisfaça as condições impostas pelo Fundo Monetário Internacional para a atribuição de novos financiamentos ao país.

A medida, que a ditadura chilena afirma não ter impacto real na qualidade da educação dos 12 mil estabelecimentos de ensino públicos e municipais, foi mascarada com o argumento de que existem professores excedentes no país. As manifestações de protesto, entretanto organizadas pelas organizações de professores, foram barbaramente reprimidas pela polícia, que perseguiu dirigentes sindicais e efectuou várias prisões.

A repressão não impediu no en-

tanto os representantes de denunciar os verdadeiros motivos dos despedimentos, de ordem política e económica, e que não poderão deixar de ter sérios reflexos na qualidade da educação dos cerca de três milhões de alunos existentes no país.

Segundo o presidente da Associação Profissional dos Professores Chilenos, Osvaldo Verdugo, muitos dos despedidos tinham um papel activo no movimento sindical e são críticos da ditadura, o

que demonstra que o objectivo do governo é instaurar «uma atmosfera de medo permanente entre os professores»; por outro lado, a ditadura de Pinochet está claramente a tentar passar o ensino público para o sector privado. Como salientou Osvaldo Verdugo, «o governo demite-se das suas responsabilidades em relação à educação, colocando as crianças nas mãos do sector privado. Trata-se de uma posição mercantil face à educação, pois as escolas privadas têm por objectivo o lucro».

A degradação do ensino, nestas condições, é praticamente inevitável, já que a ditadura chilena incentiva a proliferação de estabelecimentos privados com a atri-

buição de subsídios (10 dólares por mês por cada aluno), desde que os estudantes tenham aproveitamento.

Com uma dívida externa de 20 milhões de dólares, o Chile tem vivido à custa dos balões de oxigénio da ajuda externa, principalmente norte-americana e de organizações como o FMI, que exigem as contrapartidas políticas e económicas da submissão e exploração. Com uma população cada vez mais pauperizada, a ditadura não tem outro recurso que o da repressão para impor as suas medidas, e do total desrespeito pelos mais elementares direitos do homem.

O isolamento internacional em que se encontra a ditadura de Pinochet, pressionada interna e externamente pelos que se batem pelo regresso à democracia, vai no entanto ser pelo menos parcialmente esbatido com a decisão incompreensível do Papa João Paulo II em visitar o país, no próximo mês de Abril. Segundo o secretário executivo da comissão nacional da visita, monsenhor Cox, João Paulo II terá um encontro de cerca de duas horas com Pinochet, bem como com representantes de diversas organizações e sectores sociais. A esperança manifestada de que o Papa fique a conhecer a realidade do país parece fraca compensação para os inevitáveis dividendos políticos que a ditadura de Pinochet não deixará de tirar de tão notável visitante.



Despesas militares — o sector em «progresso» nos países capitalistas

As despesas militares nos principais países capitalistas têm vindo a aumentar progressivamente ao longo da década.

Segundo dados divulgados pelo gabinete de estatística do FMI, a percentagem do produto interno bruto destinada pelos países «ricos» às despesas militares é de 4,3 por cento, sendo que nos EUA chega a atingir os 6 por cento.

Os dados divulgados pelo FMI indicam ainda que os Estados Unidos consagram às despesas militares 25 por cento do seu orçamento, enquanto a Suíça e a RFA destinam respectivamente 10,25 por cento e 9,21 por cento.

Vale a pena referir aqui que, de acordo com cálculos do Instituto Internacional para Investigações sobre a Paz de Estocolmo (SIPRI), as despesas militares aumentaram no mundo, entre 1975 e 1985 (tomando como base os preços de 1980) de 507 mil milhões a um bilião de dólares. Isto equivale ao valor do produto nacional bruto de toda a África, a 83 por cento do da América Latina, à dívida externa de todos os países em vias de desenvolvimento.

Yemen Democrático, a importância de considerar cuidadosamente as realidades e as potencialidades

Os graves acontecimentos registados em Janeiro de 1986 no Yemen do Sul foram tema de realce no encontro havido no passado dia 10 entre o secretário-geral do PCUS, camarada Gorbatchov e o dirigente sul-yemenita, camarada Ali Salim Al-Biedh. Um encontro para troca de informações sobre a actividade de ambos os partidos no ano passado. O dirigente sul-yemenita fez um balanço da acção do seu partido para ultrapassar os acontecimentos de 86.

Na análise da experiência, «tanto negativa como positiva», da luta revolucionária e dos princípios gerais da revolução, foi sublinhado que uma «política correcta» deve considerar cuidadosamente «as realidades, as potencialidades económicas nacionais, o nível de desenvolvimento histórico da sociedade, da consciência política e da cultura do povo, assim como as suas tradições, peculiaridades» e a situação internacional.



Repressão na Coreia do Sul

Quase 200 pessoas continuam presas, vítimas da ofensiva repressiva contra os participantes em serviços religiosos realizados há dias em memória de um estudante da Universidade de Seul, torturado até à morte numa esquadra de polícia, a 14 de Janeiro.

O governo de Seul proibiu a manifestação, convocada pelo partido de oposição, Partido Democrático da Nova Coreia, e por mais 48 organizações, e colocou nas ruas cerca de 50 mil polícias. Pelo menos 130 pessoas serão enviadas a tribunal, para julgamentos sumários, que incluem a possibilidade de condenação a pena maior.

Entretanto já está anunciada mais uma manifestação, com carácter religioso, a realizar a 3 de Março, quando se completarem 49 dias sobre o assassinio do estudante.

Delegação do PCP em África

Uma delegação do PCP de que fazem parte Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, e Domingos Lopes, membro suplente do CC, partiu no dia 17 de Fevereiro para África. A convite do CC do MLSTP, a delegação visita a República Democrática de São Tomé e Príncipe, onde se encontra até ao dia 20. Carlos Costa e Domingos Lopes partem depois para Luanda e, durante três dias, terão diversos contactos com dirigentes do MPLA-PT e da República Popular de Angola. De 23

de Fevereiro a 1 de Março visitará a República Popular do Congo, a convite do Partido Congolês do Trabalho.

Esta viagem da delegação do PCP foi considerada por Carlos Costa, pouco antes da partida, «normal» e inscrevendo-se no quadro das relações existentes com o MLSTP, o PCT e o MPLA-PT e «no seu aprofundamento». «Para nós — acrescentou — tem muitíssima importância conhecer o mais aprofundadamente possível a situação

existente em África, continente que «sofre uma fortíssima ofensiva do imperialismo americano», e particularmente na África Austral, onde actúan os «seus executantes principais — os racistas da África do Sul».

Na ocasião o camarada Carlos Costa sublinhou que «não podemos deixar de condenar a política do Governo português que, na verdade, é uma política de apoio mais ou menos disfarçado, aos inimigos de Angola e Moçambique».

Internacional

Nicarágua

Congressistas americanos pedem fim da ajuda aos «contras»

Um grupo de congressistas norte-americanos apresentou a semana passada à Câmara de Representantes do Congresso dos EUA um projecto-lei que prevê o fim da ajuda aos contra-revolucionários nicaraguenses. A ser aprovada esta iniciativa — que tem a particularidade de ser apoiada por democratas e republicanos — a administração Reagan sofrerá uma importante derrota, fruto do escândalo do chamado «Irangate».

O congressista republicano Stewart McKinney, que apoia o projecto-lei, reconheceu-o abertamente ao afirmar que o «estrondoso escândalo em torno do fornecimento de armas ao Irão e a transferência dos fundos daí provenientes para os «contras» nicaraguenses levou-nos a reconsiderar a situação». E a hora de «reconsiderar» chegou na sequência de mais um pedido da Casa Branca de nova ajuda de 105 milhões de dólares para os anti-sandinistas, no início do próximo ano financeiro norte-americano.

Dir-se-á que Reagan pretende, com esta reincidência em pleno Irangate, provar a sua força e o pretensão apoio à sua política na América Central. Acontece no entanto que, pese embora as profundas contradições internas no que respeita a esta matéria, com as conhecidas hesitações de democratas e republicanos sobre o assunto (que na maior parte dos casos redundaram em decisões lesivas da so-

berania da Nicarágua), a questão se agravou com a falta de resultados «positivos» na óptica dos EUA.

Ou seja, como afirmou o democrata Sam Geidenson, a política seguida em relação à Nicarágua não só foi contestada no país desde o início como, conforme se veio a verificar, malgrado os prodigiosos subsídios em dólares, os «contras» não alcançaram quais-

quer êxitos militares ou políticos, minimamente significativos. O que significa a inutilidade de persistir numa política cujo fracasso se reconhece.

Embora a lógica dos meandros políticos não seja assim tão linear, o facto é que tanto no Congresso como no Senado (onde foi apresentado um projecto-lei análogo) se avolumam as

«contras» nicaraguenses que a imprensa americana não deixa de revelar, como é o caso do tráfico de drogas e as profundas divisões entre os contra-revolucionários.

Reagan isolado

A cadeia de televisão «ABC» revelou há dias que Arturo Cruz,

O «plano de paz» proposto pelo presidente da Costa Rica, na reunião que no passado fim-de-semana levou àquele país os presidentes dos países centro-americanos, com excepção da Nicarágua, não conseguiu reunir qualquer consenso. O plano, que pretendia ser uma alternativa às iniciativas de paz do Grupo de Contadora, não respeitava a soberania da Nicarágua.

preocupações sobre a orientação da Casa Branca na América Central, onde a hostilidade contra o grande vizinho do norte aumenta a olhos vistos. A pesar neste esboço de mudança política estão também os sucessivos escândalos relacionados com os

um dos dirigentes dos «contras», abandonou a coligação de que fazia parte. Para a «ABC» não se trata de um mero episódio de diferenças de opinião pois, como faz notar, foi exactamente a administração Reagan que avançou a ideia de criar uma

tal aliança a fim de demonstrar ao Congresso que a oposição nicaraguense está bem organizada e possui uma ampla base, o que não corresponde à realidade.

Por outro lado, no que se refere ao tráfico e drogas (contra o qual Reagan «declarou uma cruzada» amplamente publicitada), as notícias implicando os «contras» assumiram tais proporções que obrigaram à criação de um novo cargo junto da Comissão Senatorial dos EUA para os Assuntos Estrangeiros, encarregue de investigar o assunto. Como disse o congressista James Traficant, é necessário iniciar o mais rapidamente possível a investigação da actividade dos «contras», assim como das notícias de que os elementos ocupados dos fornecimentos do material de guerra a este grupo estavam simultaneamente implicados no contrabando de narcóticos para os EUA, uma vez que as novas acusações levantam novas perguntas ainda mais sérias, às quais é necessário dar resposta.

Recorda-se que estes «contras» são os mesmos a quem Reagan chama «combatentes da liberdade» e que os elementos que lhes fornecem armas são ou foram os mais próximos colaboradores de Reagan.

Compreende-se que quando os escândalos assumem tais proporções a questão de mudar de política se imponha. Em particular quando, ao mesmo tempo, os próprios aliados dos EUA tomam posições de crítica (ainda que velada) à política norte-americana e decidem contrariá-la.

Como sucedeu na recente Conferência de ministros dos Negócios Estrangeiros de 21 países do Mercado Comum, América Central e do Grupo de Contadora, realizada na Guatemala. Os representantes da CEE manifestaram o seu apoio à regularização pacífica dos problemas centro-americanos, sublinhando a decisão de prestar assistência económica à América Central, numa base justa, sem discriminar qualquer dos países.

Uma posição que contraria frontalmente os planos de Reagan para isolar a Nicarágua e persistir na tentativa de derrubar o governo sandinista pela força das armas.

Na referida Conferência não deixou de resto de ser salientado que a presença no fórum de doze delegações europeias reflectia a profunda preocupação da comunidade internacional pelo agravamento do conflito centro-americano.

De registar que nesta reunião apenas se manifestaram contra o documento final os representantes de El Salvador, Honduras e Costa Rica, cujo enfeudamento a Washington é por demais conhecido. O que dá uma imagem clara do isolamento a que chegou a política agressiva de Reagan para a América Central.



Solidariedade

Graham Greene, conhecido escritor britânico, esteve recentemente na Nicarágua. O seu depoimento sobre a revolução sandinista, de que transcrevemos excertos, é uma manifestação de solidariedade e uma denúncia que não deve ser ignorada:

(...) A originalidade da revolução nicaraguense reside no facto de se basear em três princípios: economia mista, pluralismo político, não-alinhamento. Não se fala em pretender fazer uma revolução socialista, mas sublinha-se constantemente o seu carácter anti-capitalista. Basta dizer que nas eleições do Outono de 1984 dois terços dos nicaraguenses votaram na Frente Sandinista de Libertação Nacional. A jovem democracia nicaraguense é forçada a contar com a ameaça de intervenção externa e a repelir os incessantes ataques dos contras. Contudo, ela deu uma expressão da vontade popular inédita em toda a história dos Estados Unidos (...).

(...) É preciso em primeiro lugar chamar as coisas pelo seu nome. Através dos seus mercenários, os Estados Unidos conduzem uma guerra não declarada contra a Nicarágua. Se este último termo não vos convém por qualquer razão, será necessário então classificar a ingerência norte-americana de terrorismo de Estado. Que a revolução nicaraguense agrade ou não ao presidente dos EUA não é razão para financiar e treinar os contras e instigá-los a acções de banditismo contra a jovem República.

Na Primavera passada, os dirigentes dos países ocidentais adoptaram, no tradicional encontro dos Sete, devem lembrar-se, uma declaração condenando o «terrorismo internacional». Tratou-se apenas de tentar justificar o bombardeamento contra a Líbia, o envio de comandos punitivos para a Nicarágua, de classificar de terroristas os movimentos de libertação nacional dos povos.

As forças progressistas de todo o mundo não o podem permitir. E a solidariedade é uma arma para o evitar.

El Salvador

EUA podem intervir para defender o «seu» governo

As tropas norte-americanas nas Honduras parecem estar a preparar-se para invadir El Salvador, alertou a semana passada a direcção da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), cujas forças entraram em estado de alerta. Em comunicado difundido através da «Rádio Venceremos», a FMLN chamou a atenção para o facto de unidades da 82.^a divisão aerotransportada norte-americana, que participou na invasão de Granada em 1983, se encontrarem concentradas junto da fronteira entre as Honduras e El Salvador, participando em exercícios militares conjuntos, enquanto a aviação salvadorenha bombardeia sectores da província de Morazan, controlada pelos guerrilheiros.

A eventualidade de uma invasão norte-americana surge na sequência do agravamento das contradições internas entre o governo democrata-cristão de Napoleón Duarte (apoiado por Washington) e a oligarquia nacional e os sectores militares e civis de extrema-direita, que diferem sobretudo nos métodos a utilizar contra o movimento guerrilheiro.

Essas contradições estiveram patentes nos últimos dias, em que os boatos sobre a iminência de um golpe de estado proliferaram. Segundo diversas fontes, a conspiração envolvia empresários salvadorenhas e um grupo militar conhecido por «Tandona», que contestam a actuação do ministro da Defesa e do chefe de Estado-Maior, os generais Eugé-

nio Vides Casanova e Onecifero Blandón, respectivamente.

Os rumores sobre o golpe de estado foram de tal modo insistentes que a embaixada dos EUA em El Salvador, segundo informou a agência UPI, advertiu os militares de que Washington cortaria de imediato toda a ajuda económica e militar ao país se participassem em qualquer movimento para derrubar o presidente Duarte.

A ameaça não impediu no entanto que as três principais associações empresariais salvadorenhas levassem a cabo, em 22 de Janeiro último, uma iniciativa inédita: encerramento dos seus negócios e empresas para exigir mudanças substanciais na política do governo. Os empresários — que deram o dia livre aos

seus empregados — conseguiram paralisar a quase totalidade das fábricas, indústrias, comércio, escolas privadas e outras actividades, bem como cinco jornais nacionais e 21 das 30 emissoras de rádio que existem no país.

A iniciativa empresarial, que constitui um dos maiores desafios enfrentados pelo governo de Napoleón Duarte, não recolheu no entanto o apoio das organizações populares e sindicais. Em conferência de imprensa sobre o assunto, os dirigentes da UNTS afirmaram que a iniciativa «foi só dos ricos e não representou os interesses dos trabalhadores»; aquela organização sindical recusou-se no entanto a emitir qualquer opinião contra a paralisação porque, como salientou, tão pouco está a favor das medidas económicas de Duarte.

Recorda-se que já em meados de Janeiro a UNTS havia promovido uma manifestação de protesto contra a política económica do governo e o recrutamento forçado para prosseguir a guerra civil, em que participaram dezenas de milhares de pessoas.

Só que os interesses por que lutam os trabalhadores e as organizações salvadorenhas são

substancialmente diferentes dos prosseguidos pelas forças do capital, que apostam no golpe de estado para melhor defender os seus privilégios. Isso mesmo foi sublinhado pelo presidente da Frente Democrática Revolucionária, Guillermo Ungo, que declarou que a Aliança Democrática e Revolucionária da FDR e da FMLN não considera que um golpe de estado seja uma solução para o país. Segundo Ungo, o que o país necessita é de uma saída política para o conflito armado e a substituição do actual governo por outro em que intervenham todos os sectores que estejam dispostos a pôr fim à guerra através do diálogo e da negociação.

É neste contexto que surge a ameaça de intervenção directa dos EUA em El Salvador, ao mesmo tempo que as forças governamentais intensificam os seus ataques contra povoações suspeitas de apoiar os movimentos guerrilheiros (em 1986, segundo a Comissão dos Direitos Humanos, foram assassinados 1837 civis, 213 estão dados como desaparecidos e 1182 foram presos). Uma ameaça que, a ser levada à prática, agravará ainda mais as tensões existentes na América Central e cujas consequências são imprevisíveis.

Internacional

Forum em Moscovo

«Por um mundo sem armas nucleares pela sobrevivência da Humanidade»

«As pessoas não têm imaginação suficiente para conceber o inferno que resultaria da utilização de uma parte ínfima do actual arsenal nuclear, assim como a negação da própria ideia de homem.» São palavras de Gorbatchov no encerramento do Forum Internacional «Por um mundo sem armas nucleares, pela sobrevivência da Humanidade».

O Forum reuniu em Moscovo, de 14 a 16 deste mês, cerca de mil personalidades de 80 países, de escritores a médicos, de cientistas a políticos. Gente com diferentes opções ideológicas, políticas, religiosas, unidas num debate em que o objectivo é comum a todos nós — o desarmamento, a paz.

Presente nos trabalhos também uma delegação portuguesa, composta pelo dr. Moradas Ferreira, o prof. Oscar Lopes, dr. Luís Francisco Rebelo e os escritores Urbano Tavares Rodrigues e Egito Gonçalves.

Distribuídos por seis círculos de trabalho — ciências da natureza, questões políticas, médicas, comerciais, culturais e religiosas — os participan-

tes avançaram e defenderam posições diversificadas e até mesmo heterogêneas, confluindo entretanto em linhas fundamentais.

Do grupo de cientistas veio a conclusão da urgência em alcançar resultados concretos que conduzam à redução dos armamentos nucleares, nomeadamente por se considerar não ser possível a criação de um sistema defensivo absolutamente seguro.

Uma vez mais os médicos sublinharão a inadmissibilidade de uma guerra nuclear, que seria o fim da humanidade.

Nas palavras do académico soviético, Valikhov, a principal conclusão do Forum, é que a eliminação dos arsenais nucleares e uma nova mentalidade em termos de política internacional — são condições para o saneamento do clima político internacional.

Como decisões práticas, os participantes no Forum pronunciaram-se a favor da criação de laboratórios científicos abertos, um sector de investiga-

ção científica à margem de segredos militares e comerciais, com o objectivo de se concentrar na resolução dos problemas universais que a humanidade enfrenta. Por outro lado será constituído um fundo especial para cumprir os projectos ligados à resolução dos problemas físico-técnicos, médicos, humanitários, sociais.

Saudando esta iniciativa, Gorbatchov diria na intervenção final: «No vosso Forum foi avançada a grande e nobre ideia de construir um "fundo de sobrevivência da humanidade". Tal instituição poderia organizar debates abertos sobre a prevenção da guerra nuclear, incentivar as pesquisas sobre os problemas internacionais mais prementes, contribuir para a elaboração de projectos sobre problemas globais da humanidade, incluindo as formas de combate às novas doenças».

Assim, nestes dias, em Moscovo, mais pontes foram lançadas entre os povos. Para o indispensável reforço do movimento da paz a nível internacional. Porque, cada vez mais, o tempo urge.

«Já não podemos esperar»

● Intervenção de Gorbatchov

«A segunda arca de Noé não conseguirá salvar-se do dilúvio nuclear. É possível que todos nós o possamos compreender a nível racional. Mas o que é preciso é que tomemos consciência de que já não podemos esperar que os problemas se resolvam por si. Urge adequar os contactos internacionais e o comportamento dos Estados e governos às realidades do século nuclear.»

Esta, em síntese, uma questão central, no Forum realizado em Moscovo salientada pelo camarada Gorbatchov na sua intervenção na sessão de encerramento. O sublinhar de um problema a que se somou uma nota positiva.

«Nos últimos decénios a Humanidade, e não alguns países, começou pela primeira vez na História a considerar-se algo indivisível, a ver as ligações globais existentes entre o Homem, a sociedade e a Natureza e a estudar as consequências da sua actividade material.

«E não só começou a dar-se conta desse facto como principiou a lutar contra a ameaça nuclear.»

«Essa luta é uma escola político-moral em que pessoas e povos ensinam uns aos outros uma arte difícil mas indispensável: viver em paz, equilibrar os interesses comuns e individuais, encarar honesta e corajosamente o passado e o futuro e estudá-lo tirando conclusões práticas.»

Qual a participação, qual a palavra da União Soviética nesta luta?

Desse empenhamento da URSS na batalha pela paz, aqui daremos outra vez conta, através das palavras de Gorbatchov.

Segurança universal

«Nenhum dirigente de nenhum país, seja ele da URSS, dos Estados Unidos ou de qualquer outro Estado, tem o direito de pronunciar a sentença de morte da

Humanidade.»

Com base neste dado indelével (e no entanto há, bem o sabemos, quem se arroge tal «direito»...), Gorbatchov relembra as decisões no último Congresso do PCUS.

«No nosso Congresso, forum máximo da sociedade soviética, que decorreu no ano passado, expusemos a nossa visão do mundo, a nossa concepção filosófica do presente e do futuro. Não nos limitámos a proclamar uma doutrina política. Elaborámos a plataforma política de um sistema global de segurança universal. Sistema que se baseia no princípio de que não se pode garantir a nossa segurança prejudicando a segurança dos outros e integra organicamente as principais esferas: militar, política, económica e humanitária.»

Na esfera político-militar, a

União Soviética apresentou o programa de liquidação das armas nucleares até ao ano 2000. Já anteriormente havia suspendido unilateralmente todas as explosões nucleares. Tomou a iniciativa de Reykjavik, onde foram apresentadas iniciativas que poderiam ter barrado o caminho da corrida aos armamentos. Conjuntamente com os países do Tratado de Varsóvia, foram avançadas importantes propostas para aumentar a confiança e reduzir as armas na Europa. Afirmou-se a disposição da total liquidação do armamento nuclear. Gestos de paz e cooperação foram igualmente dirigidos, em Vladivostok, aos países da Ásia e do Pacífico. A Declaração de Delhi assume particular importância pelo que traduz de posições comuns, em relação a um mundo sem armas nucleares e sem o recurso à violência, partilhadas por milhares de milhões de pessoas integradas no movimento dos Não-Alinhados.

Também no plano económico e humanitário, são claras para quem quiser ver, as posições assumidas, os passos dados.

«Está à vista de todos a nossa nova atitude para com os problemas humanitários, o "terceiro cesto de Helsínquia". Devo desiludir aqueles que pensam que é um fruto da pressão ocidental e que queremos ganhar simpatias perseguindo objectivos secretos. Não. É fruto da nova mentalidade. Queremos deste modo traduzir a nossa visão filosófica do mundo, em todas as orientações, na linguagem da política prática.»



Diálogo e participação, como elementos do aprofundamento da democracia socialista

Não à «dissuasão nuclear»

«Nesta sala e muito provavelmente fora dela não haverá uma única pessoa que considere que as armas nucleares são inofensivas. Há porém muitas pessoas que pensam sinceramente que são um mal necessário para prevenir um mal ainda maior, a guerra. É precisamente essa tese que está na base da doutrina de dissuasão nuclear.»

Uma doutrina frontalmente rebatida por Gorbatchov.

«Primeiro, mesmo baseando o nosso raciocínio nessa doutrina, não podemos deixar de reconhecer que o "salvo-conduto nuclear" não é infalível e ilimitado. Pode converter-se em qualquer momento em pena de morte para a Humanidade. Quanto mais armas nucleares menos hipóteses existem de que tenham um "comportamento decente".»

Uma primeira questão a que outras se somam.

Quem ameaça com o direito da força, tem que justificar o seu uso.

«Analisemos a doutrina de dissuasão, do outro lado. Trata-se, no fundo, de uma política de ameaças. Cada modelo de comportamento tem a sua lógica interna. Quando a ameaça surge como instrumento de política, é natural o desejo de que seja levada a sério por todos. Mas para que isso aconteça é preciso cumprir periodicamente as

ameaças. No nosso caso, usando a força militar.»

Esta política de ameaças tem outras expressões. A agudização dos conflitos regionais.

«As fogueiras de hostilidade continuam a arder e a ampliar-se envolvendo, directa ou indirectamente, os interesses de novos Estados. Os conflitos regionais agravam as relações internacionais. Morrem seres humanos nos campos de batalha, na frente ou na retaguarda, das guerras declaradas ou não declaradas. Na voragem da ruinosa corrida aos armamentos estão envolvidos países já atingidos pela mais amarga miséria e fome generalizada.»

Política de ameaças que se exprime também na corrida contra-relógio para a militarização do Espaço — «um problema que excede as marcas da soberania nacional».

Para as forças da Paz, é bem diverso o conteúdo do factor tempo.

«O crescente agravamento do perigo de surgimento de uma nova fase da corrida aos armamentos e a brusca agudização dos problemas regionais e globais deixam-nos cada vez menos tempo. Não se pode continuar a perdê-lo com as tentativas de enganar ou obter vantagens unilaterais. Pois a aposta, demasiado grande, é feita na sobrevivência da Humanidade. É por isso que o factor tempo se torna prioritário.»

«Numa festa de homenagem ao escritor Alves Redol foi levantado o problema da falta de uma escola industrial, tendo-se recolhido imediatamente 300 assinaturas de apoio a essa justa aspiração.

O povo quer escolas e não quartéis. Mas as escolas e outras obras de Paz só poderão ser construídas se, pela luta unida de todas as pessoas simples de Portugal em defesa da Paz, impedirmos que os milhões de contos arrancados no povo por meio de pesados impostos sejam gastos na compra de canhões e em outras despesas bélicas.»

(«Vila Franca reivindica uma escola industrial» — «Avante!», VI série, n.º 165, Fevereiro de 1952)

AVANTE! ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«A Comissão de Unidade formada na Fábrica "Portugal", em Lisboa, que entregou recentemente na gerência uma exposição assinada pela quase totalidade dos operários reivindicando aumento de salários, tem actuado desligada das massas.

Os seus elementos não se mostram dispostos a ir saber a resposta, aguardando que o gerente lhe dê. Por outro lado, a exposição não concretizava o aumento de salário desejado pelos operários.

Esta errada orientação, assim como a reduzida composição da C. de Unidade, criam obstáculos ao sucesso da luta dos operários e, a não ser corrigida rapidamente pela acção destes, exige que uma nova Comissão se forme, composta por operários mais combativos e firmes. Só assim os operários da Fáb. Portugal conseguirão o aumento de salário a que têm direito.»

(«Por melhor orientação da Comissão de Unidade da Fábrica "Portugal"» — «Avante!», VI série, n.º 185, Fevereiro de 1954)

AVANTE! ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Cerca de 200 operários da Litografia União estavam a trabalhar 12 horas por dia. Para fugir ao pagamento suplementar de 50% sobre duas horas, os patrões decidiram pagar apenas 10 horas e no fim da temporada pagariam o restante.

Fartos de protestar em vão junto do patrão, do encarregado geral e do guarda-livros, os 200 operários concentraram-se em massa para assentarem no caminho a seguir, decidindo não começar a trabalhar enquanto lhes não fosse garantido o pagamento regular das duas horas com os 50%.

Nessa mesma concentração elegeram uma Comissão de Unidade para tratar imediatamente do caso junto do patrão. Como este não aparecesse, os operários resolveram manter-se concentrados e em greve. (...)

Perante a unidade, a firmeza e combatividade dos 200 operários litógrafos, o patrão foi obrigado a satisfazer o pagamento das horas extraordinárias com o respectivo acréscimo de 50%. (...)

(«Greve vitoriosa dos operários litógrafos de Oihão» — «Avante!», VI série, n.º 165, Fevereiro de 1952)

AVANTE! ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«O professor do liceu D. Manuel II, no Porto, Dr. Oscar Lopes, foi demitido e processado por defender a Paz. Indignados, os alunos do liceu elaboraram uma exposição. Estão a recolher entre os alunos assinaturas e opiniões sobre o Dr. Oscar Lopes. Vão enviar a exposição com as opiniões ao tribunal encarregado de julgar o seu digno professor. (...)

(«A juventude defende os seus professores da repressão fascista» — «Avante!», VI série, n.º 211, Fevereiro de 1956)

«Com critérios socialistas»

«Prosseguimos a causa da nossa grande revolução, facto que o nosso povo recebeu com entusiasmo.

«Para evitar especulações (que são muitas no Ocidente) quero salientar que estamos a realizar as nossas transformações em conformidade

com a nossa opção socialista, com base na nossa visão dos valores sociais e guiando-nos por critérios do modo de vida soviético. Medimos os nossos êxitos e os nossos erros com critérios socialistas. E não com outros.»

Em Foco

Avante!

Ano 56 - Série VII
N.º 686

19 de Fevereiro de 1987

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

LIBANO

O drama quotidiano

Líbano: é possível a esperança, a paz, a convivência pacífica? Os comunistas e as outras forças progressistas são capazes de encontrar soluções para os problemas nacionais? A estratégia do imperialismo norte-americano e dos seus aliados sionistas irá provocar mais uma invasão sangrenta? O drama do povo palestino e o genocídio de que é vítima poderá chegar ao fim? Interrogações e preocupações a que o camarada Albano Nunes procura dar resposta na entrevista que concedeu ao «Avante!».

Entrevista

com

Albano Nunes



LIBANO

O drama quotidiano da sobrevivência nacional

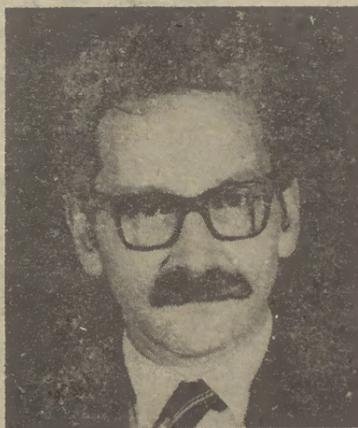
Se o Médio Oriente se transformou de há muito em sinónimo de uma das mais conturbadas regiões do globo, o Líbano tem vindo a ser transformado no expoente máximo dos conflitos que devoram aquela região, qual anti-país onde a anormalidade ganhou estatuto de única normalidade.

Com doze anos de guerra civil, uma economia destruída, órgãos de soberania que não funcionam nem se entendem entre si, com a sociedade dividida política, religiosa e militarmente, o Líbano só espanta por ainda existir e pela capacidade de luta e sobrevivência do seu povo. Não é fácil entender e explicar o que se passa naquele país, onde os problemas internos são acirrados por factores externos, tão presentes e ameaçadores como as dezenas de navios de guerra norte-americanos que vogam ao largo da costa libanesa ou as tropas israelitas que a partir do sul semeiam a morte. Mas sem pretender mais do que contribuir para a tão necessária compreensão dos problemas libaneses — que ao contrário do que por vezes se pretende fazer crer não começam nem acabam com a questão dos reféns — muito se pode e deve dizer sobre o assunto.

O camarada Albano Nunes, membro do CC do PCP e responsável pela Secção Internacional do Partido, esteve recentemente no Líbano, onde participou no V Congresso do respectivo Partido Comunista. É com ele a entrevista que a seguir publicamos.

P — Libano, 1987: um país dilacerado pela guerra civil desde há longos anos, dividido em grupos militares, confessionais e políticos que se enfrentam constantemente, dando ao mundo a imagem da total impossibilidade do diálogo e da coexistência num Estado de direito. Será assim? Porquê?

R — Sem dúvida que a situação no Líbano é extraordinariamente complexa. Nela intervêm factores de ordem social e política, étnica e confessional, de carácter interno e externo (como o problema palestino), problemas herdados pela História e em particular os que se prendem com o domínio otomano e as manobras de



• Entrevista com Albano Nunes

partilha e opressão colonial. O essencial, porém, reside nas tentativas da burguesia reaccionária (liderada pela Falange), conluída com os sionistas de Israel e o imperialismo norte-americano, para impor no Líbano um regime confessional autoritário, fascizante, submisso às pretensões hegemónicas dos EUA na região. Assim se explica a intervenção dos EUA no Líbano em 1958. Assim se explica o desencadeamento da Guerra Civil pelos falangistas em 1975. Assim se explica

a luta tenaz do PCL, do PSPL e outras componentes do movimento nacional libanês em defesa da independência, unidade, integridade territorial, arabicidade e pela democratização do Líbano. A libertação dos territórios ocupados por Israel, o fim da ingerência imperialista, a liquidação do actual regime confessional (urdirido pelos colonialistas franceses) e a sua substituição por um regime democrático, a realização de profundas reformas de carácter económico-social — são factores determinantes da solução dos problemas internos do Líbano. A raiz de classe da guerra civil não deve ser esquecida. As massas exploradas, muçulmanas e cristãs, chiitas ou druzas, sunitas ou arménias expressaram ao longo da História capacidade para viver e lutar lado a lado contra a opressão e a exploração; a pulverização do Líbano em múltiplos mini-Estados confessionais serviria seguramente os projectos do imperialismo, do sionismo e da reacção.

Uma proposta de diálogo

P — O V Congresso do PC do Líbano, em que participou, reveste, nas condições específicas do país, particular importância. Em

que medida a análise dos problemas aí feita e as decisões tomadas podem contribuir para uma evolução positiva da situação interna no Líbano?

R — O V Congresso do PCL constituiu um grande acontecimento na vida política libanesa. O PCL, o único partido libanês com carácter e expressão verdadeiramente nacional, não revela apenas uma grande capacidade organizativa, combatividade, conhecimento aprofundado dos problemas do povo e do país. Confirma também ser uma força prestigiada e respeitada que desempenha um importante papel na luta libertadora da classe operária e do povo libanês.

O fortalecimento da unidade de todas as forças patrióticas e progressistas libanesas na luta pela completa libertação dos territórios ocupados por Israel e por uma solução democrática do problema libanês esteve no centro dos trabalhos do Congresso. Reconhecendo as dificuldades actualmente existentes no movimento nacional libanês e sublinhando a necessidade imperiosa de acabar com o confessionalismo e o sectarismo e se porem de lado contradições secundárias no interesse da luta contra o inimigo principal, o V Congresso do PCL propõe a realização de um Congresso Nacional que apresente uma alternativa para a solução da crise. Tarefa difícil sem dúvida. Mas é de assinalar a presença no V Congresso do PCL de todas as forças políticas e sociais às quais esta proposta se destina, desde o Partido Socialista Progressista dirigido por Walid Jumblat, até ao Amal, passando pelos Nasseristas, Partido Nacional Sírio, Baas (libanês), personalidades independentes.

Um outro elemento fundamental diz respeito ao papel atribuído à continuação da acção e fortalecimento da Frente de Resistência Nacional Libanesa, organização unitária criada em 16 de Setembro de 1962 que luta (designadamente pelas armas) pela libertação dos territórios libaneses ocupados.

A realização do Congresso na região da Montanha Libanesa e do Chouf, onde o poder real pertence ao Partido Socialista Progressista, contribuiu sem dúvida para o fortalecimento da aliança de combate entre os comunistas e os socialistas libaneses, eixo fundamental de ampla unidade nacional necessária à solução do problema libanês.

A estratégia imperialista

P — Pela sua localização geográfica, o Líbano tem uma importância estratégica que o imperialismo norte-americano de há muito vem tentando aproveitar em seu favor. Em que medida este aspecto está relacionado com os problemas que se vivem no Líbano?

R — Não só está relacionado como creio ser factor determinante. O imperialismo norte-americano ingere-se abertamente nos assuntos inter-



Tripoli, uma cidade destruída, à imagem do país que só espanta por ainda existir



Do relato dos sofrimentos do povo libanês e palestino pouco chega aos grandes meios de comunicação; e no entanto é a profunda injustiça a que estão sujeitos, por factores internos e externos, que faz do Líbano um inferno

nos do Líbano, apoiando os falangistas fascistas, explorando e exacerbando factores de carácter nacional, étnico e confessional, através dos sionistas de Israel, pela provocação e a intervenção armada directa. É uma evidência que o imperialismo norte-americano e o seu instrumento sionista têm sofrido sérios revesos nos seus planos hegemónicos no Líbano. As tropas dos EUA e dos outros países da NATO, que se instalaram no Líbano após o massacre de Beirute, foram forçadas a deixar o país. As tropas israelitas que, também na mesma ocasião, haviam invadido o país até Beirute foram obrigadas a evacuar da maior parte dos territórios ocupados. Mas a intervenção prossegue sob as mais diversas formas, das mais violentas e brutais às mais cínicas e insidiosas, com objectivos que obviamente ultrapassam em muito o próprio Líbano e se inscrevem nos propósitos de sufocar o movimento de emancipação nacional e social dos povos árabes, desestabilizar e liquidar regimes árabes anti-imperialistas (como a Síria), impor o seu domínio a toda a região. O agravamento da tensão no Líbano (como, noutro plano, a instigação ao prosseguimento da guerra entre o Irão e o Iraque) está ao serviço desta estratégia em que o Médio Oriente é considerado a primeiras das «zonas de interesse vital» dos EUA.

P — O rapto de cidadãos americanos serviu de pretexto aos EUA para o envio de navios de guerra para as proximidades da costa libanesa, com ameaça de eventual intervenção. É caso para perguntar: a quem interessa, em última análise, tais actos de sequestro?

R — A própria experiência mostra que eles servem os objectivos do imperialismo e da reacção. De resto e em geral é praticamente impossível distinguir neste tipo de acções, aquelas que, embora inconsequentes e funestas, visam atingir o imperialismo, e as que constituem pura e simples provocação organizada pelo imperialismo e seus agentes. Uma coisa porém deve ficar clara: tais actos jamais poderão justificar o regresso à política de canhoneira, preconizada pela Administração Reagan. É necessário desmascarar e condenar firmemente a hipocrisia do imperialismo norte-americano que, sob o pretexto do combate ao «terrorismo», se confirma como o maior promotor e organizador do pior e mais perigoso de todos os terrorismo — o terrorismo de estado. Para não falar já no carácter terrorista do regime de Israel bem patente nos crimes monstruosos que diariamente comete contra o povo libanês e palestino no Líbano e nos territórios árabes por si ocupados.

A questão palestina

P — A questão palestina é parte integrante dos problemas libaneses e do Médio Oriente em geral. Neste momento, refugiados

palestinos no Líbano estão a ser mortos à fome pelo Movimento Amal; o que se te oferece dizer sobre este drama?

R — Trata-se de uma situação dramática a que é necessário pôr imediatamente termo. É urgente que o cerco dos campos de refugiados palestinos seja levantado pelo Amal, que cessem os combates, que se chegue a uma solução política do conflito. A «guerra dos campos» suscita gravíssimas preocupações humanas a que ninguém pode ficar indiferente. Mas

suscita não menores preocupações de ordem política. O povo libanês e o povo palestino defrontam-se com os mesmos inimigos. O fortalecimento da aliança libanesa-palestina (e com a Síria) desempenha um papel crucial na luta contra o imperialismo, o sionismo e a reacção. A «guerra dos campos» está a minar profundamente os alicerces desta aliança capital.

P — A pretexto de perseguir os palestinos, Israel tem sistematicamente atacado, invadido e ocupado o território libanês; significa-

rá isto que a origem dos problemas no Líbano está na permanência de palestinos no país?

R — Certamente que não está. Mas não pode excluir-se que tal ou tal força libanesa (e pode ser esse o caso de sectores do movimento Amal) suponha que a saída dos palestinos do Líbano aplacará a agressividade de Israel e conduzirá a libertação do território por este ocupado. É uma ilusão que me parece particularmente perigosa. Os combates comuns já travados mostram que o povo libanês e

palestino são aliados na luta comum.

É difícil conceber uma solução justa para o problema libanês isolada da solução do problema palestino e fora de uma solução global para a problemática do Médio Oriente, da instauração de uma paz justa e duradoura nesta conturbada região do mundo. Na opinião do nosso Partido a realização de um tal objectivo passa pela retirada de Israel de todos os territórios árabes ocupados desde 1967, pelo reconhecimento dos direitos nacionais do povo palestino incluindo o da constituição do seu próprio estado independente e soberano em territórios da Palestina, pelo reconhecimento da OLP como único e legítimo representante do povo palestino. É este o cerne da questão que o imperialismo e o sionismo procuram a todo o custo iludir. É nesta perspectiva que o PCP atribui importância decisiva ao restabelecimento da unidade da OLP e ao fortalecimento da aliança entre as forças patrióticas e progressistas libanesas, a resistência palestina e a Síria. Divisões e conflitos no seio do movimento de libertação dos povos árabes, obviamente só ao imperialismo, ao sionismo e à reacção árabe podem beneficiar. ■



Campo de refugiados palestinos em Beirute, palco nos últimos tempos da agonia de homens, mulheres e crianças que grupos hostis libaneses pretendem dizimar pela fome

■ Henrique Custódio

Debates do PCP em Santarém

Um Distrito a discutir o futuro

Com participação aberta — o que significa que todos podem dar a sua opinião, sendo ou não membros do Partido Comunista Português — vão realizar-se no próximo domingo, dia 22, na Escola Preparatória de Santarém (colégio Madre Andaluz) **Debates com o PCP** sob a designação genérica «Distrito de Santarém, que futuro?». Trata-se de uma iniciativa sem precedentes na análise da realidade socioeconómica desta importante região do País, na qual participarão cerca de 200 membros do Partido intimamente ligados aos problemas ribatejanos, nomeadamente inúmeros técnicos e especialistas das mais diversas áreas de actividade. Raimundo Cabral, membro da Comissão Política do CC do PCP e responsável pela DORSA, falou-nos dos debates, dos seus objectivos e importância política e social.

Não se trata de debates em busca de conclusões vinculativas, mas sobretudo de uma iniciativa que pretende fazer um levantamento

agricultura, com muitas empresas a trabalhar directamente para ela), na agricultura (a grande actividade económica do distrito), no comer-

cio, nos serviços, etc. E os números aí estão, diariamente a crescer e a falar por si: dezenas de empresas que fecham, 20 000 desempregados (números oficiais), mais de 7 000 trabalhadores com salários em atraso. Há situações com reflexos directos na economia nacional, como é o caso do encerramento da «MOALI», enquanto a taxa de desemprego é maior no distrito (4% mais) que no continente.

A situação no Ensino e na Saúde não é menos sombria, como sublinhou o nosso entrevistado:

«Escolas superlotadas, falta de cantinas escolares, de equipamentos, de instalações e de condições mínimas de funcionamento para to-

dos, eis o panorama do Ensino no distrito, agravado por deficientes meios de transporte e pelos problemas inerentes à própria estrutura do Ensino. No plano da Saúde as coisas não são melhores: vários hospitais concelhios encerrados ou subaproveitados no aspecto técnico, muitos pontos do distrito sem cuidados primários de Saúde, doentes que formam bicha a partir das 5 da manhã para requerer uma simples consulta, são coisas do quotidiano ribatejano particularmente chocantes quando recordamos que em Santarém e Abrantes existem dois bons Hospitais Distritais, novos mas com falta de equipamentos e pessoal. Entretanto os de Tomar e Torres Novas estão superlotados e carenciados de tudo, a começar pelas instalações.»

Raimundo Cabral enquadrou de seguida todos estes problemas, afirmando:

«É claro que tudo isto se deve à política governamental que tem sido seguida nestes últimos 10 anos, com graves reflexos no distrito.»

«Regularização» esse velho sonho...

No entanto o distrito de Santarém tem recursos e potencialidades notáveis. Análise-los, apontar caminhos e exigir acções de fundo para o desenvolvimento da região, é um dos objectivos dos debates do próximo domingo. A célebre «Regularização dos Vales do Tejo e do Sorraia» é um dos temas importantes a levar a lume:

«Há anos que existe um projecto de Regularização dos Vales do Tejo e do Sorraia mas ainda nem sequer foi criado um gabinete de estudo para a sua aplicação. Este projecto — cuja concretização exige grande apoio central — é fundamental quer para o Ribatejo quer para o País. Distritalmente, não só combate uma das suas calamidades — as chelas — como resolverá o problema das secas no Verão. Concretamente já existe projecto para uma barragem em Almourol, falando-se de outra em Santarém. A regularização, que se faz com pequenas e grandes barragens e a instalação de numerosas redes de canais de irrigação, terá, nos referidos vales do Tejo e Sorraia, extraordinárias consequências económicas, quer na produção de energia hidroeléctrica, quer nas óbvias influências sobre a produção agrícola de toda a região.»

O desenvolvimento agrícola será também um dos pontos fortes do debate, que Raimundo Cabral abordou assim:

«O distrito de Santarém tem grandes potencialidades agrícolas. Aqui se produz 35 a 40% do tomate e arroz a nível nacional, 15% do vinho e azeite e 20% da cortiça. Há ainda no distrito 15% das cabeças de gado mular e 10% do cavalar, caprino, suíno e bovino. Além disso

existem óptimas condições para novas culturas (nomeadamente do tabaco, em cuja produção a Reforma Agrária foi pioneira e da beterraba sacarina, particularmente no vale do Sorraia) e outras experimentais (morango, já hoje com produções grandiosas, e horticultura intensiva; também aqui mais uma vez a Reforma Agrária foi pioneira, com resultados concludentes.) Agora imagine-se as consequências económicas do aproveitamento de to-



As chelas, eterno drama dos vales do Tejo e do Sorraia, poderiam ser resolvidos com a regularização das águas, para o que existe projecto mas não vontade política, apesar das extraordinárias contrapartidas económicas e sociais que adviriam

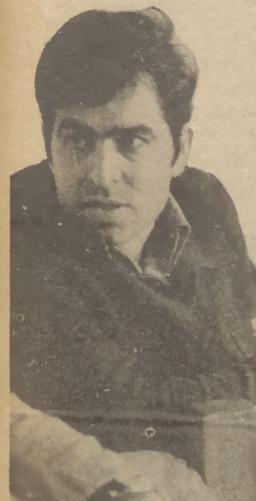
das estas potencialidades com a regularização dos referidos vales do Tejo e Sorraia!

Entretanto a integração na CEE já deixou marcas no distrito, como prelúdio do muito pior que está para vir. O nosso interlocutor afirmou a propósito:

«Os malefícios da integração na CEE já deixaram de ser uma interrogação no distrito — são já uma certeza. Em 1986 tivemos a catástrofe do tomate e avolumam-se as preocupações quanto ao futuro da vinha e à produção do azeite, considerando as quotas de produção impostas pela CEE. A florestação com eucalipto é outra ameaça que espreguiça, tendo por trás os interesses da CEE e a exploração desenfreada do nosso território. A resolução de todos estes problemas passa, necessariamente, por uma nova política democrática.»

Regionalização: «Crie-se a lei-quadro!»

A questão da Regionalização merecerá também relevo nos debates. A este propósito, Raimundo Cabral informou:



Raimundo Cabral: «Iniciativa que será não apenas o levantamento dos problemas, mas também a procura de propostas e soluções.»



A ponte de Santarém é um «ex-libris» da cidade, sob a qual corre um rio Tejo à espera que o respeitem e aproveitem, e sobre a qual às vezes passam os problemas mais agudos do distrito (na foto, manifestação da MDF, do Tramagal, numa marcha em defesa da empresa e dos postos de trabalho)



A poluição, no Distrito, vai matando rios e recursos naturais com uma violência assustadora (na foto, rio Trancão)

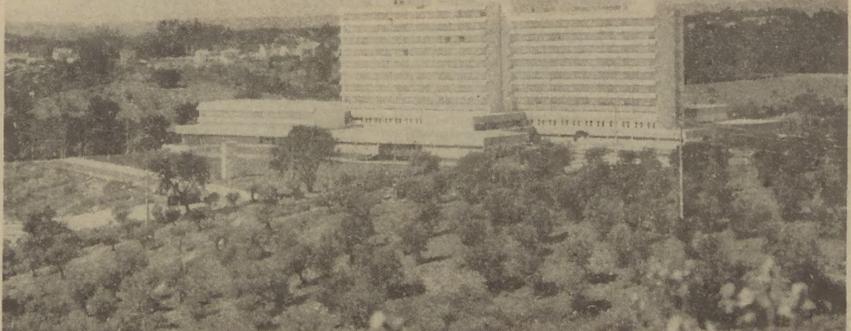
«Hoje, no distrito, há várias forças políticas que constituem maiorias, mas pensamos que, no fundamental, o Poder Local democrático foi determinante na resolução dos problemas primários das populações. Pensamos que a concretiza-

ção da Regionalização será importante para o desenvolvimento económico das regiões. Nós, no distrito, não fazemos questão de áreas, embora haja um consenso entre as várias forças políticas de que a Região de Santarém não devia ficar

integrada em Lisboa. De qualquer modo a criação de Regiões Administrativas irá incentivar a concretização de projectos de desenvolvimento do distrito já elaborados e permitir a participação das populações, através dos seus eleitos, na resolução dos problemas regionais. Assim como as autarquias tiveram e têm importante papel no desenvolvimento local, cremos que a criação de Regiões Administrativas também irá revitalizar esse desenvolvimento. Quanto às áreas, não há razões para o levantar de quaisquer dificuldades: crie-se a lei-quadro e dê-se de seguida a palavra às populações, para que elas decidam em que regiões querem ficar integradas.» Perante todo este panorama «nós, comunistas, estamos confiantes em que há soluções e que a realização dos nossos debates irá não só demonstrá-lo, como contribuir para a clarificação e o aprofundamento da discussão sobre a Regionalização.»

Já na «recta final» da nossa conversa, Raimundo Cabral concluiu:

«Pensamos que os remédios para os nossos males, quer no distrito, quer nacionalmente, deverão ser encontrados cá e não em Bruxelas. Com esta iniciativa procuramos não apenas fazer o levantamento das dificuldades, mas também encontrar propostas e soluções para os vários problemas que serão levantados nos debates. E retenha-se que as autarquias de maioria APU no distrito (e não só, evidentemente) são a prova viva de que os comunistas não se limitam a fazer propostas — actuam, e actuam sempre no sentido do desenvolvimento e da resolução dos problemas das populações.» ■



Apesar do Distrito possuir dois excelentes hospitais novos em Santarém e Abrantes, nenhum deles funciona eficazmente por falta de pessoal médico, de enfermagem e de equipamento. Entretanto a situação da Saúde no Distrito é alarmante (na foto, Hospital Distrital de Santarém)

profundo dos problemas do distrito — começou por esclarecer Raimundo Cabral. «Tal levantamento resultará da livre participação das pessoas — os debates são abertos a toda a gente, membros, ou não, do Partido — no sentido de se produzir uma contribuição efectiva para a resolução dos grandes e graves problemas que afectam o distrito e se avançarem sugestões concretas que contribuam para o seu desenvolvimento.»

Quanto aos objectivos específicos dos debates, o dirigente comunista esclareceu:

«Já o título dos debates — Santarém, que futuro? — dá uma ideia dos objectivos pretendidos e das preocupações que lhes estão subjacentes. Pensamos que hoje, mais do que nunca, a população do distrito de Santarém se interroga acerca do seu futuro, perante a acelerada degradação socioeconómica a que assiste. A recessão económica alastrou na região nos últimos anos, com graves reflexos na indústria (maioritariamente ligada a

Escolha a secção!

Não é a primeira vez que o PCP analisa os problemas do Distrito de Santarém, quer sectorial quer globalmente, e que apresenta propostas de soluções. São exemplo disso a resolução política saída da 1.ª Assembleia Regional de Santarém do PCP (em 24 de Novembro de 1984) e diversos encontros sectoriais, concelhios, de quadros, etc.

Estes «Debates com o PCP — Distrito de Santarém, que futuro?» apresentam, no entanto, algumas singularidades, sobretudo no que concerne à abertura que os caracterizará (toda a gente poderá usar da palavra e expor os seus pontos de vista, seja participante ou convidado, militante ou não do PCP) e à profundidade e diversidade de temas em debate.

Os debates decorrerão durante todo o próximo domingo, com encerramento previsto para as 19.00, que ocorrerá em plenário, tal como a abertura, de manhã. Os trabalhos funcionarão em quatro secções, não havendo conclusões finais e sim o consenso da discussão por secção. E estas serão as seguintes: 1.ª Secção: Regularização dos Vales do Tejo e do Sorraia — Factor de desenvolvimento: agricultura, indústria, recursos hídricos e energéticos, transportes e vias de comunicação, comércio e meio ambiente; 2.ª Secção: Regionalização, Poder Local e Turismo; 3.ª Secção: Saúde; 4.ª Secção: cultura, desporto, movimento associativo e popular, imprensa regional e rádios locais.

Escolha a secção ou secções que lhe interessam!

Por esse Tejo acima...

A Direcção da Organização Regional de Santarém do PCP emitiu recentemente uma nota à imprensa, onde o anúncio da iniciativa de âmbito regional «Debates com o PCP — Distrito de Santarém que futuro?» é feito com profundidade e minúcia suficientes para se perceber que se está perante algo bem mais acutilante que as abordagens «seminarísticas» de gravata e croquete, eternamente utilizadas pelo Governo para fingir que mexe. O próximo domingo, dia 22 — data prevista para os debates — certamente confirmará as expectativas legitimamente criadas por tão rica, ampla e aberta abordagem dos problemas de um Distrito com a importância socioeconómica de Santarém. E há tanta coisa a ver, por esse Tejo acima...

A iniciativa é aberta a todos os cidadãos interessados em debater matérias tão importantes para o Distrito como: a Regularização dos Vales do Tejo e Sorraia; Agricultura; Indústria; Recursos Hídricos e Energéticos; Transportes e Vias de Comunicação; Meio Ambiente; Saúde; Ensino; Regionalização e Poder Local e Imprensa Regional.

O distrito de Santarém, com uma área de 6 718 km² e 454 114 habitantes, possui grandes potencialidades económicas, desde que aproveitadas. Aqui se produzem cereais (arroz-36% da produção nacional), vinho, tabaco (o distrito foi o pioneiro), tomate (as suas produções superam de longe as dos

outros distritos); produtos florestais, etc. Existem boas condições para a intensificação da produção horticola intensiva (alfaca, tomate, etc.) e as suas produções são superiores às médias nacionais.

As experiências já efectuadas indicam que a beterraba sacarina encontra aqui as melhores condições para a sua implantação. Por isso se torna óbvia a constatação de que o distrito de Santarém, tão rico de potencialidades, tão esquecido tem sido pelos sucessivos governos. Desse esquecimento são vítimas as populações, as crises cíclicas de chelas são disso a prova...

Mas há outra coisa óbvia a concluir:

a de que é possível acabar com estas situações no distrito, desde que se apliquem os projectos existentes.

Num distrito com grandes potencialidades, com recursos naturais por aproveitar, é justo que a sua população se interroge. Qual a razão do encerramento de dezenas de empresas, de 20 000 desempregados e de 7 000 trabalhadores com salários em atraso? Qual a razão do que se passa a nível de estruturas do ensino, segurança social e saúde?

A acentuada degradação económica, social e cultural no Distrito, a sua discussão e as propostas para os graves problemas existentes são os motivos que levaram a DORSA do PCP a promover estes debates.

Venham os meios necessários!

Mas qualquer problema regional nunca anda desligado do todo nacional nem da política definida pelos gover-

nos. Daí que esta situação no Distrito de Santarém seja vista pela DORSA do PCP como «em grande parte devida à política levada a cabo nos últimos 10 anos, que não tem sido virada para o desenvolvimento e bem estar das populações.»

De qualquer modo «há soluções para os problemas existentes, temos a confiança que os debates do PCP irão contribuir para o maior aprofundamento e clareza das mesmas — e verificar-se-á que o «remédio» para os «nossos males» terão que ser distritais e nacionais e não obrigatoriamente de Bruxelas». Daí que os reflexos da integração na CEE na vida do Distrito também serão matéria a debater pelos participantes. Tal como o será o Poder Local e a Regionalização, com destaque para esta última, para quem 1987 terá de ser o ano decisivo para a sua institucionalização: terminou em 15 de Janeiro o prazo para a entrega na Assembleia da República, pelos partidos políticos, dos respectivos projectos de Regionalização; constitucionalmente todos os projectos devem ser enviados às Assembleias Municipais para que estas se pronunciem até 15 de Março de 1987.

«Com a realização destes debates, a DORSA do PCP demonstra a sua disponibilidade e procura dar uma contribuição para a resolução dos principais problemas que afectam as populações. Nos debates vão participar técnicos especialistas na política, deputados e outros interessados. A DORSA do PCP vai convidar as várias forças políticas, organizações económicas, sociais e culturais, diversas individualidades, assim como órgãos da Imprensa Regional e Local a participar nos debates.» ■

■ José Paulo
Oliveira

Um novo Centro de Trabalho do PCP na capital do Alto Minho

Estão de parabéns os 2300 militantes comunistas do distrito de Viana do Castelo. Concretizou-se a velha aspiração, manifestada ao longo de vários anos. Em Março, será inaugurado o novo Centro de Trabalho do Partido Comunista Português na capital do Alto Minho, um edifício bem conservado, adquirido pela organização na Rua Manuel Espregueira, no coração da cidade. Agora, há que responder aos pesados encargos assumidos. E por isso aí está, já em acção, uma campanha de 10 mil contos, recentemente anunciada pela Comissão Distrital, e que se irá prolongar até ao fim do ano.

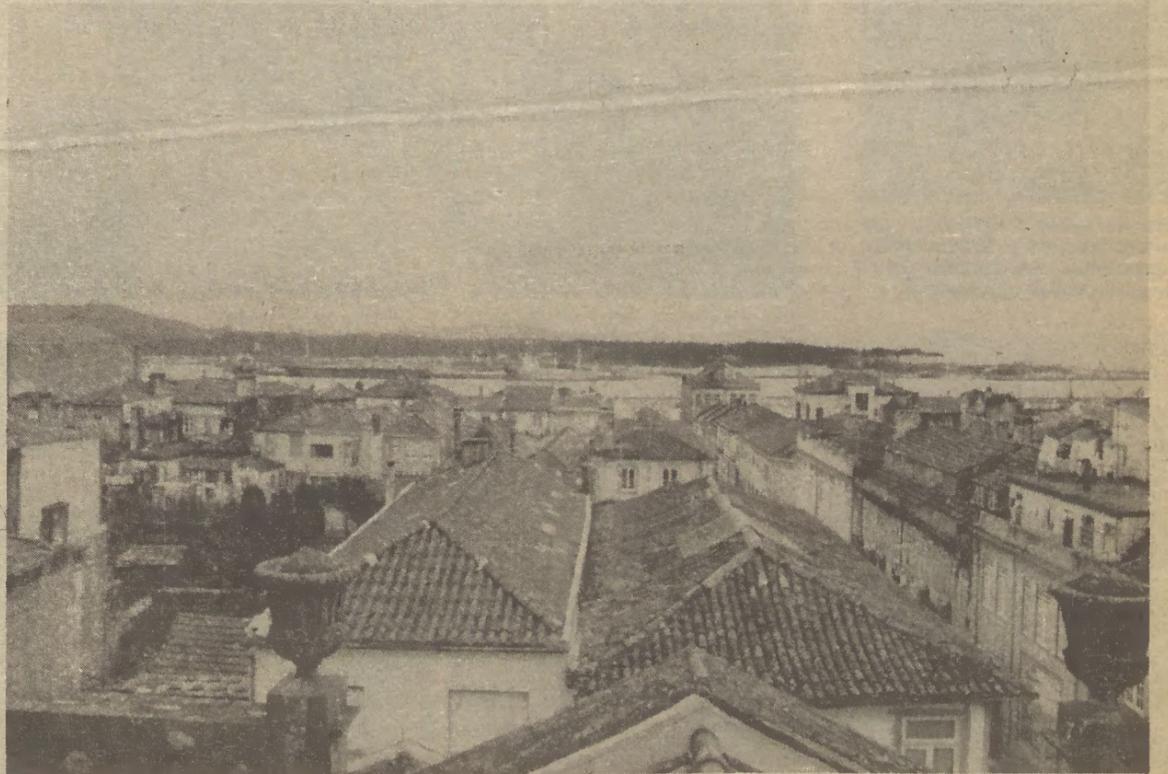
A nossa reportagem esteve há dias em Viana e reuniu nas instalações do «velho» CT, também localizado na Manuel Espregueira (um imóvel muito degradado que a organização mantém em regime de aluguer) com elementos da comissão coordenadora e da célula do Partido nos Estaleiros Navais, organismo que assumiu uma especial responsabilidade nesta campanha.

Bola de neve nos Estaleiros

Vender 2 mil rifas a mil escudos cada não é nos tempos que correm tarefa fácil em parte alguma do País. Nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) sabe-se que é assim e talvez

Nos próximos períodos de férias de Verão e de Natal — salientam os camaradas da célula —, haverá uma maior dinamização dos contactos para a compra das rifas.

«Há já muitos trabalhadores que não são do Partido, alguns bem longe disso, que se comprometeram a ajudar. Isto está a ser uma autêntica bola de neve... sempre em crescendo. Dizem-



Viana do Castelo, 1987: nas autarquias, no movimento sindical unitário, entre a juventude, na luta política, em todos os sectores de actividade e de intervenção, os comunistas marcam a sua presença e preparam-se para as exigências do futuro. O novo Centro a inaugurar já no próximo mês de Março aí está a confirmar essa determinação

Venham cá depois

Exemplos significativos de uma campanha viva e mobilizadora vão também, a pouco e pouco, surgindo fora dos Estaleiros. No concelho de Viana e nalguns pontos do distrito, particularmente nas terras de maior implantação da APU («não que tenhamos muitos militantes, mas porque o papel dos co-

munistas é reconhecido») vão surgindo manifestações de grande ajuda ao Partido e a esta campanha.

Mesmo gente afecta aos partidos da direita, como sucedeu em Ponte da Barca, é capaz de contribuir e até se vai ouvindo: «Venham cá depois, que talvez se arranje mais qualquer coisa».

Há, pois, muito trabalho para desenvolver nos concelhos. Os comunistas de Viana estão atentos!

Trabalho de coordenação

A campanha está a ser coordenada por uma comissão constituída por 8 elementos. Entre outras responsabilidades, este colectivo distribuiu as metas por 24 organizações, recolhe as verbas conseguidas, controla a evolução financeira da campanha e elabora os mapas correspondentes.

Com uma edição de cerca de mil exemplares, o boletim mensal da campanha levará a todos os organismos do Partido no Alto Minho a informação detalhada sobre as tarefas, as direcções de trabalho, as prioridades e os balanços da campanha.

Inauguração a 6 de Março

«Um dia de festa e de alegria». É com este espírito que os comunistas de Viana estão a preparar a jornada de inauguração do novo Centro de Trabalho, marcada para 6 de Março, por ocasião do 66.º aniversário do Partido.

Do programa, que oportunamente revelaremos com todos os pormenores, consta a abertura simbólica das novas instalações às 18 horas, anunciada com Zés Pereiras na cidade. À noite decorrerá um jantar-convívio no salão dos Bombeiros, com intervenção política de um camarada da direcção do Partido.

Iniciativas e planos

Pensada com responsabilidade, a campanha de fundos mobilizará até ao



Os camaradas da comissão coordenadora da campanha e da célula do Partido nos Estaleiros que se encontraram com o «Avante!» em Viana: Armando Branco, Fagundes, Rocha, José Silva, Orlando, Duarte, Edmar e a camarada Branca Carvalho, do Comité Central

por isso muitos trabalhadores não comunistas estão a reconhecer o mérito desse esforço, que, além dos valores financeiros (1200 contos é a meta), está a proporcionar resultados políticos ao nível da dinâmica e do reforço da célula e também da imagem crescente do prestígio do Partido.

Como nos foi referido, a campanha para o novo CT vai implicar para os comunistas dos Estaleiros um movimento de qualquer coisa como 2 mil contos: cerca de 800 para a compra de um automóvel a sortear nos «Reis» (1988) e 1200 de receita líquida para depositar na conta da campanha.

Na base de um trabalho persistente, estão a ser conseguidos compromissos regulares para a compra das rifas, podendo desde já adiantar-se um contributo mensal de cerca de 120 contos em média. Só no serviço de mecânica foram garantidos contributos mensais regulares de 50 trabalhadores.

—nos que acham muito positivo a existência de um Centro de Trabalho próprio do PCP em Viana. Alguns, pelo menos a princípio, interrogavam-se: 2 mil contos!? Estão tolos!? Agora já acreditam que é possível e contribuem para isso», conta um camarada presente na reunião com o «Avante!»

Ao mesmo tempo que nos salientam o à-vontade com que a campanha se mexe nos ENVC e a expectativa que está a gerar entre muitas centenas de trabalhadores, os nossos camaradas garantem que «é possível atingir a meta» e apontam com natural orgulho os mais de 140 contos já entregues pela célula à comissão coordenadora.

De sublinhar ainda que em cada sector da empresa há um membro da célula do Partido responsável pelas abordagens e pelo desenrolar da campanha. A saída mensal de um boletim nos Estaleiros para esta iniciativa é objectivo dos militantes comunistas.

NOVO CENTRO DE TRABALHO PARA VIANA

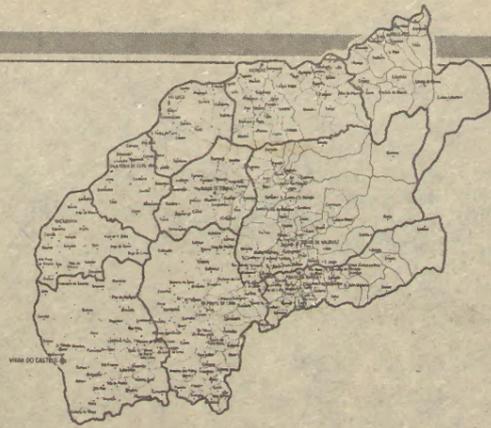
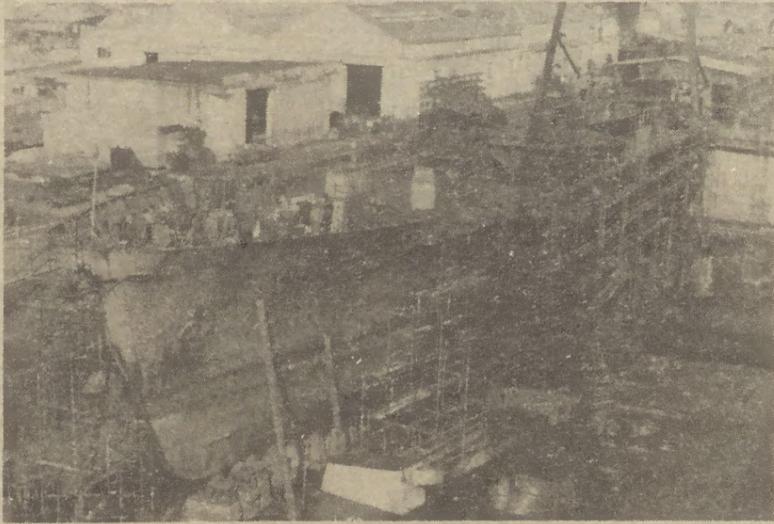
POR VIANA
POR ABRIL
PELO REFORÇO DA ORGANIZAÇÃO

Contribuição Mensal.....\$.....	
Contribuição.....\$.....	

Conta aberta

A conta n.º 210193002 do Banco Nacional Ultramarino (BNU) em Viana do Castelo pertence à campanha para o novo Centro de Trabalho em curso no Alto Minho.

É para essa conta bancária que se canalizam as verbas obtidas pelo espírito de iniciativa das organizações empenhadas na tarefa e, naturalmente, as contribuições que, oriundas de diferentes zonas do País e mesmo do estrangeiro, entre as comunidades de emigrantes, irão testemunhar a solidariedade dos comunistas e dos democratas, com destaque para os minhotos que actualmente vivem fora da região. ■



São 24 as organizações directamente empenhadas na campanha distrital de fundos para o novo Centro de Trabalho do PCP em Viana. Até ao fim do ano, essas organizações (células, concelhias, sectores, etc.) terão que promover e dinamizar as iniciativas necessárias para garantir o cumprimento (e a ultrapassagem?!) das respectivas metas. Neste distrito, constituído por 10 concelhos e 289 freguesias, o PCP dispõe agora de 6 Centros de Trabalho: três adquiridos (Viana, Caminha e Ponte de Lima) e outros três alugados (Monção, Arcos de Valdevez e Viana).

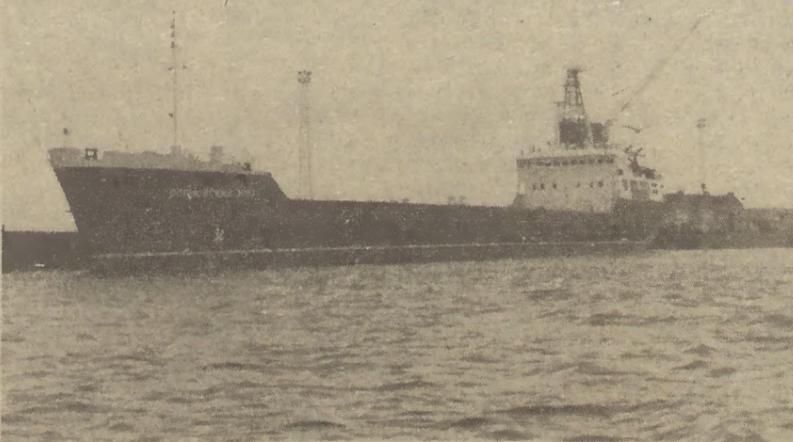


fim do ano o empenhamento, a criatividade e dedicação de muitos militantes, num esforço individual e colectivo.

Para além das **abordagens**, reflectidas e preparadas nas organizações, os comunistas de Viana do Castelo já decidiram fazer este ano uma **Festa da Amizade** (6 e 7 de Junho) diferente, também ela integrada na dinâmica desta campanha. Ao mesmo tempo, vai-se estudando a participação da organização distrital de Viana na Festa da Alegria, na Festa do «Avante!» e também nas festas tradicionais do calendário estival da região.

No encontro que agora tivemos em Viana foram-nos apontados outros tipos de iniciativas que a campanha está a agarrar, como por exemplo o sorteio promovido pela Concelhia de Viana do Castelo, de um automóvel, um vídeo e uma TV a cores (os felizes contemplados serão conhecidos no Natal) e, por outro lado, a recolha em todo o distrito de peças de artesanato inéditas, numa iniciativa das mulheres orientada para a participação na próxima Festa do «Avante!»

À medida que a campanha for avançando, novas iniciativas e novos planos de acção serão concretizados. Na organização de Viana respira-se confiança! ■



Uma grande «fatia» da campanha de fundos para o novo Centro de Trabalho em Viana será obtida aqui nestes Estaleiros Navais por iniciativa da célula do PCP, que já avançou nas abordagens e contactos com os trabalhadores, independentemente das suas posições políticas.

Empresa fundada em 1944, tendo iniciado a laboração no ano seguinte, os Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) contam actualmente cerca de 1800 trabalhadores efectivos. Aqui se desenvolve uma actividade profissional e técnica altamente especializada e reconhecida a nível internacional, como o comprova a vasta cartela de encomendas da «Sudoimport», empresa soviética de comércio externo.

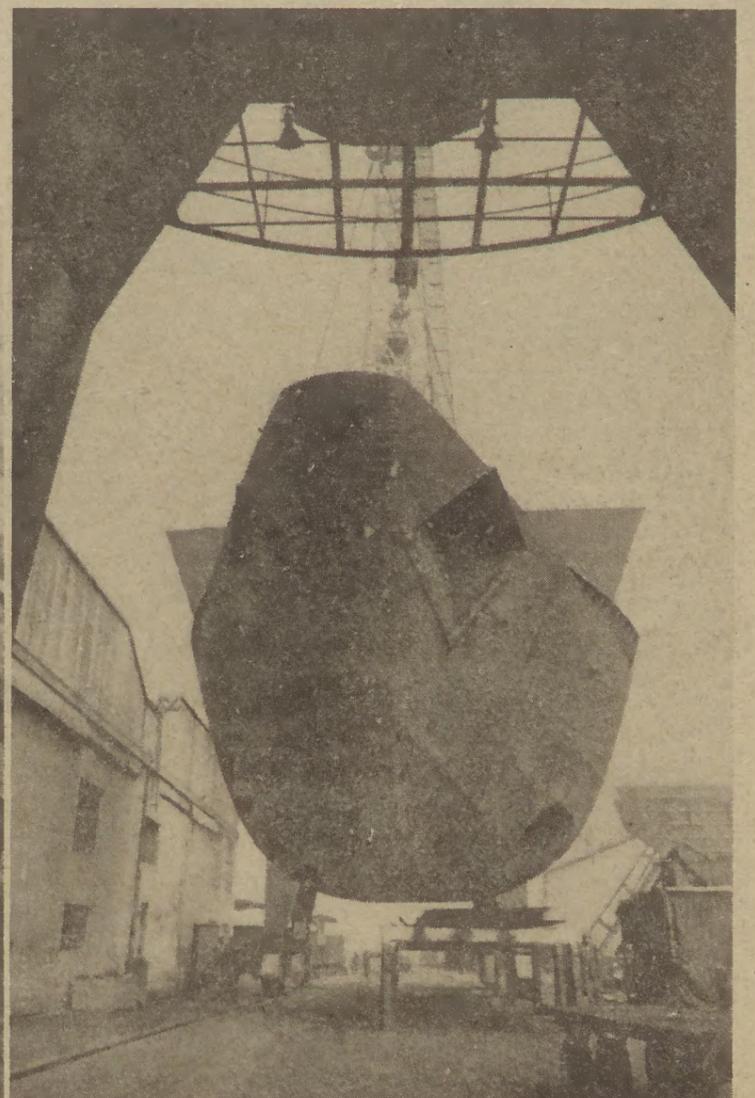
A cooperação existente entre a «Sudoimport» e os ENVC, agora no

seu 11.º ano, assinalou desde 1976 até ao ano passado a encomenda de 16 navios tipo rio-mar («River Sea Going»), no valor aproximado de 150 milhões de dólares.

Entretanto, foi já anunciado, para o triénio de 1988 a 1990, um novo contrato para o fornecimento de mais 9 navios, no valor aproximado de 92 milhões de dólares.

Segundo declarações da representação comercial soviética em Lisboa, haverá ainda um outro projecto para a encomenda aos ENVC de navios frigoríficos e para transporte de produtos químicos.

A cooperação entre a «Sudoimport» e os Estaleiros de Viana tem assegurado a laboração na empresa e ajudado a afastar os efeitos directos da crise e dos problemas com que o sector da construção e reparação naval se debate em Portugal.



Notícias «independentes»

A história conta-se em poucas palavras. A administração da Termec, uma empresa de metalomecânica da região de Coimbra, especializada no fabrico de caldeiras, ordenou, no passado dia 5 de Fevereiro, a selagem das instalações da fábrica. Estranharam os trabalhadores esta posição já que o Tribunal havia aceiteado um recurso interposto pelo Sindicato dos Metalúrgicos sobre a questão. Surpresa acrescida pelo facto de que a banca, o Governo, os grupos parlamentares, o Governador Civil, o presidente da Câmara e a própria administração da empresa recusaram atribuir responsabilidades aos trabalhadores pela situação ali criada.

Naturalmente que os trabalhadores da Termec não baixaram os braços e foram para as ruas de Coimbra manifestar o seu protesto e indignação por tão injusta e gravosa situação para que foram arrastados. Pois bem, o «Diário de Coimbra» noticiava da forma que se segue aquela manifestação. «Os trabalhadores da Termec estão sem que fazer. Infelizmente. Ontem "passearam-se" pela Baixa da cidade e vieram também à redacção do nosso Jornal. E aqui manifestaram a sua discordância perante o noticiário que temos dado sobre a situação da empresa». Depois de acusar os trabalhadores de «insultarem» a empresa e outros mais vários disparates afirma-se na edição de 7/2/87 que agora chegou ao nosso conhecimento: «Esta boa gente esforça-se e desdobra-se em actividade. Só se esqueceram de uma coisa — trabalhar. A Termec caiu. Obviamente. A agitação vai surgir noutra qualquer empresa. Naturalmente.

Cada um faz o que sabe». Sem comentários... Ou talvez com um: razão tinham os trabalhadores da Termec para protestar a forma como aquele jornal noticiava a sua luta. Razão acrescida depois daquela «notícia». Razões de sobra para continuarem a sua luta.

Muita lata por aí há

Na última edição de «o diabo» um «economista» (ao que se supõe pois que a crónica chama-se Análise Económica) discute sobre a questão do «trabalho infantil e dos menores». Mas nem imagina o caro leitor o que diz Miguel Teixeira e Melo, de seu nome, sobre tão importante matéria. Ouçamos.

«A subida dos salários oficiais, a sua fixação a níveis elevados e dissociados da produtividade, levaram a que empresas organizadas e de grande dimensão preferissem subcontratar no exterior determinadas operações fabris, conseguindo desta forma custos mais baixos». Desta forma «a pressão demográfica (no distrito de Braga) da região leva as empresas a recrutarem adolescentes». Estão revoltados? Não estejam porque, diz o «economista», «a alternativa a este trabalho em condições socialmente pouco dignas (sic) é o desemprego e a ociosidade, donde resultam menores rendimentos e problemas sociais que podem ser mais graves. A escolha coloca-se muitas vezes entre o trabalho mal remunerado e sem protecção e a ociosidade, donde nascem o crime, o roubo e a droga». O deslante do «economista» vai ao ponto de criticar, para além (naturalmente, dizemos nós) dos sindicatos, a Igreja porque,

Pontos Cardeais

protestando alguns dos seus altos dignatários contra esta humilhante situação, evidenciam «uma clara incapacidade para compreender este fenómeno em todas as suas componentes». Onde chega o deslante!

Divisões e subtracções

Em manchete, o «Semanário» dá conta da divisão do Governo em relação à... data em que as eleições deverão dar-lhe novo balanço prático... Cavaco, segundo aquele jornal de direita, prefere-as em 1988. Mas o consenso não existe, segundo as «fontes» consultadas. E, sem disfarce, dá-se como certo que a Lei da Rádio, que passou de novo na Assembleia da República, «constitui um trunfo para o Governo», dadas as «instituições envolvidas e pela polémica que lhe está associada». Talvez por ser um trunfo, o PSD não o quis gastar associando-se ao anúncio do CDS que desde logo afirmou querer pedir ao Tribunal Constitucional que se pronunciasse pela «inconstitucionalidade». Os poucos deputados «centristas» não chegam ao décimo necessário para dirigirem tal petição ao TC... Porém, não são as divisões entre a direita — PSD ou CDS — que importam aos portugueses e aos

democratas principalmente. A questão, para estes, é que alguns partidos democráticos se subtraíam, tão longamente, ao entendimento para uma nova política e para um novo Governo...

Os «por centos»

A direita, que tão insistentemente, ao longo dos anos que levamos desde Abril de 1974, se manifestou pela manutenção das Assembleias, isto é, pela manutenção dos eleitos na Assembleia da República, mesmo quando esta não correspondia obviamente ao apoio social e político que àquela havia sido conferido, vem agora, a propósito da Lei da Rádio, sublinhar, em «sondagem», que o «povo» está contra aquela deliberação da AR. Isto ainda no «Semanário», no qual se leu que «num total de 2000 dispersos por todo o País — uma «instituição» deve ter andado à cata deles —, a maioria se terá pronunciado pela «razão» do Governo. A «instituição», que aparece num parágrafo como «próxima da Igreja» e, mais adiante, como «empresa estrangeira», esclarece, entretanto, que 19 por cento dos tais «dispersos», «disseram não estar esclarecidos ou não quererem pronunciar-se». Além de dispersos eram desconfiados...

Gazetilha

por Ignotus Sum

I

Vai mal o futebol: uma derrota mais pontos cruciais no grande rol da selecção. Não se percebe, não. Mas afinal como é que isto se entende? A equipa é nacional ou é do Resende?

Jogo após jogo pega-se fogo a esperança arde. Já vai ficando tarde para um pouquinho de atenção neste caminho.

Então mas afinal sorte macabra a equipa é nacional ou é do Seabra?

É triste ver, entre ambições e lodos, uma «equipa de alguns» não de «nós todos»...

II

Escândalos após escândalos? Caramba! É o governo a bailar na triste corda bamba...

Um escândalo rebenta. Bom, isso que tem? Um escândalo vai, outro escândalo vem...

É uma tática, pois assim se cura a esmo a dentada do cão com o pêlo do mesmo...

III

A Lei da Rádio. Discussão intensa. ita o Governo. Grita a Rádio Renascença

Pra saber como foi que se passou a história triste e feia (ou seja: pra saber onde lhes dói...) inquérito pediu a Assembleia.

Qual inquérito, qual quê! (clama o PSD)

Inquérito? Ora essa, mal parece! (chora-se o CDS)

Enfim, houve um despacho em que.

E um secretário assinou por baixo e que.

Quer apenas saber-se se houve cambalacho ou se...

Inquérito, senhores? Venha cedo. Quem tem medo de que venha o inquérito fresquinho pôr o ponto final no lero-lero tonto? Vai para o céu quem estiver limpinho quem não estiver, vai para o inferno — e pronto

... A mim me quer parecer que, com tanto lugar o reino tutelar de Lucifer não vai chegar...

IV

Cavaco falador não se comove e diz que a inflação vai mesmo a nove...

E claro que para a conta que se aponta O aluguer da casa, esse não conta...

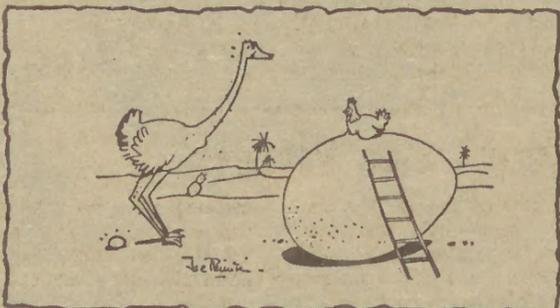
O peixe sobe em flecha? Não se queixe na conta da inflação não entra o peixe...

Veja-se mesmo o simples bacalhau Entra na conta? Olha, tá quieto, ó mau!

Por este andar a gente não resiste a pensar que a inflação nem mesmo existe...

Mais empregos não há, claro que não. De modo que, com isto de a inflação

«baixar», vão ficar todos consolados os portugueses já desempregados...



Agenda

Avante!

Ano 56 — Série VII
N.º 686
19 de Fevereiro de 1987
4.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente

COMÍCIO
AMIZADE



ÁLVARO
CUNHAL

NIKOLAI
SLIUNKOV

20-FEV - 21,30 H.
PAV. DOS DESPORTOS

ENCONTRO DE CULTURAS DE PRIMAVERA/87 NA REFORMA AGRÁRIA

20 de Fevereiro
Alcácer do Sal,
no Solar dos Salemas

20 de Fevereiro
Avis,
na Casa do Povo

21 de Fevereiro
Beja,
na Casa da Cultura



Sexta ²⁰

• **Marinha Grande**
Plenário concelhio de quadros do PCP, para debate da situação política, com o camarada António Orçinha, membro da Comissão Política do CC.

Sábado ²¹

• **AVEIRO**
I Reunião da Comissão Distrital do PCP, às 14.30, nas instalações do Centro de Trabalho, para debater a situação social e política, o XVII Balanço de Organização, a Campanha Organizativa e o Orçamento Distrital para 1987.

• **Marinha Grande**
Plenário da Direcção da Organização Regional de Leiria do PCP, às 10.00, no Centro de Trabalho.

• **Sobralinho**
II Assembleia da Organização de Freguesia, às 14.00 no Pátio do Jardim Infantil, com a camarada Marília Cabral, membro do Comité Central.

• **Évora**
Plenário de eleitos e outros quadros comunistas sobre o trabalho autárquico no concelho, às 10.00, no salão nobre do Teatro Garcia de Resende.

• **Bragança**
Reunião distrital de mulheres comunistas, às 15.00, no Centro de Trabalho do PCP, no Bairro da Mãe d'Água, Rua H, n.º 2, com a camarada Conceição Moraes, membro do Comité Central.

• **Montijo**
Reunião de quadros sobre a CEE, às 15.00, no Centro de Trabalho.

• **Oelras**
I Assembleia da Organização de Freguesia de Porto Salvo, às 14.00, na SINPS, para debate da organização e reforço do PCP, com o camarada José Casanova, membro da Comissão Política do CC.

• **Barcarena**
IV Assembleia da Organização de Freguesia de Barcarena, às 15.00, nas instalações do Grupo Recreativo de Tercena, com o camarada Manuel Pedro, membro do Comité Central.

• **Palo Pires**
IV Assembleia da Célula da Siderurgia Nacional-EP, nas instalações da Sociedade Musical 5 de Outubro, com o camarada Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política do CC.

• **Lisboa**
Romagem ao túmulo dos antifascistas mortos no Tarrafal, às 11.00, no Cemitério do Alto de S. João.

Domingo ²²

• **Montijo**
Reunião da Comissão Concelhia, às 10.00, no Centro de Trabalho, com o camarada Américo Leal, membro do CC.

• **Sobral de Monte-Agraço**
Almoço-convívio concelhio, às 13.00, seguido de uma intervenção sobre a situação política por parte

do camarada Abílio Martins, membro do CC e da DORL.

• **Santarém**
Debates com o PCP - Distrito de Santarém, que futuro?, às 10.00, na Escola Preparatória de Santarém (Colégio Andaluz).

Segunda ²³

• **Porto**
Sessão-debate sobre «O Terrorismo - Arma do Imperialismo», às 21.30, no Centro de Trabalho da Boavista, com o jornalista José Goulão.

21 FEVEREIRO sábado

grande
Manifestação

PRAÇA DA LIBERDADE
PORTO

destiás às 15 horas

- CAMPO 24 DE AGOSTO
- LARGO DA IGREJA DE CEDOFEITA
- PRACETA 25 DE ABRIL / GAIA

Sábado, 21, às 10 horas ENCONTRO DE QUADROS DA ORGANIZAÇÃO LOCAL DE LISBOA

Junta de Freguesia
de Alcântara



**O PCP
MAIS
FORTE
E MAIS
INFLUENTE
NA
CIDADE
DE
LISBOA**

às 18 horas - Comício
com Octávio Pato

***** Debates com o PCP

DISTRITO DE SANTARÉM QUE FUTURO? (NO QUADRO DA CEE)

Domingo, 22
às 10 h.
na Escola Preparatória
de Santarém

TEMAS EM DISCUSSÃO

- ★ Regularização do Vale do Tejo
Factor de desenvolvimento:
• Agricultura • Indústria • Comércio • Turismo
- ★ Recursos Energéticos
- ★ Transportes e Comunicações
- ★ Meio Ambiente
- ★ Saúde
- ★ Ensino
- ★ Cultura, Desporto e Movimento Associativo
- ★ Imprensa Regional e Rádios Locais

- ★ Regionalização
 - ★ Poder Local
- *****



—; COMO ME RECUERDA USTED A NIJNSKY! ; TAMBIEN EL APENAS TOCABA CON LA PUNTA DE LOS PIES EN EL SUELO CUANDO BAILABA!...

SERAFIN — Espanha in «Album Serafin». Coleção «El arte a la pata coja»
Editora Marte. Impreso em Barcelona. Dezembro de 1965

TV O Programa

Quinta 19

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso: «Show Bis»
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
20.45 - Europa
21.15 - Face a Face
21.45 - Série: «Blue Bell» (4.º epis.)
22.30 - 24 Horas
23.00 - Remate.

RTP2

14.15 - Série: «George Washington» (7.º epis.)
15.05 - Agora, escolha!
16.30 - Notícias
16.35 - Trinta minutos com...
17.05 - Countdown
18.00 - Estádio (Jogos Olímpicos de Los Angeles - Pugilismo)
19.00 - Notícias
20.00 - Série: «5.ª Dimensão» (93.º epis.)

20.30 - Série: «Uma Família às Direitas» (68.º epis.)
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - É de Ler
21.35 - A Quinta do Dols.

Sexta 20

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório
18.00 - Sumário
18.07 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso: «Show Bis»
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
20.55 - Série: «Palácio dos Sonhos» (4.º epis.)
21.50 - Tudo é Espectáculo (Dionne Warwick em Londres - 2.º programa)
22.50 - Série: «Hitchcock apresenta» (19.º epis.)
23.20 - 24 Horas
23.50 - Remate.

RTP2

14.15 - Série: «George Washington» (8.º epis.)
15.00 - Agora, escolha!

16.30 - Notícias
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.05 - Countdown
18.00 - Estádio (Jogos Olímpicos de Los Angeles - Ginástica)
19.00 - Nino Show
20.00 - Notícias
20.05 - Série: «5.ª Dimensão» (94.º epis.)
20.30 - Série: «Uma Família às Direitas» (69.º epis.)
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - É de Ler
21.35 - Contraponto
22.35 - Uma Boa Ideia.

Sábado 21

RTP1

09.00 - A Quinta do Dols
10.50 - Série: «No Reino dos Monchhichi» (6.º epis.)
11.15 - Juventude e Família
13.00 - Sumário
13.10 - Jornalinho
14.00 - Parlamento
14.30 - ABZ
18.05 - Telenovela: «Tudo em Cima»
18.45 - Super Trinta
19.45 - Totoloto
20.00 - Jornal de Sábado
20.30 - Boletim Meteorológico
20.35 - 7 Folhas
21.05 - Série: «Dallas» (2.º epis.)

22.00 - Ora Viva (programa com José Viana)
23.30 - Cinema: «À Queima Roupas», real. John Boorman, intérp. Lee Marvin, Angie Dickinson, Keenan Winn (EUA/1967).

RTP2

12.30 - Os Anos não Contam
13.20 - Meu Bicho, Meu Amigo
13.35 - Série: «A Aposta»
14.00 - Novos Horizontes
14.25 - Troféu (Escócia-Irlanda em «rugby»)
20.00 - Cinema: «A Estalagem Sangrenta»
21.40 - O1 Magazine Informática
21.55 - Concordo ou Talvez Não
23.25 - Vídeo Clube
23.40 - Troféu.

Domingo 22

RTP1

09.00 - Série: «A Vida Selvagem» (10.º epis.)
09.30 - Juventude e Família
10.45 - TV Rural
11.15 - Missa de Domingo
12.05 - 70 Vezes 7
12.35 - Série: «O Almoço Está na Mesa» (19.º epis.)
13.00 - Sumário
13.10 - Viva a Música

13.35 - Série: «Os Roberts» (últ. epis.)
14.00 - Concurso: «Arco Íris»
15.35 - Cinema: «A Importância de se Chamar Ernesto», real. Anthony Asquith.
17.30 - Clube Amigos Disney
19.00 - Série: «O Justiceiro» (4.º epis.)
20.00 - Jornal de Domingo
20.30 - Boletim Meteorológico
20.35 - Histórias de Cidades - «Coimbra» - prog. de H. J. Saraiva
21.00 - Série: «Paraíso Adiado»
22.00 - Domingo Desportivo
23.05 - Dizem os Astros.

RTP2

10.00 - Troféu
12.30 - Magazine
12.50 - Caminhos
13.05 - Música na América
13.35 - Série: «Akagera»
14.00 - Série: «Coração»
15.00 - Troféu
17.30 - Série: «Lovejoy»
18.30 - Série: «A Herança Científica do Mundo Árabe» (7.º epis.)
19.00 - Entrada Livre
19.25 - Ler Portugal: «João de Araújo Correia e o Alto Douro»
19.55 - Série: «O Triunfo do Ocidente» (6.º epis.)
20.45 - Série: «O Diário Secreto de Adrian Mole»
21.15 - Mãe já Vencemos?
22.45 - Cinema: «A Chama Eterna», real. George Cukor, intérp. Spencer Tracy, Katherine Hepburn, Richard Whorf (EUA/1942, 101 min.).

Segunda 23

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório
18.00 - Sumário
18.07 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso: «Par ou Ímpar»
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
20.50 - Escola Equestre Portuguesa
21.15 - Delixem Passar a Música (com Maria Guinot)
22.10 - O Mar e a Terra: «Naufrágios em Peniche»
22.40 - 24 Horas
23.10 - Remate.

RTP2

14.15 - Série: «Os Emigrantes» (1.º epis.)
15.15 - Agora, escolha!
16.30 - Notícias
16.35 - Trinta minutos com...
17.00 - Countdown
18.00 - Estádio (Jogos Olímpicos de Los Angeles - Hipismo)
19.00 - Nino Show
20.00 - Notícias
20.05 - Série: «5.ª Dimensão» (95.º epis.)
20.30 - Série: «Uma Família às Direitas» (71.º epis.)
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - É de Ler
21.35 - Série: «Espada de Honra» (últ. epis.)
22.25 - 2.ª Volta
22.50 - Série: «Benson» (14.º epis.)

Terça 24

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório
18.00 - Sumário
18.07 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso: «Par ou Ímpar»
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
20.45 - Primeira Página
21.55 - Série: «Dempsey e Makepeace» (16.º epis.)
22.50 - 24 Horas
23.25 - Remate.

RTP2

14.15 - Série: «Os Imigrantes» (2.º epis.)
15.15 - Agora, escolha!
16.30 - Notícias
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.00 - Countdown
18.00 - Estádio
19.00 - Super-taça da Europa em Futebol (Steana Bucarest/Dinamo de Kiev)
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - É de Ler
21.35 - Cinema: «A Tragédia de uma Telefonista», real. Dusan Makavejev, intérp. Eva Rose, Slobodan Aligrudic, Aleksander Kostic (Jugoslávia/1967, 80 min.).

Quarta 25

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório
18.00 - Sumário
18.07 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso «Par ou Ímpar»
19.30 - Telejornal
20.00 - boletim Meteorológico
20.10 - Vamos Jogar no Totobola
20.20 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
20.55 - Cinema: «O Grande Conquistador», real. Herbert Ross, intérp. Woody Allen, Diane Keaton, Tony Roberts, Jerry Lacy (EUA/1972).
22.45 - 24 Horas
23.15 - Remate.

RTP2

14.15 - Série: «Os Imigrantes» (3.º epis.)
15.15 - Agora Escolha!
16.30 - Notícias
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.00 - Countdown
18.00 - Estádio
19.00 - Nino Show
20.05 - Série: «5.ª Dimensão» (96.º epis.)
20.30 - Série: «Uma Família às Direitas» (72.º epis.)
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - É de Ler
21.35 - Ballado: «Ciclo Kilian» («Sinfonietta» e «Les Noces»).

Esteiros.
Minúsculos canais,
como dedos de mão
espalmada, abertos
na margem do
Tejo. Dedos das
mãos avaras dos
telhais que roubam
nateiro às águas e,
vigores à malta.
Mãos de lama que
só o rio afaga

obras de Soeiro Pereira Gomes

edições
Avante!

Para os filhos dos
homens que nunca
foram meninos
escrevi este livro

Cinema

A selecção

Exposições

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Coronel Redl	—	★★	★★	★★	—
B	A Missão	★	★★	★★	★★	★★★★
C	Mona Lisa	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
D	A Mosca	★★★★	—	★★★★	—	★★★★
E	O Nome da Rosa	★★★★	—	★	★★	★★★★
F	Peggy Sue Casou-se	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
G	Quarto com Vista sobre a Cidade	★★	★★★	★★★★	—	★★★
H	O Raio Verde	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
I	Ran	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
J	Tangos	—	★★	★★	★★★	—
L	À Volta da Meia-Noite	—	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★

A — Real. István Szabó — Fonte Nova/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.15) — Lisboa.
B — Real. Roland Joffé — Alfa/Clube (14.45, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/6 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Mundial/3 (13.45, 16.15, 18.45, 21.15), S. Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
C — Real. Neil Jordan — Alfa/2 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.45, 00.15) Amoreiras/4 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00), S. Jorge/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.45) — Lisboa.
D — Real. David Cronenberg — Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45), Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
E — Real. Jean-Jacques Annaud — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Berna (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Gemini (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Mundial/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), S. Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.15) — Lisboa.
F — Real. Francis Ford Coppola — Ávila (15.00, 17.00, 19.00, 21.45, 23.45), Sétima Arte (14.45, 17.00, 19.00, 21.45, 23.45) — Lisboa.
G — Real. James Ivory — Amoreiras/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
H — Real. Eric Rohmer — Estúdio 444 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30), Quarteto/4 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
I — Real. Akira Kurosawa — Amoreiras/3 (15.00, 18.00, 21.00, 24.00) — Lisboa.
J — Real. Fernando Solanas — Quarteto/3 (14.15, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
L — Real. Bertrand Tavernier — Quarteto/2 (14.15, 16.45, 19.00, 21.30) Lisboa.

Classificação de 5 a 1

• LISBOA

Agathe Gaillard — «Fotografia», Gal. Módulo, Av. António Augusto Aguiar, 56-5.º dt.º. (até 6/3).
Ana Jotta — «Pintura», Gal. EMI-Valentim de Carvalho, R. da Cruz dos Poiais, 111, a S. Marçal, 3.ª a dom., 15.00 às 19.00.
António Mira — Gal. Quadrum, R. Alberto Oliveira, 52, Co-ruchéus, Alvalade, 2.ª a 6.ª, 10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00 (até 19/2).
Berlim 750 Anos — Palácio Foz, Praça dos Restauradores, estreia hoje, às 18.00.
Bordado da Madeira, 1850-1930 — Museu Nacional do Traje, Lumiar, de 3.ª a Dom., das 10.00 às 12.30 e das 14.00 às 17.00. Cerca de 300 peças que vão dos trajes oitocentistas aos novos padrões do princípio do século (até 30/3).
Catherine Henke — Pintura, Gal. Novo Século, Rua do Século, 23-A, 2.ª a sáb., 14.00 às 20.00 (até 26/2).
Colectiva — Serigrafias e litografias, de João Hogan, Cesariny, Cargaleiro, Cutileiro e outros, Gal. Holly, Largo da Trindade, 17, 2.ª, 15.00 às 19.00, 3.ª a sáb., 10.30 às 13.00 e 15.00 às 19.00 (até fins de Março).
Colectiva — de Isabel Augusto, Ivo, Mateus, Rui Matos e Teresa Silva, Poligrupo/Renascença, R. Ivens, 14.
Colectiva — João Vieira, Palolo Rocha Pinto, Sérgio Pombo, Arpad Szénes, Mário Cesariny, Dourdil e outros (pintura, escultura, serigrafia), «Atelier 2», Rua da Emenda, 66, 3.ª, 2.ª a 6.ª, 10.00 às 13.00 e 14.30 às 18.00 (até 20/2).
Costa Pinheiro — Pintura, galeria «111», Campo Grande, 113, 2.ª a 6.ª, 10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb. 10.00 às 13.30.
Francisco Rúbio — Gal. Ether/Vale Tudo Menos Tirar Olhos, R. Rodrigo da Fonseca, 25, 3.ª a sáb., 15.00 às 20.00. (até 21/3).
Goarmon Palma — Escultura, Gal. Páteo Alfacinha, R. Guarda-Jóias, 44, todos os dias, 11.00 às 22.00. (até 20/2).
Hélder Batista, escultura e medalhas. Livr. da Imprensa Nacional, R. Marquês Sá da Bandeira, 16-A.
Helena Matta — Pintura, Gal. Codilivro, Pr. Dr. Nuno Pinheiro Torres, 2-A. (até 20/2).
Hors Tendances — exposição colectiva de cinco artistas franceses, na Galeria de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian, estreia hoje às 18.00.
Índios da Amazônia — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira, ao Restelo, 3.ª a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até final do ano).
Isabel Garcia — Pintura, Gal. Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A, 2.ª a 6.ª, 10.00 às 19.00, sáb. 10.00 às 13.00 (até 11/3).
Jorge Molder — «Fotografias», Centro de Arte Moderna - Gulbenkian.
José Esteves — Escultura, Gal. Arte Bruta, R. do Século, 108, 2.ª a sáb., 14.00 às 20.00 (até 28/2).
José Paulo Ferro — «Desenho», Gal. Altamira, R. Filipe Folque,

• LISBOA

48-A, 2.ª a 6.ª, 10.00 às 19.00, sáb. 10.00 às 13.00 (até 11/3).
Júlio Pomar, pintura — retrospectiva 1945-1986. Fundação Gulbenkian. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00 (até 15/2).
Lurdes Leite — Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40, 2.ª a 6.ª, 10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb. 10.00 às 13.00 (até 28/2).
Max Ernest — «Exposição de Livros e Obra Gráfica» do artista alemão, constituída por 186 gravuras apresentadas em 130 molduras, a par de alguns desenhos de obra gráfica, livros, etc., nas Galerias das Exposições Temporárias, piso 01, Fundação Calouste Gulbenkian.
Nadir Afonso, pintura (retrospectiva, anos 40 a 80). Gal. Bertrand, R. Anchieta (Chiado).
Amâncio Guedes — Pintura, Gal. Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 15.00 às 20.00 (até 21/2).
Ana Silva e Sousa — Escultura, exposição comemorativa do 5.º centenário da viagem de Bartolomeu Dias, Museu Nacional do Traje (até 15/3).
Pedro Amâncio — Gal. de Artes 6.0.1, Centro Comercial S. João de Deus, Av. António José de Almeida, 7, 3.ª a dom., 12.00 às 20.00.
Carlos Nogueira — Na cooperativa «Árvore», R. Azevedo Albuquerque, 1. (até 25/2).
Maria José Aguiar — Pintura, Gal. Nasoni, R. Galeria de Paris, 80.
Obra Gráfica Internacional — «Gravura, Litografia e Serigrafia», Gal. Módulo, Av. Boavista, 854, 2.ª a sáb., 16.00 às 20.00 (até 27/2).
Regina Chulam — pintura, gal. Clube 50, R. de S. Mamede av. Caldas, 9-1.º; 3.ª a 6.ª, 17.30 às 20.30; sáb., 15.00 às 20.00 (até 2/3).
Rui Matos — escultura, Gal. S. Bento, R. do Machadinho, 1 (ao Quelhas), 3.ª a sáb., 11.00 às 13.00 e 15.00 às 20.00; dom. e 2.ª, 15.00 às 20.00 (até 2/3).
Sérgio — Pintura, Gal. Olharte, Calc. do Cardeal, 18, 3.ª a Dom., 16.00 às 20.00 (até 28/2).
Teresa Ribeiro — Museu Nacional do Traje, Paço do Lumiar, de 3.ª a Dom., das 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00. (até 8/3).

• LISBOA

Colectiva — Na Galeria do Casino do Estoril, todos os dias, das 15.00 às 24.00, trabalhos de António Araújo, Artur Bual, Francisco Relógio, Guima, João Cutileiro, Manuel Cargaleiro, Matilde Marçal, Victor Belém e Virgílio Domingues. (Até 24/2) — ESTORIL.
Colectiva — Isabel Sabino, Lima Carvalho, Maria João Gamito, Pedro Saraiva, Rocha de Sousa, Rogério Ribeiro, Gal. Nova (Convento da Graça). (Até 28/2) — TORRES VEDRAS.
David de Almeida — Gravura, Gal. de Arte de Tavira, R. Jacques Pessoa, 17, todos os dias 10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00. (Até 26/2) — TAVIRA.
João Paulo Feliciano — Gal. do Museu de Setúbal, Convento de Jesus (até 28/2) — SETÚBAL.
Terence Tarsnane — Pintura, 3.ª a dom. 15.00 às 19.00 (até 20/2), Gilde, S. Torcato — GUIMARÃES.
Moinhos e Azenhas — Exposição etnográfica, Museu Municipal de Loures, 3.ª a 6.ª, 9.00 às 12.00 e 14.00 às 17.00, sáb. e Dom., 10.00 às 17.00 (até 28/2) — LOURES.
Renato Roque — Fotografia, átrio da Câmara Municipal, 2.ª a 6.ª, 9.00 às 12.30 e 14.00 às 18.00. (até 20/2) — VILA NOVA DE FAMALICÃO.

• PORTO

Álvaro Rocha — Desenhos e óleos, Gal. Nasoni, R. Galeria de Paris, 80.
António Modesto — pintura, Galeria EG, Caminho da Fonte de Cima, 33, 129-A, 3.ª a sáb., 15.00 às 20.00.
Cesário Verde — Bibliográfica e iconográfica, Biblioteca Municipal, Lg. S. Lázaro, todos os dias, 14.00 às 19.00. (até 18/2).
Colectiva — Pintura e escultura, na cooperativa «Árvore», R. Azevedo Albuquerque, 1; de homenagem a Ana de Sousa Santos, com trabalhos de vários artistas angolanos (até 25/2).
Carlos Nogueira — Na cooperativa «Árvore», R. Azevedo Albuquerque, 1. (até 25/2).
Maria José Aguiar — Pintura, Gal. Nasoni, R. Galeria de Paris, 80.
Obra Gráfica Internacional — «Gravura, Litografia e Serigrafia», Gal. Módulo, Av. Boavista, 854, 2.ª a sáb., 16.00 às 20.00 (até 27/2).

Teatro

O Cartaz

• LISBOA

A Barraca, R. Alex. Herculano, 70. De 3.ª a sáb./21.30, sáb. e dom./16.00. **Os Polícias**, de Sławomir Mrozek, adapt. e enc. Hélder Costa.
Comuna, Pç. de Espanha, De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. **Victor** — ou as **Crianças no Poder**, de Roger Vitrac, enc. João Mota; sáb. e dom./17.00 — O Tesouro, de Eça de Queirós.
D. Maria II, Rossio. De 3.ª a sáb./21.30, sáb. e dom./16.00. **Guerras do Alecrim e Mangerona**, de António José da Silva, o Judeu, enc. Carlos Avilez — Comp.ª. Teatro Nac./TEC.
Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00, 20.30 e 22.45. **Escrita em Dia**, nova versão de Isto é Maria Vitória, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.
Teatro Aberto, Praça de Espanha, 2.ª a 5.ª/21.30, dom./16.00 e 21.30. **O Jardim das Cerejas**, de Anton Tchekov, enc. de João Lourenço.
Teatro Estúdio de Lisboa, Teatro Vasco Santana, Entrecampos, 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. **Sylvia Plath — Quem a Matou?**, de Barry Kyle, enc. Luzia Maria Martins.
Teatro Ibérico, Convento de Xabregas, R. Xabregas, 54. De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. **A Vida é Sonho**, de Calderón de la Barca, enc. Xosé Blanco Gil.
Teatro do Século, R. do Século, 41. **Drácula Júnior**, de Fernando Gomes, música de José Carrapa e Sérgio António (a partir de hoje).
Teatro da Trindade, R. Nova da Trindade. Sáb. e dom., às 16.00. **Histórias de Haquim**, de Norberto Ávila; espectáculo das Marionetas de Lisboa, com direcção de Carlos Cabral, cenário de José Carlos Barros, música de Fernando Gomes e José Manuel David.

Variedades, Parque Mayer. De 3.ª a dom. 21.30. dom./16.00. **Aqui Há Fantasmas**. Texto e enc. de Henrique Santana.
Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 30. De 3.ª a dom./21.30, dom./16.00. **Sapateado**, de Richard Harris, enc. Varela Silva.

Bertholt Brecht, enc. Carlos Avilez — Teatro Experimental de Cascais.

• ESTORIL

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto de Figueiredo. 4.ª e sáb., 21.30, dom./16.00. **Gaillieu Gaillieu**, de

• PÓVOA DE ST. ADRIÃO

Salão da Junta de Freguesia, dom./16.00. **Onde Estamos?**, de Vítor Bilé — Teatro de Ensaio.

• PORTO

Teatro Experimental do Porto, R. do Pinheiro, 4, 3.ª a sáb. 21.00. **Catástrofe ou o Mundo de Samuel Beckett**, enc. Mário Viegas.
Teatro Campo Alegre, R. do Campo Alegre. 3.ª a sáb., 21.45; dom., 16.00 e 21.45. **O Motim**, de Miguel Franco, enc. de Norberto Barroca, mús. de Paulino Garcia, intérp. António Reis, Estrela Novais, Alfredo Correira, Luís Cunha.

• ALGÉS

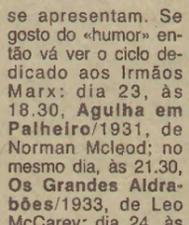
Teatro 1.º Acto, R. Eduardo A. Pedrosa,

...e ainda

Música, debates, etc.

Cinema

passado recentemente na televisão é de rever, principalmente por ser num ecrã maior. Iniciativa da Comissão do Centro de Trabalho, que assim procura divulgar o cinema português.
 No ABC Cine-Clube de Lisboa, cujas projecções se realizam às sextas-feiras, pelas 18.45, no Estúdio 444, Av. Defensores de Chaves, a proposta desta semana é a segunda parte da Trilogia de Máximo, com o filme **O Regresso de Máximo**, real. G. Kozintsev e L. Trauberg, intérp. Boris Tchirkov, Valentina - Kibardina (URSS/1937).
 Por seu turno, a Associação Portugal-URSS realiza semanalmente, às sextas-feiras, na sua sede, R. de S. Caetano, 30, às 21.30, sessões de cinema. Amanhã, o filme a exibir, chama-se **O Prémio**, de Serguei Mikaeliane.
 Mas na Cinemateca Portuguesa, R. Barata Salgueiro, 39, outras perspectivas



se apresentam. Se gosto do «humor» enão vá ver o ciclo dedicado aos Irmãos Marx: dia 23, às 18.30, **Agulha em Palheiro**/1931, de Norman McLeod; no mesmo dia, às 21.30, **Os Grandes Aldrões**/1933, de Leo McCarey; dia 24, às 18.30, **Uma Noite na Ópera**/1935; e às 21.30, **Um dia nas Corridas** de Sam Wood e com os célebres Max Brothers.
 Ainda na Cinemateca, o ciclo dedicado ao grande realizador francês Jean Renoir: dia 19, às 21.30, **Rio Sagrado**; dia 20, às 18.30, **French Can-can**, com Jean Gabin e Françoise Arnould; às 21.30, **A Comédia e a Vida**, com Anna Magnani e Duccan Lamont; dia 21, às 15.30, **Helena e os Homens**, com Ingrid Bergman, Mel Ferrer e Jean Marais; às 18.30, **O Testamento do Médico e do Monstro**, com Jean-Louis Barrault e Teddy Billis; às 21.30, **O Cabo de Guerra**, com Jean Pierre Cassel e Claude Brasseur.

brielle Marco, em cravo, que interpretará obras de Couperin, Manuel Rodrigues Coelho e de Jean-Philippe Rameau. A entrada é livre.
 Também no próximo domingo e por iniciativa da Fundação Calouste Gulbenkian, o organista britânico John Scott apresentará-se às 16.30, num concerto de órgão na Sé Patriarcal de Lisboa, interpretando obras de Bach, A. Carreira, John Bull, Yebes, J. Stanley, J. de Sousa Carvalho, José Lindon, R. Schumann e Milos Sokols.
 Desteque igualmente para a apresentação, na próxima segunda-feira no Grande Auditório, às 18.30, do famoso Quarteto Borodine, que interpretará obras de Borodine (Quarteto n.º 2 em ré maior); de Chostakovich (Quarteto n.º 8 em dó menor) e de Tchaikowsky (Quarteto em fá maior, op. 22).
 Trata-se de um dos mais antigos agrupamentos soviéticos, que comemorou o ano passado o seu 40.º aniversário. Desde a sua formação deu já mais de 4 000 concertos e tocou cerca de 300 obras, quer de compositores soviéticos, quer estrangeiros, sendo praticamente impossível

enumerar as obras que o Quarteto já executou, possuindo um vastíssimo repertório.
 Entretanto, integrado na sua actual temporada musical, realiza-se hoje, às 21.30, no Grande Auditório da Fundação Gulbenkian, um novo concerto da Orquestra Gulbenkian, sob a direcção do maestro Sir Alexander Gibson e em que actuará como solista o pianista Michael Roll, que interpretará obras de Berkeley (Divertimento em sol bemol maior) e de Beethoven (Concerto n.º 4 em sol maior, op. 58 para piano e orquestra e Sinfonia n.º 2 em ré maior, op. 36).
 Este concerto será repetido amanhã, à mesma hora e no mesmo local.
 Por iniciativa do Município do Barreiro, o Grupo de Metais de Lisboa realizará dois concertos, um no Barreiro e outro no Lavradio. O primeiro, será no sábado, às 21.30, nos «Penicheiros»; o segundo, no domingo, às 10.30, na SFAL. De referir que no sábado à tarde, pelas 15 horas, o Grupo de Metais de Lisboa dará uma sessão pedagógica com a Banda de Música do Barreiro, aberta a todos os músicos/instrumentistas amadores e profissionais do concelho.

Tempo Fim de Semana



Antevisão do tempo para o próximo fim-de-semana: **sábado**, céu muito nublado, vento moderado do quadrante Sul, períodos de chuva e subida das temperaturas mínimas; **domingo**, céu geralmente pouco nublado, vento fraco a moderado de Sueste e subida de temperatura.

a TV

Uma fábrica de confusões

A Lei da Rádio. Presença constante nos serviços informativos da RTP. No entanto, as bases da questão continuam mal esclarecidas.

Parece que há todo o interesse em que a questão se resume nos seguintes pontos: tudo estava correcto; a oposição, «dirigida» pelo partido comunista, é que inventou o problema; a intenção é prejudicar a Igreja...

A Televisão, através dos seus serviços informativos principais, é o grande instrumento desta confusão. Desta perversão.

Lavagem ao cérebro

E lá vão ouvir Magalhães Crespo, administrador da Renascença...

E lá vão ouvir António Capucho, numa espécie de «comunicação ao país» a pretexto de uma conferência de imprensa do PSD...

Não se contentam em dar Crespo e Capucho. É preciso repetir, malhar, martelar.

Assim, RTP crespo e capucho em todos os grandes noticiários: **Telejornal, Jornal das 9 e 24 Horas.**

Crespo colabora no anticomunismo

Recordemos a infeliz intervenção de Magalhães Crespo. Na sua opinião, o que mais o espanta são as posições assumidas contra a Igreja pelo PS e pelo PRD, porque, quanto ao Partido Comunista, ela «é natural...»

O sr. Crespo é representante dos interesses da Renascença. Não é representante da Igreja. Não quero, pois, confundir as duas situações. Ou seja: não quero concluir que a Igreja diga publicamente que a acção do PCP tenha por objectivo prejudicá-la.

Mas lá que o sr. Magalhães Crespo devia ter mais sentido das responsabilidades, isso devia.

Toca a «dar»!

Fechemos este ciclo com mais um apontamento. Como se viu, ao longo de todo este processo, um Partido houve que esteve sempre na mira da desinformação: o PCP.

Era pois natural que aquele partido fosse dada oportunidade mínima para melhor esclarecimento do assunto.

Pois nem na rubrica «Parlamento» tal oportunidade lhe foi proporcionada. Lá estiveram representantes do PSD, do PS e do PRD.

A técnica habitual: seguram-se as mãos da vítima e deixa-se que os agressores esmurrem à vontade...

Parceiros e compadres

Os portugueses são confrontados diariamente, através do Telejornal, com as notícias que dão conta do descontentamento dos agricultores europeus. As manifestações sucedem-se por todo o lado. De enormes proporções foi aquela que se verificou há dias, em Madrid...

E em Portugal? Como vai a agricultura no nosso País? A RTP, pudicamente, fecha os olhos. O que sabemos é pela via do Álvaro Barreto ou pela via da CAP. Vem a propósito dizer que a CAP é a interlocutora válida da RTP, para assuntos de carácter agrícola. Pode dizer-se que a CAP é uma invenção da RTP...

Conta a Imprensa do grande acontecimento que foi o Encontro da Lavoura, organizado pela Confederação Nacional da Agricultura, no pavilhão dos Olivais, em Coimbra. Presentes mais de sete mil agricultores, representadas 600 organizações agrícolas! Números de facto impressionantes, significativos da real grandeza daquela Confederação.

Pois a reportagem incluída no Telejornal foi de uma pobreza excepcional. Não durou mais que um minuto (!), ou seja, o tempo que habitualmente se oferece para qualquer casqueira-da pepineira...

No seu depoimento, Joaquim Casimiro, dirigente da CNA, mal teve tempo de protestar contra a discriminação de que a CNA é alvo. Oxalá os telespectadores tenham compreendido. É que, para o Governo, parceiros e compadres é tudo a mesma coisa...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Eleições antecipadas: quem quer e porquê?

Multiplicaram-se recentemente na imprensa artigos defendendo a inevitabilidade de eleições legislativas antecipadas em 1987. O argumento mais utilizado por esses articulistas é o de superar o «impasse» que representa para o Governo de Cavaco Silva a sujeição ao controlo da Assembleia da República numa situação minoritária da direita. Sucede que essa função de controlo da acção governativa é uma das principais atribuições da AR e um alicerce fundamental do regime democrático. O salazarismo não tinha «impasses» destes, de facto.

Os cenários do PSD

«Enquanto o PS hesita inexplicavelmente e o dr. Constâncio prega pelas bases o oposto daquilo que mais lhe interessa, o PSD e o Governo parecem, também eles, preferir esperar, em vez de apostarem na solução eleitoral.

Contra ela muitos argumentos podem ser invocados: o País está farto de instabilidade e não compreenderia uma crise governativa que conduzisse a eleições; uma aliança pré-eleitoral com o CDS é indesejável e os riscos de concorrer sozinho e apelar à maioria sem a atingir muito graves; a cotação do doutor Cavaco Silva vai continuar a subir em 1988, tal como a do Governo; a economia manter-se-á próspera em 1988 e 1989; a revisão constitucional será igualmente baça com este ou com o previsível novo Parlamento.

Todas estas razões são reversíveis: o País também não tolera sem limites o «impasse» que é hoje a relação política patológica entre o Parlamento e o Governo; nada do que é verdadeira reforma estrutural passa em S. Bento e o Governo vai sendo condenado, em diferentes sectores, a uma mera gestão corrente; a maioria parlamentar não é inviável e o PSD tem condições únicas para a polarizar e um efeito de domínio absoluto na direita portuguesa; as cotações da popularidade podem parar e estagnar dentro de 6 ou 9 meses; a situação económica dificilmente será, apesar de tudo, tão boa em 1988 e 1989 como o é em 1987; não está provado que deva dar-se de barato que a revisão constitucional é uma meta perdida ou sem conteúdo político apreciável.

Preveno os dois cenários, o PSD vai preparando ambos. Constrói o seu «Manifesto par uma Nova Maioria», por um lado. Mas evita definir e executar qualquer estratégia de afrontamento, que conduza à crise definitiva e a eleições parlamentares em Outubro, por outro.

Mal ou bem, a direcção social-democrata está de momento mais virada para o adiamento de eleições do que para a sua precipitação.

Mesmo com todos os preparativos longínquos, o estado de espírito dominante é contrário às eleições antecipadas.

No fundo, das duas teses estratégicas a que está na «mó de cima» hoje prefere esperar para ver...

Estamos em Fevereiro de 1987. Os noventa dias que se seguem servirão para revelar se o «wait and see» é a fórmula ideal para este partido, com este Governo, com este Primeiro-Ministro. E, de Belém, ateito e repousado, o dr. Mário Soares acompanha, feliz, a evolução dos acontecimentos.

(M. Rebelo de Sousa, «Semanário», 14 Fevereiro)

A direita é, hoje, minoritária!

«Para aqueles que no campo democrático — ora por acção, ora por omissão, ora das duas maneiras — se recusam, sistematicamente, a dar eficácia política a uma alternativa congregadora da maioria democrática actualmente existente na AR — a aparente viragem para uma posição favorável à realização de legislativas antecipadas constitui um estratagem que procura omitir e diluir a fuga às responsabilidades a que — cada um à

sua maneira — PS e PRD têm vindo a assumir, permitindo, dessa maneira, o prolongamento de vida do governo minoritário do PSD e da sua nefasta política para o País.

Não está, naturalmente, em causa nas observações e considerações, que aqui se tecem sobre este problema, a possibilidade ou legitimidade constitucional de o Presidente da República poder decidir — dissolver a AR e convocar legislativas antecipadas.

Mas está em causa, sim, o juízo político que se deva fazer de tal tipo de saída para uma crise política, que é já hoje inegável e para a qual existem outras soluções de facto menos onerosas e mais seguras para o País.

Na verdade, para todos quantos consideram que a questão política fundamental que se coloca aos portugueses é uma viragem democrática na orientação política actual do País — cujo prosseguimento, durante os últimos dez anos, é responsável pelas dificuldades que atravessa o País — e que o pressuposto básico dessa viragem é a cooperação e convergência das forças que se identificam com o património do 25 de Abril é, no mínimo, estranho que não se aproveite uma maioria que já existe na miragem de se procurar outra arrumação de forças parlamentares que, na melhor das hipóteses, não seria significativamente melhor que a actual.

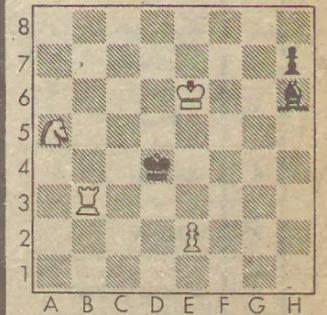
Na verdade, para todos quantos querem e precisam de ver rapidamente os seus graves problemas económicos e sociais começar a ser resolvidos, é, no mínimo, incompreensível que algumas forças políticas democráticas passem os dias e os meses a anunciar a sua oposição ao governo minoritário do PSD mas, simultaneamente, não dêem quaisquer passos concretos ao seu alcance nem para provocar a sua demissão nem tão pouco para se encontrar vias sólidas e sérias para uma alternativa e, ao contrário, se proclamem e elevem à categoria de propostas políticas sonhos e utopias de hegemonismo, no campo democrático.

Seja, porém, qual for a saída que vier a impor-se, uma ideia deve, desde já, ficar muito clara: não prestarão um bom serviço ao regime democrático (nem a si próprios ou às suas funções políticas) aqueles democratas que em vez de afrontarem com coragem, espírito de responsabilidade e de iniciativa qualquer crise política que venha a gerar-se, preferirem pelo contrário assumir uma postura de hesitação, de levantamento de falsos obstáculos ou de entrega da iniciativa política à direita, hoje minoritária.»

(V. Pinto Morais, «o diário», 15 Fevereiro)

Xadrez

PROPOSIÇÃO N.º 90
Por: Pierre Bansac
«Bulletin du Cercle de Bourg-la-Reine»
1943
Pr.: (2): Ph7-Rd4



Br.: (5): P62-Ca5-Bh6-Tb3-R66
MATE EM 2 LANCES

JOGO N.º 90
Torneio OHRA, Bruxelas, 1986
Pr.: N. Short
Br.: G. Kasparov

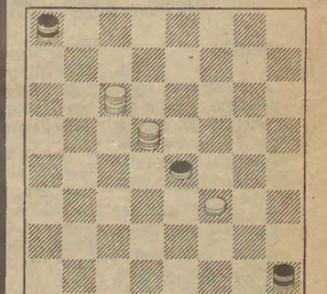
1. e4, e6; 2. d4, d5; 3. Cc3, Rb4; 4. e5, c5; 5. a3, B: c3+; 6. b:c3, C67; 7. C13, Da5; 8. Bd2, Cb8c6; 9. B62, c:d4; 10. c:d4, Da4; 11. B63, b6; 12. Dd3, Cb4; 13. Db5+, D:b5; 14. B:b5+, Cb6; 15. Bd2, Bd7; 16. Ba6, f6; 17. e:f6, g:f6; 18. Bc3, h5; 19. Ch4, Rf7; 20. 0-0, Tag8; 21. f4, Tg4; 22. g3, T:h4; 23. g:h4, Cf5; 24. Rf2, Cb:d4; 25. B:d4, C:d4; 26. c4, Cb3; 27. Tad1, Cc; 28. Bb5, B:b5; 29. c:b5, Rg6; 30. Tg1+, Rf5; 31. R63, Tc8; 32. Tg7, Cb; 33. Td3, d4+; 34. Rf3, Tc3; 35. T:c3, d:c3; 36. Tc7, c2 e as Br. abandonam.

SOLUÇÃO DO N.º 90
Chave: 1. Tb2! blocus
1. ..., Rc3; 2. Bg7+
1. ..., Rf5; 2. B63+
1. ..., R4; 2. Tb4+

A. de M. M.

Damas

XC - 19 de Fevereiro de 1987
Proposição N.º 90
Por: Jorge Gomes Fernandes
Recomendado «Cidade de Tomar»
Problema Clássico n.º 111 - Maio, 1951
Pr.: (1)-14-(32)



Br.: 10-(19)-(23)
Jogam as brancas e ganham

Jogo n.º 90
Campeonato Nacional «oficioso»
Lisboa, 1957.VI.10
2.º jogo/2.ª volta-Ab. Sorteada
Br.: Adelino José Ribeiro
Pr.: dr. Orlando Augusto Lopes

1. 9-13, 24-20; 2. 12-15, 21-18; 3. 15-24, 18-9; 4. 10-13, 23-19; 5. 5-10, 28-23; 6. 1-5, 25-2; 7. 13-17, 21-18; 8. 8-12, 18-14; 9. 11-18, 22-13; 10. 12-16, 23-20; 11. 16-23, 27-20; 12. 7-11, 32-28; 13. 3-7, 28-23; 14. 4-8, 30-27; 15. 17-21, 26-17; 16. 11-14, 29-25; 17. 14-18, 19-15; 18. 7-11, 23-19; 19. 24-28, 31-24; 20. 18-21, 25-18; 21. 11-14, 18-11; 22. 8-12, 6-31. G. Pretas.

Golpe n.º 90
Por: dr. Orlando Augusto Lopes
Lisboa, 29.V.1951

1.10-14, 22-19; 2. 5-10, 26-22; 3. 11-15, 22-18; 4. 15-22, 18-11; 5. 6-15, 27-18; 6. 1-5, 23-26; 7. 15-19, 20-15; 8. 12-16, 18-14; 9. 19-22? Perdente! (Br.: 2-3-4-5-7-8-9-10-16-22 Pr.: 14-15-21-24-25-28-29-30-31-32) J. Pr. G.

Soluções do n.º 90

N.º 90 (J.G.F.): 19-29, 32-19; 29-15, 14-5; 15-2+
Golpe n.º 90 (dr. D.A.L.): 9..... 30-26; 10. 10-19, 15-11; 11. 7-14, 28-23; 12. 19-28, 26-1+

A. de M. M.

Mikhail Filatov e Alexandre Riabov O Fascismo dos Anos Oitenta

Em 1945, o plano nazi-fascista de dominar o mundo foi derrotado. Mas as raízes do fascismo não foram completamente extirpadas. Hoje existem grupos e partidos fascistas ou de tipo fascista em quase 60 países do mundo capitalista, que actuam como ponta de lança da reacção imperialista.

Os autores da presente obra revelam a essência de classe do fascismo dos anos 80, analisam os seus instrumentos psicológico-sociais, as vias e os métodos de penetração da sua propaganda nas massas, mostram a inconsistência da ideologia do fascismo.

